

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DOS REFLEXOS DO PNAE
(PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR) NA
AGRICULTURA FAMILIAR DE MACAÉ/RJ (2011-2020)

PAULA FREITAS BOYNARD DE VASCONCELOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

JULHO - 2021

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DOS REFLEXOS DO PNAE
(PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR) NA
AGRICULTURA FAMILIAR DE MACAÉ/RJ (2011-2020)

PAULA FREITAS BOYNARD DE VASCONCELOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Prof, Paulo Marcelo de Souza

Campos dos Goytacazes - RJ

Julho – 2021

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

V331

Vasconcelos, Paula Freitas Boynard de.

Políticas públicas para o desenvolvimento social e econômico : uma análise dos reflexos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) na agricultura familiar de Macaé-R J (2011 - 2020) / Paula Freitas Boynard de Vasconcelos. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2021.

130 f.

Bibliografia: 110 - 116.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2021.

Orientador: Paulo Marcelo de Souza.

1. Agricultura Familiar. 2. Políticas Públicas. 3. PNAE. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

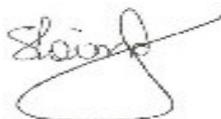
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
ECONÔMICO: UMA ANÁLISE DOS REFLEXOS DO PNAE
(PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR) NA
AGRICULTURA FAMILIAR DE MACAÉ/RJ (2011-2020)

PAULA FREITAS BOYNARD DE VASCONCELOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em 06 de Julho de 2021.

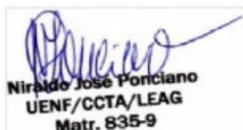
Comissão Examinadora:



Prof.ª Maria do Socorro Bezerra de Lima (Doutora em Ciências Sociais – UFRRJ)
Universidade Federal Fluminense – UFF



Prof. Mauro Macedo Campos (Doutor em Ciência Política – UFMG)
Universidade Estadual Norte Fluminense - UENF



Nivaldo José Ponciano
UENF/CCTA/LEAG
Matr. 835-9

Prof. Nivaldo José Ponciano (Doutor em Economia Aplicada - UFV)
Universidade Estadual Norte Fluminense - UENF



Prof. Paulo Marcelo de Souza (Doutor, Economia Rural – UFV)
Universidade Estadual Norte Fluminense - UENF
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Renato e Márcia e a minha madrinha Marta, por incentivarem meus estudos, torcerem pelas minhas realizações e acreditarem em minha capacidade.

Ao meu companheiro Victor, por sempre estar disposto a me ajudar, a debater e esclarecer o método científico, contribuindo para meu crescimento. Sua ajuda foi essencial para que eu pudesse desenvolver esse trabalho.

Ao meu orientador, Dr. Paulo Marcelo de Souza, pela paciência, incentivo e disponibilidade para as discussões ao longo dessa jornada.

À Rosali e Walter, por todo apoio quando necessitei e por me darem uma luz no fim do túnel quando precisei.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF pelos ensinamentos ao longo da jornada.

A todos aqueles que me ajudaram e contribuíram para a conclusão dessa pesquisa: Michele, Henrique, Juliana Alves, Nadia, Juliana Marinho, Jéssica Monteiro, Jéssica Silva, Alessandra, Marcos Antônio, Luiz Cláudio, Clarissa, Débora e aos que aqui não nomeei mas que participaram da minha jornada acadêmica. Pela impossibilidade de relacionar todos os que me ajudaram, e não sendo menos importante, meu muito obrigado!

Aos meus amigos do mestrado. As contribuições de todos foram de suma importância para o aprendizado durante os anos de estudo.

Em especial, a todos os agricultores familiares, membros da Prefeitura de Macaé, da Associação AFAF-Sana que se dispuseram a contribuir com o desenvolvimento dessa pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Perante a existência de políticas públicas que procuram incentivar a participação da agricultura familiar em mercados institucionais, a fim de permitir o fortalecimento desse segmento, o presente trabalho visa analisar a aplicação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Macaé/RJ e verificar a percepção, quanto a sua implementação, dos agricultores familiares, servidores públicos da Prefeitura do município que trabalham diretamente com o programa, membros de cooperativas e associações locais e demais atores envolvidos. Tal política pública existe há mais de 60 anos no Brasil e ao longo dos anos sofreu inúmeras atualizações, como a ocorrida em 2009, quando passou-se a exigir que do valor repassado para aplicação no programa, parte dele seja obrigatoriamente utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. A metodologia aplicada, de caráter exploratório, incluiu análise documental e bibliográfica e a realização de entrevistas e aplicação de questionários a agricultores familiares, membro de associação local de agricultores familiares e servidor da Prefeitura de Macaé. Os dados coletados permitiram verificar que a produção local não é suficiente para atender toda a demanda do programa, o que exige a contratação de agricultores familiares de outros municípios para o fornecimento de produtos. Também foi apurado que a aplicação do programa no município de Macaé necessita de adequações para o seu melhor aproveitamento, como a realização anual das chamadas públicas. Nas entrevistas e questionários, constatou-se que os agricultores familiares locais estão de acordo com a existência e aplicação do programa, mas foram apontadas melhorias para um aproveitamento satisfatório do PNAE executado pela Prefeitura do município de Macaé. Por fim, pode-se afirmar que para permitir uma inclusão mais abrangente e para possibilitar um fortalecimento significativo dos agricultores familiares do município de Macaé, necessário haver o aperfeiçoamento da operacionalização do PNAE, com o envolvimento dos agricultores familiares, gestores públicos responsáveis pela aplicação do programa, órgãos de suporte e apoio técnico, dentre outros.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas Públicas. PNAE.

ABSTRACT

Given the existence of public policies that seek to encourage the participation of family farming in institutional markets, in order to strengthen this segment, this work aims to analyze the application of the National School Feeding Program (PNAE) in the municipality of Macaé/RJ and verify the perception, regarding its implementation, of family farmers, public servants of the municipal government who work directly with the program, members of cooperatives and local associations and other actors involved. This public policy has existed for over 60 years in Brazil and over the years it has undergone numerous updates, such as in 2009, when it started to require that part of the amount transferred for application in the program must be used in the acquisition of foodstuff directly from family farming. The methodology applied, of an exploratory nature, included documental and bibliographic analysis and interviews and questionnaires applied to family farmers, members of a local association of family farmers and civil servants of the Municipality of Macaé. The data collected made it possible to verify that local production is not sufficient to meet the entire demand of the program, which requires hiring family farmers from other municipalities to supply products. It was also established that the application of the program in the municipality of Macaé needs adjustments for its best use, such as the annual public announcements. In the interviews and questionnaires, it was established that the local family farmers are in agreement with the existence and application of the program, but improvements were pointed out for a satisfactory use of the PNAE executed by the Municipality of Macaé. Finally, it can be said that to allow for a more comprehensive inclusion and to enable a significant strengthening of family farmers in the municipality of Macaé, it is necessary to improve the operationalization of the PNAE, with the involvement of family farmers, public managers responsible for the application of the program, support agencies and technical support, among others.

Key-words: Family farming. Public policies. PNAE.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Indicativo do valor (em R\$) repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno, de acordo com a modalidade de ensino.....	37
Quadro 2-Respostas dos agricultores familiares quanto as melhorias percebidas após participação no PNAE.....	102

Lista de Figuras

Figura 1 - Quadro comparativo entre os valores repassados pelo FNDE aos estados e municípios (em milhões) para aplicação ao PNAE e os valores de aquisição de produtos da agricultura familiar pelas Entidades Executoras, no âmbito do programa.	41
Figura 2 - Participação da agricultura familiar (em milhões) no valor repassado pelo FNDE para compras de produtos deste segmento no Brasil (de 2011 até 2017).	42
Figura 3 - Quadro comparativo entre os valores repassados pelo FNDE ao estado do Rio de Janeiro e aos seus municípios (em milhões) para aplicação no PNAE e os valores de aquisição de produtos da agricultura familiar pelas Entidades Executoras, no âmbito do Programa.	43
Figura 4 - Participação da agricultura familiar (em milhões) no valor repassado pelo FNDE para compras de produtos deste segmento no estado do Rio de Janeiro e seus municípios (de 2011 até 2017).	44
Figura 5 - Quadro comparativo entre os valores repassados pelo FNDE ao município de Macaé (em milhões) para aplicação no PNAE e os valores de aquisição de produtos da agricultura familiar pelo município, no âmbito desse programa (de 2012 até 2016).	46
Figura 6 - Quadro comparativo entre os valores repassados pelo FNDE ao Município de Macaé (em milhões) para aplicação no PNAE e os valores de aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Município, no âmbito do Programa (de 2012 até 2018).	47
Figura 7 - Participação da agricultura familiar (em milhões) no valor repassado pelo FNDE para compras de produtos deste segmento no município de Macaé (de 2012 até 2018).	49
Figura 8 - Número de agricultores familiares participantes do PNAE de Macaé nos anos 2014 - 2018 como produtores individuais e grupo informal – DAP física.	55
Figura 9 - Demonstrativo do percentual de compra de produtos consumidos ao longo dos anos de 2013 até 2018 por tipo de cultivo/produção:	64
Figura 10 - Proporção dos produtos comprados para o PNAE do município de Macaé no ano 2013.	68
Figura 11 - Proporção dos produtos comprados para o PNAE do município de Macaé no ano 2014.	69
Figura 12 - Proporção dos produtos comprados para o PNAE do Município de Macaé no ano 2015.	71
Figura 13 - Proporção dos produtos comprados para o PNAE do Município de Macaé no ano 2016.	73
Figura 14-Proporção dos produtos comprados para o PNAE do município de Macaé no ano 2017.	76
Figura 15 - Proporção dos produtos comprados para o PNAE do município de Macaé no ano 2018, incluindo a compra do pescado.	79
Figura 16 - Proporção dos produtos comprados para o PNAE do município de Macaé no ano 2018, sem os dados da compra de pescado.	80
Figura 17- Participação dos principais produtos no valor total adquirido, nos anos de 2013 a 2018.	82

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização dos estabelecimentos agropecuários no Brasil em 2017.	28
Tabela 2 - Caracterização dos estabelecimentos agropecuários no estado do Rio de Janeiro em 2017.....	28
Tabela 3 - Caracterização dos estabelecimentos agropecuários no município de Macaé em 2017.....	30
Tabela 4 - Quantidade de estabelecimentos agrícolas familiares de Macaé que desenvolvem a atividade identificada.....	31
Tabela 5- Destaque da produção agrícola familiar de Macaé em 2017.....	32
Tabela 6 - Quantidade de animais, por espécie, nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar de Macaé:.....	33
Tabela 7 - Comparativo da participação percentual das compras de produtos da agricultura familiar no âmbito do PNAE – de 2011 até 2018:.....	51
Tabela 8-Relação dos agricultores familiares que participaram/foram habilitados e forneceram para o PNAE na Chamada Pública n.º 001/2016.....	58
Tabela 9 - Demonstrativo do número de Cooperativas e Associações que forneceram produtos para o PNAE da Prefeitura de Macaé.....	61
Tabela 10 - Percentual dos produtos adquiridos em 2014 dos agricultores familiares de Macaé e dos agricultores familiares de outros municípios.....	70
Tabela 11 - Percentual dos produtos adquiridos em 2015 dos agricultores familiares de Macaé e dos agricultores familiares de outros municípios.....	72
Tabela 12 - Percentual dos produtos adquiridos em 2016 dos agricultores familiares de Macaé e dos agricultores familiares de outros Municípios.....	74
Tabela 13- Demonstrativo do valor real comprado dos agricultores familiares, para o PNAE, dos produtos mais consumidos ao longo dos anos de 2013 até 2018.....	76
Tabela 14 - Percentual dos produtos adquiridos em 2017 dos agricultores familiares de Macaé e dos agricultores familiares de outros Municípios.....	77
Tabela 15-Percentual dos produtos adquiridos em 2018 dos agricultores familiares de Macaé e dos agricultores familiares de outros municípios.....	81
Tabela 16 - Relação da produção do município de Macaé solicitada pelo PNAE e quantidade produzida pelos agricultores familiares do município (continua).....	85
Tabela 17 - Comparativo entre o percentual da quantidade indicada na Ata de Classificação de Projetos de Venda das Chamadas Públicas de 2018 e 2016 para fornecimento por agricultores familiares de Macaé e de outros municípios.....	88
Tabela 18 - Percentual da quantidade fornecida por agricultores familiares de Macaé, participantes como fornecedores individuais e grupo formal, na Chamada Pública de 2018.....	89

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAf – SANA	Associação dos Produtores da Agricultura Familiar do Sana
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPMAC	Cooperativa Agropecuária e Agroindustrial Familiar dos Produtores e Trabalhadores Rurais e Economia Solidária do Município de Macaé RJ
CPF	Cadastro de pessoas físicas
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EEx	Entidade Executora
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Brasil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
HGSF	Home-Grown School Feeding (tradução: Alimentação escolar cultivada em casa)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAN	Segurança alimentar e nutricional
SIGPC	Sistema de Gestão de Contas do FNDE
UFPA	Unidade Familiar de Produção Agrária

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVOS DO TRABALHO.....	14
1.2 METODOLOGIA.....	15
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR.....	19
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR.....	22
2.3 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).....	24
3 DADOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR.....	27
3.1 A AGRICULTURA FAMILIAR EM MACAÉ.....	29
4 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE MACAÉ.....	35
4.1 AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES.....	52
4.1.1 Agricultores familiares participantes, habilitados e fornecedores da Chamada Pública n.º 001/2016 e a condição desses agricultores em relação à terra.....	55
4.2 COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES.....	60
4.3 PRINCIPAIS PRODUTOS ENTREGUES PELOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	63
4.3.1 Produtos fornecidos para o PNAE em 2013.....	67
4.3.2 Produtos fornecidos para o PNAE em 2014.....	68
4.3.3 Produtos fornecidos para o PNAE em 2015.....	70
4.3.4 Produtos fornecidos para o PNAE em 2016.....	73
4.3.5 Produtos fornecidos para o PNAE em 2017.....	75
4.3.6 Produtos fornecidos para o PNAE em 2018.....	78
4.4 COMPARATIVO DOS PRODUTOS CONSUMIDOS ENTRE 2013 ATÉ 2018:81	
4.5 PRODUTOS SOLICITADOS NO PNAE DE MACAÉ E A PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO.....	83
4.5.1 Produção municipal não solicitada pelo PNAE de Macaé:.....	90
5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS – PERCEPÇÃO QUANTO AO PNAE.....	93
5.1 RAZÃO PARA OBTENÇÃO/RETIRADA DA DAP.....	96
5.2 RENDA PARA SUSTENTO.....	96
5.3 PARTICIPAÇÃO MEDIANTE COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO.....	97
5.4 PNAE DE OUTROS MUNICÍPIOS.....	98
5.5 CONSUMIDORES.....	99
5.6 VALOR PAGO PELO PNAE.....	99
5.7 PARTICIPAÇÃO EM OUTROS PROGRAMAS, COMO O PAA.....	100
5.8 SUPORTE E APOIO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ PARA A VENDA AO PNAE.....	101
5.9 SUPORTE E APOIO DE ALGUM ÓRGÃO PARA A PRODUÇÃO.....	102
5.10 MELHORIAS OCORRIDAS APÓS PARTICIPAÇÃO NO PNAE.....	102
5.11 FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO E TIPOS DE PRODUTOS.....	103
5.12 TRANSPORTE DOS PRODUTOS.....	103
5.13 DIFICULDADES DE PARTICIPAÇÃO NO PNAE.....	103
5.14 DIFICULDADES NA CONDIÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR.....	104

5.15 MELHORIAS NO PNAE.....	104
5.16 AVALIAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA.....	105
5.17 AGRICULTOR FAMILIAR PRODUTOR EM MUNICÍPIO DIVERSO:.....	106
6 CONCLUSÃO.....	107
REFERÊNCIAS.....	110
APÊNDICE A - Questionário Agricultores Familiares.....	117
APÊNDICE B - Questionário Agricultores Familiares: outros municípios.....	120
APÊNDICE C - Questionário Prefeitura de Macaé.....	123
ANEXO A - Exemplo de cardápio de desjejum dos alunos das escolas municipais de educação infantil.....	125
ANEXO B - Exemplo de cardápio de lanche dos alunos das escolas municipais de educação infantil.....	126
ANEXO C - Exemplo de cardápio de lanche dos alunos das escolas municipais de ensino fundamental e ensino médio.....	127
ANEXO D - Exemplo de cardápio de almoço dos alunos das escolas municipais de educação infantil.....	128
ANEXO E - Exemplo de cardápio de almoço dos alunos das escolas municipais de ensino fundamental, ensino médio e janta dos alunos do ensino de jovens e adultos.....	129
ANEXO F - Exemplo de kit lanche entregue aos alunos em datas comemorativas	130

1 INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro, assim como toda a sociedade, possui dentre suas características a desigualdade social e econômica. Nele, há tanto agricultores que se utilizam de modernos meios de produção, com acesso às tecnologias mais recentes e que estão inseridos em cadeias produtivas lucrativas, até os que vivem à margem de mercados rentáveis, sem condições de melhoria de sua produção e de aderir às novidades tecnológicas do ramo. (SCHNEIDER, 2010)

Esse perfil agrícola provém de todo o histórico de ocupação territorial e das prioridades econômicas do Governo brasileiro ao longo dos anos. Citando José de Souza Martins, Schneider (2010, p. 107) menciona que os grupos subalternos sempre foram preteridos e deixados à margem dos processos de mudança ocorridos no país.

Wagner e Gehlen (2015), citando estudos de diversos autores como Kageyama e Graziano da Silva (1985), Neves (1997) Delgado (2010), Grisa (2012), apontam que a modernização agrícola brasileira realizada de forma seletiva ocasionou o aumento da concentração de terra, excedente de mão de obra, aumento do êxodo rural e a exclusão de muitas famílias menos tecnificadas ao acesso a recursos de políticas públicas. Tudo isso resultou em desigualdade social e diferenças regionais significativas na agricultura brasileira.

Em razão desses fatores, no período entre 1984 e 1988, inicia-se um processo de mobilização da classe rural pobre e marginalizada. A pressão política por reforma agrária e apoio à agricultura familiar, ocorrida na década de 80, foi realizada por agentes integrantes de movimentos sociais, do sindicalismo rural, de organizações ligadas à Igreja Católica (pastoral da terra) e de Organizações Não Governamentais. (SCHNEIDER, 2010).

Os movimentos rurais reformistas atuaram em diferentes frentes. Algumas reivindicações se direcionaram à reforma agrária, incluindo a luta pela distribuição de terras. Outras atuaram em discussões relacionadas ao combate à pobreza e geração de renda, com solicitações referentes à viabilidade da produção e comercialização de produtos agrícolas, como o crédito agrícola, assistência técnica, seguros agrícolas e aberturas de mercado. (WAGNER; GEHLEN, 2015)

Como consequência dessas mobilizações e reconhecendo a agricultura familiar como setor a ser atendido, o Estado instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, que tinha como finalidade a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, de modo a propiciar aos agricultores familiares o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria de renda.

Outros avanços foram igualmente verificados. Houve também por parte do Estado a instituição de políticas que tinham caráter de inclusão dos agricultores familiares. Como exemplo dessas modalidades, podem ser citados o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2009, que flexibilizaram suas normas para possibilitar a participação de agricultores familiares no fornecimento de seus produtos em mercados institucionais. Essa flexibilização se deu com a possibilidade de compras dos produtos da agricultura familiar, preferencialmente locais, realizando chamadas públicas e não apenas licitação, procedimento esse bem mais complexo.

O presente trabalho teve como elemento norteador a verificação das contribuições de políticas de inclusão da agricultura familiar. O campo de pesquisa se restringiu ao PNAE aplicado pela Prefeitura do município de Macaé¹, no estado do Rio de Janeiro. A existência de poucos trabalhos sobre o assunto no referido município contribuiu para se pesquisar a respeito e verificar como essa política está sendo aplicada e qual a percepção dos atores envolvidos no processo: agricultores familiares, servidor da Prefeitura de Macaé e de Associação Agrícola participante do programa.

A economia do município de Macaé, até a década de 1960, era baseada na lavoura de cana-de-açúcar e em atividades agropecuárias e pesqueiras. A partir da década de 70, com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, o município de Macaé passou a receber inúmeras empresas relacionadas a sua exploração. (MACAÉ, 2017).

De acordo com Bonin (2016), a produção agrícola no município de Macaé, é relativamente baixa. Sua economia era baseada na indústria sucroalcooleira,

¹ O município de Macaé está localizado na região norte do estado do Rio de Janeiro. Possui uma população estimada de 261.501 pessoas e o seu território mede 1.216,989 Km² (IBGE, 2020).

agropecuária e pesca. No entanto, após a instalação da Petrobras, as atividades agrícolas perderam espaço para a indústria e serviços.

Ainda que não seja um setor do qual a economia municipal dependa, a agricultura familiar possui o direito de ser assistida. Como o PNAE é uma política pública aplicada no município de Macaé e que possui dentre as suas diretrizes o apoio ao desenvolvimento sustentável local, importante verificar se a execução de tal programa está beneficiando os agricultores familiares e contribuindo para a inclusão desses atores nos mercados institucionais e para a melhoria de sua qualidade de vida.

1.1 OBJETIVOS DO TRABALHO

Diante de políticas públicas como o PNAE, que procuram incentivar a participação da agricultura familiar em mercados institucionais, a fim de permitir o fortalecimento desse segmento, o presente trabalho visa analisar a aplicação do programa no município de Macaé/RJ e verificar a percepção, quanto a sua implementação, dos agricultores familiares, servidores públicos da Prefeitura de Macaé que trabalham diretamente com o programa, membros de cooperativas e associações locais e demais atores envolvidos.

São objetivos específicos do presente trabalho:

- a) verificar os valores totais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para aplicação no PNAE e quanto desse total foi direcionado para compras de produtos da agricultura familiar, a fim de averiguar o aproveitamento da verba pública destinada a esse fim;
- b) verificar a adesão de agricultores familiares ao PNAE de Macaé, para se conhecer a provável quantidade, do total de agricultores familiares do município, participantes desse programa;
- c) identificar possíveis barreiras que limitam a adesão de maior número de agricultores familiares ao PNAE e as dificuldades encontradas por membros desse segmento para atender as exigências de participação no programa;

- .d) verificar se houve vantagem para os agricultores familiares, e quais foram essas, quando da participação dos agricultores familiares por meio de grupos formais (cooperativa e associação), grupo informal ou produtor individual;
- .e) confrontar o que é solicitado no PNAE do município com a produção agrícola familiar de Macaé, pesquisando quais produtos são solicitados nas chamadas públicas do programa e comparando com aqueles produzidos pelos agricultores familiares locais;
- .f) verificar, entre os agricultores familiares participantes do PNAE, se a adesão a esse programa possibilitou melhorias em suas vidas e se incentivou mudanças no processo de produção e comercialização.

1.2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho teve caráter exploratório valendo-se da análise bibliográfica e documental de dados secundários disponíveis em sites, complementada pelo levantamento de dados com os atores participantes do PNAE do município de Macaé, qual seja, agricultores familiares, servidor da Prefeitura de Macaé e membro de Associação agrícola familiar do município.

Foram elaborados questionários a fim de serem aplicados aos agricultores familiares e servidor da Prefeitura do município. Com relação aos dados obtidos junto ao representante da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar do Sana (APAF-Sana), não houve questionário, tendo sido realizada entrevista semiestruturada. Os participantes dessa pesquisa buscaram responder questões não possíveis de serem averiguadas com os dados documentais.

Inicialmente, foram verificados no site do FNDE os valores disponibilizados para o município de Macaé aplicar nas compras do PNAE. Esses dados apresentados no site foram extraídos do Sistema de Gestão de Contas (SIGPC) – Contas Online do FNDE. Tais informações permitiram analisar: o valor total repassado pelo Governo Federal para a alimentação escolar, o valor real de compra dos produtos da agricultura familiar e quanto deveria ter sido aplicado na compra desses produtos. Com isso, foi identificado quanto se aproveitou de verba pública

repassada para compra de produtos da agricultura familiar e, conseqüentemente, quanto se investiu na produção local. Com estes dados também foi possível realizar um comparativo do valor repassado para aplicação no PNAE e o que foi utilizado para a compra de produtos da agricultura familiar no âmbito nacional, do estado do Rio de Janeiro e do município de Macaé.

Os dados disponíveis no Censo Agropecuário 2017 permitiram indicar os produtos cultivados pela agricultura familiar no município de Macaé, o valor de produção desses e a quantidade produzida pelos agricultores familiares. Tal levantamento foi feito para compará-los com os dados (quantidade e variedade) dos produtos solicitados nas chamadas públicas disponíveis para consulta no Portal da Transparência do município de Macaé. Os dados permitiram analisar se a agricultura familiar do município seria capaz de suprir a demanda solicitada no PNAE.

No site do SIGPC – contas on line estão disponíveis planilhas contendo informações sobre as notas fiscais repassadas pelo município de Macaé como comprovação dos pagamentos aos agricultores familiares. Esses documentos permitiram averiguar quantos agricultores familiares de Macaé participaram do programa ao longo dos anos analisados comparativamente aos agricultores de outros municípios. Em relação às cooperativas e associações, foram verificadas quantas de Macaé e de outros municípios participaram e forneceram para o PNAE.

A origem dos agricultores familiares foi possível ser apurada com a busca dos seus nomes nas notas fiscais, a identificação pelo CPF dos mesmos nas atas das chamadas públicas e a confirmação pelo extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) acessado a partir do site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

As documentações referentes às chamadas públicas disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura de Macaé também permitiram constatar por meio de qual grupo o agricultor familiar participou do PNAE: grupo formal, informal ou fornecedor individual. Esses dados possibilitaram analisar a quantidade fornecida por cada grupo, realizando-se um comparativo da participação que cada um deles representou no fornecimento do PNAE da Prefeitura de Macaé. Somente foram encontradas Chamadas Públicas para compra de gêneros alimentícios iniciadas nos

anos de 2016 e 2018. A que ocorreu em 2017 estava restrita para a compra de pescado.

As notas fiscais também propiciaram o conhecimento do quanto foi gasto por produto no âmbito do PNAE pelo município de Macaé – de 2013 até 2018 – e a quantidade fornecida de cada item. Tal pesquisa foi possível pois nos referidos documentos constavam o produto fornecido, a quantidade fornecida, o valor unitário e o valor total do mesmo. Não estavam disponíveis para consulta notas fiscais relativas aos seguintes anos: 2011, 2012, 2019 e 2020.

Buscando-se verificar a percepção dos agricultores familiares em relação à política pública do PNAE foi aplicado questionário em alguns casos e entrevistas baseadas nos questionários em outros. A escolha de qual meio se utilizar foi determinada pelos próprios participantes, de acordo com a limitação e disponibilidade de cada um. O questionário foi enviado no formato do Google Forms, por e-mail ou aplicativo de celular, para os agricultores que assim se disponibilizaram a responder, e foi enviado em formato de texto, word e pdf, aos que assim declararam preencher.

Quinze agricultores familiares foram contactados e, dentre esses, 10 participaram da pesquisa; 01 deles não respondeu a nenhum dos contatos; 03 deles não quiseram responder os questionários e 01 deles, que intermediaria junto aos agricultores familiares do Assentamento Prefeito Celso Daniel, localizado em Macaé, apesar de retornar afirmando que responderia, não o fez. Além desses, foi possível contato com servidor da Prefeitura de Macaé (engenheiro agrônomo e representante da Secretaria Municipal de Agroecologia, participante das reuniões relativas às Chamadas Públicas do PNAE) e com membro da APAF-Sana. Diversas tentativas de contato foram feitas com membro da Cooperativa Agropecuária e Agroindustrial Familiar dos Produtores e Trabalhadores Rurais e Economia Solidária do Município de Macaé RJ (COOPMAC) e, apesar de se disponibilizarem a participar da pesquisa, não responderam a qualquer questionamento.

Em relação a origem dos 10 agricultores familiares que responderam as perguntas, 09 deles eram de Macaé. Contudo, pela dificuldade em se atingir um número razoável de pesquisados em certo momento do presente trabalho, foi feito contato com agricultores familiares de outros municípios e, com isso, houve resposta

de apenas um agricultor familiar de Nova Friburgo. Para esse último, as perguntas eram diferenciadas a respeito de políticas públicas e opinião sobre o PNAE, não havendo qualquer menção ao programa aplicado pela Prefeitura de Macaé.

Todos os questionários aplicados neste trabalho se encontram no apêndice. Os questionários desenvolvidos para os agricultores familiares tiveram como base a tese de doutorado de Schwartzman (2015) e a dissertação de Antonioli (2019).

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O intuito desta seção é apresentar os principais termos abordados ao longo do trabalho, definindo a conceituação utilizada nas pesquisas desenvolvidas nos tópicos seguintes.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Até a década de 1990 não se utilizava a denominação “agricultor familiar”. Antes desse período a categoria era conhecida como pequeno produtor, produtor de baixa renda ou produtor de subsistência. Somente após lutas de movimentos sindicais foi criada e reconhecida a agricultura familiar brasileira. A consolidação desse reconhecimento se deu com a instituição do PRONAF pelo Decreto 1.946, de 28/06/1996, e, posteriormente, com a publicação da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326 - de 24/06/2006). (SCHNEIDER, 2010)

Três fatores igualmente importantes são citados de forma resumida por Schneider e Cassol (2014) como sendo os que possibilitaram o reconhecimento e o surgimento da agricultura familiar no Brasil. O primeiro seria a atuação do movimento sindical que ressurgiu após a ditadura militar no país. O segundo se refere ao trabalho de debate intelectual sobre este tema, na década de 1990, pelos intelectuais, mediadores e cientistas sociais. O terceiro e último se refere ao papel do Estado e das políticas sociais que passaram a reconhecer a agricultura familiar e, com a institucionalização do PRONAF, em 1996, deu-lhe visibilidade.

Dentre os trabalhos dos intelectuais que permitiram a tipificação da agricultura familiar no Brasil, pode-se destacar o trabalho de Kageyama e Bergamasco (1989). O artigo apresenta uma classificação dos estabelecimentos com base nos dados do Censo Agropecuário de 1980, que considerou como variável a composição da força de trabalho utilizada em tais estabelecimentos, com destaque para o trabalho familiar (considerado não remunerado) e o contratado (trabalho temporário e permanente). Outro que também se destacou foi o estudo FAO/INCRA (1996), trabalho conduzido por órgãos oficiais, que analisou os estabelecimentos

agropecuários brasileiros, separando-os em estabelecimentos de agricultores familiares e patronais.(SCHNEIDER; CASSOL, 2014)

Diversos autores passaram a conceituar e definir a agricultura familiar. Savoldi e Cunha (2010) defendem que a agricultura familiar se distingue pelo papel preponderante da família como estrutura fundamental de organização da reprodução social. Para eles, isso ocorre pela formulação de estratégias familiares e individuais que transmitem aos seus membros o patrimônio material e cultural.

Para Souza (2002), a agricultura familiar pode ser definida como aquela em que a família possui uma relação de propriedade com a terra, que é seu meio de produção, além de ser responsável pela execução do trabalho necessário ao processo produtivo.

A designação, de acordo com Marques *et al.* (2014), envolve a caracterização da categoria que utiliza mão de obra de membros da família e que exerce a gestão do empreendimento diretamente e presencialmente, na qual algum dos familiares participa da produção.

Para Maria José Carneiro (1999), conforme citado por Netto (2008, p. 22), o que distingue a agricultura familiar do trabalho familiar é o “papel preponderante da família como estrutura fundamental da organização de reprodução social”.

Silva (2013) afirma que estão incluídos neste segmento os produtores de pequeno e médio porte, camponeses, povos indígenas, comunidades tradicionais, pescadores artesanais e muitos outros. Para o autor, pelo fato dos agricultores familiares possuírem experiência em sustentabilidade, transmitida de geração em geração e aperfeiçoada ao longo do tempo, foi possível que em alguns casos se mantivesse a produção ainda que em terras marginais.

A agricultura familiar brasileira é formada por uma grande variedade de produtores, que vão desde os que ainda utilizam o modo camponês de subsistência, até aqueles que produzem de forma mecanizada e desenvolvida, fazendo uso de uma produção mais especializada e tecnificada.

Ela possui um papel muito importante nos circuitos locais de produção e comercialização e as atividades que desempenham são indispensáveis à diversificação das economias regionais. (SILVA, 2013).

Heberlê *et al.* (2017, p. 134) defendem que os aspectos que sustentam a importância da agricultura familiar são

(a) está intrinsecamente vinculada à segurança alimentar e nutricional; (b) preserva os alimentos tradicionais, além de contribuir para uma alimentação balanceada e salvaguardar a agrobiodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais; (c) representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a autonomia do agricultor, reafirmando sua identidade, a proteção social e o bem-estar das comunidades e o desenvolvimento rural; d) demonstra o potencial para geração de postos de trabalho. Salientam-se ainda as contribuições para responder aos impactos das mudanças climáticas e ambientais, bem como às mudanças de padrões e hábitos de consumo (valorização da alimentação e aspectos nutricionais e de qualidade – nesse sentido, a valorização das agroindústrias familiares também deve ser ressaltada).

Apesar das definições dos diversos autores que discorrem a respeito da agricultura familiar, a definição legal que habilita esse segmento a participar das políticas públicas como o PNAE está prevista no artigo 3.º, da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. De acordo com esse dispositivo, são assim considerados aqueles agricultores que praticam suas atividades no meio rural e atendam simultaneamente aos seguintes requisitos: possuam a qualquer título área até 4 (quatro) módulos fiscais; utilizem predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenham percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo e dirijam seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O Decreto n.º 9.064, de 31 de maio de 2017, que regulamentou a lei citada no parágrafo anterior, definiu que a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) e o empreendimento familiar rural deverão utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento e ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

Dessa forma, no presente trabalho a definição sob a qual os agricultores familiares serão considerados é a estipulada na legislação acima citada.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

As políticas públicas são instituídas na tentativa de solução de problemas sociais apontados por membros da comunidade através de suas manifestações. Quando o Estado é instigado a resolver questões que trazem descontentamentos à sociedade, o mesmo desenvolve e aplica políticas públicas com o intuito de garantir o bem-estar social.

Para Teixeira (2002), tais políticas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, entendidos como os mais vulneráveis; ampliar e efetivar os direitos de cidadania; promover o desenvolvimento (gerando emprego e renda) e regular conflitos entre os diversos atores sociais.

Para Souza (2006, p. 26), políticas públicas podem ser definidas resumidamente como:

o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Conforme já esclarecido no presente trabalho, a agricultura familiar, até a década de 1990, foi marginalizada pelo Estado brasileiro, que não atendia suas reivindicações e concentrava suas ações nos grandes produtores. Foram necessárias mobilizações do setor para que o Governo passasse a atender suas reclamações. Nesse ponto, o estudo de Teixeira (2002) e Souza (2006) corrobora com a afirmação de que para se ter uma política pública, necessária a existência de demanda da população ou grupo a ser atendido.

Triches e Baccarin (2016) mencionam que durante a discussão de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e de alguns programas, como o Fome Zero, que ocorreram no final dos anos 1990 e início do ano 2000, foi sendo desenvolvida a concepção de direcionar a compra estratégica governamental para alguns fornecedores desfavorecidos, como os pequenos agricultores. Dessa forma, a visão que o Estado passou a ter das aquisições públicas foi a de ponderar outros valores,

além do menor preço e concorrência (presentes na licitação). Valores como a saúde, o social e o ambiental passaram a ser observados

Como consequência das mobilizações sociais e reivindicações, o Estado passou a elaborar políticas públicas em prol dos agricultores familiares. A criação do PRONAF em 1996 é um exemplo, já apresentado neste trabalho, sendo objetivo desse programa o aumento da produção, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação da cidadania dos agricultores familiares.(HENIG; SANTOS, 2016).

Tal reconhecimento também foi vislumbrado, 10 anos depois, com a edição da Lei da Agricultura Familiar, em 2006 (Lei 11.326, de 24/07/2006), “dando maior segurança jurídica para as políticas públicas já existentes e contornos mais estáveis para a definição formal da agricultura familiar”. (PICOLOTTO; MEDEIROS, 2017, p. 356).

No dizer de Henig e Santos (2016), somente a intervenção do Estado no processo produtivo, com incentivos e políticas para atender às necessidades dos agricultores familiares, permitirá o desenvolvimento deste setor para se firmar no campo econômico e ser capaz de se tornar competitivo.

No dizer de Junqueira e Lima (2008)

O fortalecimento e valorização da agricultura familiar dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que devem ser implementados de forma articulada por diversos atores e instrumentos, e onde, sem dúvida, o papel do Estado e das políticas públicas cumpre um papel fundamental. (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p. 175)

Outras políticas foram igualmente instituídas, como a compra pública do agricultor familiar no PAA que visa o incentivo de compras governamentais da agricultura familiar, permitindo, com isso, o seu desenvolvimento.

Posteriormente ao PAA, foi estabelecida a necessidade de compra mínima da agricultura familiar para o PNAE, que será analisado no próximo tópico.

2.3 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

A alimentação escolar existe no Brasil há mais de 60 anos e passou a ser um direito social de todas as crianças e adolescentes que frequentam a escola, a partir dessa previsão na Constituição de 1988. (TRICHES; SILVESTRI, 2018)

A Carta Magna, em seu artigo 208, inciso VII, determina ser dever do Estado com a educação a estipulação de garantias ao educando por meio de programas suplementares no qual, dentre os descritos, consta o de alimentação. (BRASIL, 2020)

Ao longo do tempo, o programa de alimentação escolar sofreu diversas modificações como, por exemplo, quanto a forma de execução que antes era centralizada² e, a partir de 1994, passou a ser descentralizada³; a instituição de conselho de fiscalização, deliberação e assessoramento, conhecido como Conselho de Alimentação Escolar (CAE), ocorrido em 2000, e a determinação de nutricionistas como responsáveis técnicos pelo programa a partir de 2006. (FNDE, 2020c).

A alimentação escolar avançou em mais um ponto com a instituição da lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Por meio dela, foi determinado que 30% do valor repassado pelo FNDE para as entidades executoras do plano deveriam ser utilizados na compra de produtos provenientes da agricultura familiar, dando-se prioridade aos assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas e indígenas. (FNDE, 2020c).

Para Villar *et al.* (2013), dentre as várias reestruturações pelas quais o PNAE passou, uma das mais importantes foi o apoio ao desenvolvimento sustentável, com o incentivo às compras de gêneros alimentícios dos agricultores familiares locais.

Com o incentivo às compras de produtos da agricultura familiar, busca-se estimular o fortalecimento da intersetorialidade, o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades, incentivar a redução da desigualdade social, da pobreza e da migração campo-cidade, através da redistribuição de renda desses agricultores, contribuindo para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a soberania alimentar do Brasil. (FERIGOLLO *et al.*, 2017)

2 O órgão gerenciador realizava o planejamento completo e a aquisição dos gêneros por licitação e distribuía para todo o território nacional. (FNDE, 2020c)

3 A partir da lei 8.913, de 17/07/1994, a descentralização dos recursos para a execução passou a ser dos Estados e Municípios. (FNDE, 2020c)

O PNAE possui diversos objetivos, dentre eles a contribuição para o crescimento e o desenvolvimento biopsicosocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. Para alcançá-los, o programa visa desenvolver ações de educação alimentar e nutricional e ofertar refeições que cubram as necessidades básicas e nutricionais desses alunos, durante o período letivo.⁴

Baccarin *et al.* (2017) afirmam que essa nova concepção dos programas de alimentação escolar, onde se procura conjugar a alimentação saudável dos alunos com o desenvolvimento local, está sendo nominada na literatura internacional de Home-Grown School Feeding (HGSF). Por meio de programas assim, se combinaria o incentivo à produção agrícola local com a qualificação de programas de alimentação escolar. O princípio dessa modalidade de programa seria que a insegurança alimentar e pobreza são reforçados e determinados pela baixa produtividade, o frágil desenvolvimento de mercados agrícolas locais e os restritos resultados nutricionais e educacionais. Citando Rozene Márcia Triches (2015), Baccarin *et al.* (2017) afirmam que o HGSF cooperaria para aumentar a renda dos agricultores, do desenvolvimento local e da saúde pública por meio de programas como o PNAE.

A previsão de prioridade de compra local se verifica no artigo 35, parágrafo 3.º, inciso I, da Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020 do Ministério da Educação, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Nesse dispositivo, consta que dentre os grupos de projetos de venda, possui prioridade para seleção sobre os demais grupos o de projetos de fornecedores locais.

Tal escolha indica que

o programa procura trabalhar com os chamados circuitos curtos de comercialização e com a movimentação local dos recursos públicos recebidos. Tais circuitos se mostram adequados à comercialização de produtos *in natura*, cujo aumento de consumo também se apresenta como um dos objetivos da Lei nº 11.947. (BACCARIN *et al.*, 2017, p. 104)

4 Art. 4º, Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009.

O que se verificará, de acordo com as pesquisas realizadas no trabalho ora desenvolvido, é a tentativa do PNAE do município de Macaé em aproveitar os produtos ofertados pelos agricultores familiares locais. Contudo, nem sempre o que está sendo solicitado para consumo pelos alunos das instituições de ensino do município é produzido pela agricultura familiar local ou há excedente disponível para a venda. Soma-se a isso os resultados das pesquisas indicarem que o consumo de produtos processados parece ser superior aos *in natura*. O que será possível fazer para compatibilizar os interesses e necessidades destes dois segmentos, agricultores familiares e estudantes, é um trabalho a ser desenvolvido em conjunto por gestores públicos, agricultores familiares e órgãos técnicos e de apoio à agricultura familiar do município de Macaé.

3 DADOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

No presente capítulo serão apresentados dados relativos à caracterização da agricultura familiar no município de Macaé. Essas informações visam descrever os pontos relativos à agricultura familiar no município que refletem na aplicação do programa. Como exemplo, tem-se os produtos que mais se destacam na produção agrícola familiar municipal, as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agrícolas familiares de Macaé, o percentual de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos e a quantidade de agricultores familiares que possuem assistência técnica no município. Inicialmente, serão apresentados dados gerais sobre a agricultura familiar a nível federal e do estado do Rio de Janeiro para que possam ser comparadas as características gerais da agricultura familiar do município ora pesquisado com os dados dos outros entes federativos.

O Censo Agropecuário de 2017 realizou a pesquisa sobre o número de agricultores familiares existentes no país utilizando o fator de exclusão, ou seja, a identificação era realizada “retirando os estabelecimentos que não atendem os requisitos para serem considerados agricultores familiares”.(GROSSI *et al.*, 2019, p. 42)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 5.073.324 estabelecimentos agropecuários em todo o país, sendo que a maior parte desses são estabelecimentos familiares. (IBGE, 2017).

A área ocupada pelos agricultores familiares é infinitamente menor em comparação a área dos estabelecimentos pertencentes aos agricultores declarados não familiares. Apesar dessa desigualdade histórica no que tange à divisão de terras no país, a agricultura familiar emprega um quantitativo superior de pessoas.

Tais números, mais precisamente indicados na Tabela 1 abaixo, demonstram a importância que a agricultura familiar possui no campo brasileiro em termos de ocupação de mão de obra.

Tabela 1 - Caracterização dos estabelecimentos agropecuários no Brasil em 2017

Tipo de Estabelecimentos:	N.º de Estabelecimentos (Unidades)	%	Área (ha)	%	Pessoal Ocupado (pessoas)	%	Valor da Produção (mil reais)	%
Estabelecimentos Agropecuários	5.073.324	100%	351.289.816	100%	15.105.125	100%	462.361.550,94	100%
Não é Agricultura Familiar	1.175.916	23%	270.398.732	77%	4.989.566	33%	355.889.076,25	77%
Agricultura Familiar	3.897.408	77%	80.891.084	23%	10.115.559	67%	106.472.474,79	23%

Fonte: IBGE (2017a)

No estado do Rio de Janeiro, onde se localiza o município de Macaé, essa representatividade não é diferente. Pelos dados apontados na Tabela 2, também se verificam as características indicadas em termos de estabelecimentos/área/pessoal ocupado/valor de produção existentes no país.

Do mesmo modo, nesse estado também é visível a concentração de terras, tanto é que apesar do número de estabelecimentos agropecuários classificados como familiares ser superior aos não familiares, a área que ocupam é consideravelmente menor. Quanto à ocupação de pessoal, no estado do Rio de Janeiro a agricultura familiar também emprega um número superior de pessoas (apesar do percentual em relação aos dados brasileiros ser menor na tabela 2 do que o demonstrado na tabela 1).

Tabela 2 - Caracterização dos estabelecimentos agropecuários no estado do Rio de Janeiro em 2017

Tipo de Estabelecimentos:	N.º de Estabelecimentos (Unidades)	%	Área (ha)	%	Pessoal Ocupado (pessoas)	%	Valor da Produção (mil reais)	%
Estabelecimentos Agropecuários	65.224	100%	2.375.373	100%	160.571	100%	2.982.761	100%
Não é agricultura familiar	21.438	33%	1.852.838	78%	68.791	43%	1.720.250	58%
Agricultura Familiar	43.786	67%	522.535	22%	91.780	57%	1.262.512	42%

Fonte: IBGE (2017a)

O valor da produção com atividades agropecuárias no estado do Rio de Janeiro corresponde a 0,65% (R\$ 2.982.761,00) da produção brasileira, o que indica pouca representatividade em âmbito nacional. Nesse estado, a agricultura familiar é responsável por 42% (R\$ 1.262.512,00) e a não familiar por 58% (R\$ 1.720.250,00). Comparativamente ao âmbito nacional, a participação da agricultura familiar na produção estadual do Rio de Janeiro está acima da sua correspondência nacional.

3.1 A AGRICULTURA FAMILIAR EM MACAÉ

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, existem 484 estabelecimentos agropecuários familiares no município de Macaé, ocupando uma área de 5.878 ha. Mesmo ocupando 8% da área total dos estabelecimentos agropecuários no município, a agricultura familiar emprega 47% do pessoal ocupado no setor e é responsável por 24% da produção agropecuária do município. Isso demonstra a importância em questão de empregabilidade que a agricultura familiar de Macaé representa.

Na tabela 3 verificam-se os dados relativos ao setor agrícola no município e o comparativo entre a agricultura familiar e a não familiar. Apesar do número de estabelecimentos ser aproximado entre essas duas modalidades de agricultura, a área destinada a cada uma delas é desproporcional, na medida em que a agricultura familiar ocupa menos de 10% da área agrícola total do município. Contudo, conforme já apontado no parágrafo anterior, a agricultura familiar emprega percentualmente valor próximo ao empregado pela agricultura não familiar. Outro ponto de relevância é o valor da produção da agricultura familiar que, mesmo produzindo em espaço irrisório, contribui com 24% do total que é produzido no município.

Tabela 3 - Caracterização dos estabelecimentos agropecuários no município de Macaé em 2017

Tipo de Estabelecimentos:	N.º de Estabelecimentos (Unidades)	%	Área (ha)	%	Pessoal Ocupado (pessoas)	%	Valor da Produção (mil reais)	%
Estabelecimentos Agropecuários	886	100%	71.198	100%	2.470	100%	47.949	100%
Não é agricultura familiar	402	45%	65.320	92%	1.310	53%	36.225	76%
Agricultura Familiar	484	55%	5.878	8%	1.160	47%	11.724	24%

Fonte: IBGE (2017a)

Comparando-se os dados das tabelas 2 e 3, para se verificar a participação da agricultura familiar de Macaé em relação a do estado do Rio de Janeiro, observa-se que em todos os quesitos – número de estabelecimentos, área, pessoal ocupado e valor da produção – a agricultura familiar de Macaé representa apenas 1% desses no estado.

Na tabela abaixo, constam as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agrícolas familiares do município de Macaé. A principal delas é a pecuária, que está presente em 88% desses estabelecimentos, seguida da lavoura temporária, presente em 58% deles. A agroindústria é a atividade que menos está presente nesses estabelecimentos. O mesmo percentual de estabelecimentos que produzem a horticultura, também se dedicam à lavoura permanente com 50 pés ou mais.

O objetivo de apresentar os dados da tabela 4 foi para contribuir com informações sobre o perfil da agricultura familiar no município de Macaé. Apesar das atividades identificadas serem desenvolvidas em diversos estabelecimentos agropecuários familiares desse município, a produção nem sempre será capaz de abastecer todos os mercados locais, inclusive os institucionais (como o PNAE), e garantir o suprimento do agricultor e sua família.

Tabela 4 - Quantidade de estabelecimentos agrícolas familiares de Macaé que desenvolvem a atividade identificada

Atividade Desenvolvida:	Número de estabelecimentos (unidade)	%
Pecuária	424	88%
Lavoura permanente com menos de 50 pés e mais*	139	29%
Lavoura temporária	281	58%
Horticultura	138	29%
Agroindústria	75	15%

* Não foram considerados números de estabelecimentos das lavouras permanentes com menos de 50 pés

Fonte: IBGE (2017a)

Verifica-se, na tabela 5, que a agricultura familiar de Macaé se destaca na produção de leite de vaca, banana, cana-de-açúcar, queijo e requeijão. A quantidade de estabelecimentos agrícolas familiares no município que desenvolvem a pecuária (88% destes), destacadamente a de bovinos (tabela 6), poderia ser um indicativo que justifique o volume de produção de leite e seus derivados acima citados.

Tabela 5- Destaque da produção agrícola familiar de Macaé em 2017

Produto	Valor da Produção	% *
Leite de vaca	R\$ 2.609.000,00	22%
Banana	R\$ 1.999.350,00	17%
Cana-de-açúcar	R\$ 1.601.000,00	14%
Queijo e requeijão	R\$ 1.204.000,00	10%
ovos de galinha	R\$ 858.000,00	7%
Mandioca (aipim, macaxeira)	R\$ 441.000,00	4%
Alface	R\$ 223.890,00	2%
Couve	R\$ 134.930,00	1%
Inhame	R\$ 120.960,00	1%
Quiabo	R\$ 80.320,00	1%
Cebolinha	R\$ 72.250,00	1%
Milho verde (espiga)	R\$ 71.910,00	1%
Laranja	R\$ 64.680,00	1%
Salsa	R\$ 58.950,00	1%
Coentro	R\$ 48.470,00	0%
Doces e geléias	R\$ 20.000,00	0%
Farinha de mandioca	R\$ 16.000,00	0%
Manteiga	R\$ 3.000,00	0%

* Percentual em relação ao valor de produção total do Município de Macaé.

Fonte: IBGE (2017a)

Em relação à pecuária, a criação de bovinos e de galináceos predomina nos estabelecimentos de agricultura familiar do município de Macaé. Apesar do destaque na criação de bovinos e a produção volumosa de leite de vaca e de queijo e requeijão (tabelas 6 e 5) se verificará nas pesquisas desenvolvidas ao longo deste trabalho que os produtos derivados do leite não são fornecidos em grande quantidade pela agricultura familiar do município, no âmbito do PNAE. Essa situação foi apontada por servidor da Prefeitura de Macaé em questionário por ele respondido. De acordo com o servidor, a aquisição em quantidade considerável de

laticínios de agricultores familiares de outros municípios deve-se ao fato de, em Macaé, haver falta de organização dos agricultores familiares do município quando da participação nas Chamadas Públicas (ele destacou casos como: emissão de DAP, auxílio para adequação e habilitação).

Tabela 6 - Quantidade de animais, por espécie, nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar de Macaé:

Especificação:	Quantidade de cabeças nos estabelecimentos de Agricultura Familiar:
Bovinos	6.684
Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	12.734
Equinos	587
Asininos	11
Muares	90
Caprinos	85
Ovinos	246
Suínos	872
Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões	1.520
Perus	190

Fonte: IBGE (2017a)

Com relação à utilização de agrotóxicos, o Censo Agropecuário de 2017 aponta que, dos 484 estabelecimentos familiares do Município, 94% (456 agricultores familiares) afirmaram a sua não utilização, enquanto 6% (28 agricultores familiares) reconheceram que fazem seu uso. Como o PNAE procura incentivar o consumo de produtos mais saudáveis, esse dado possui relevância, na medida em que se verifica o atendimento a diretrizes do emprego de uma alimentação saudável e adequada na maior parte dos estabelecimentos pesquisados pelo IBGE.

Verificando a quantidade de agricultores que recebem orientação técnica no município de Macaé, foi possível constatar pelo Censo Agropecuário de 2017 que, dos 484 agricultores familiares, 102 recebem orientação, enquanto 382 não

recebem. Dentre os que recebem, para 86 deles a origem da orientação técnica recebida provém do Governo (federal, estadual ou municipal).

A título de comparação com os dados relativos aos agricultores não familiares, o Censo Agropecuário de 2017 também esclarece que de um universo de 392 agricultores não familiares analisados pelo IBGE quanto a esse quesito, apenas 129 recebem orientação técnica, e desses, 83 alegam que a origem de tal orientação é do próprio produtor.

Esses dados são relevantes, pois indicam que poucos agricultores no município de Macaé têm acesso à assistência técnica, sejam eles familiares ou não familiares, e que há uma diferença significativa entre a origem de aquisição dessas orientações pelas duas categorias de agricultores.

4 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE MACAÉ

Para que se possa verificar como o Programa Nacional de Alimentação Escolar está sendo executado no município de Macaé, apresenta-se nesse tópico informações referentes ao valor aplicado em compra de produtos da agricultura familiar; número de agricultores familiares, associação e cooperativas locais participantes do programa; forma de participação desses agricultores, a produção solicitada no programa e aquela disponível para fornecimento pela agricultura familiar municipal. Desse modo, analisa-se o aproveitamento do PNAE no município ao examinar quanto do valor gasto no programa foi em compras de produtos dos agricultores familiares de Macaé.

4.1 BREVE HISTÓRICO E NORMAS DO PNAE

Durante o governo Vargas, na segunda metade da década de 1930, a subnutrição passou a ser identificada como um problema social e de saúde pública, que estaria associada com a pobreza extrema e com práticas alimentares e serviços de saúde inadequados. (SILVA, 1995).

A partir desse momento, nas décadas seguintes, várias iniciativas governamentais passaram a ter como objetivo o combate à fome e a subnutrição. Alguns autores citam a criação do salário mínimo, em 1940, como sendo uma delas (ARRUDA; ARRUDA, 2007; PEIXINHO, 2013; SILVA, 2006). Também foram criadas comissões, serviços, campanhas e institutos, elaborados planos e programas nos anos posteriores visando a redução da fome no país e a melhoria do quadro nutricional dos necessitados, utilizando para isso estratégias diversificadas. Dentre essas, podem ser citadas, como exemplo: a distribuição de alimentos básicos para públicos específicos (gestantes, nutrizes, crianças de seis meses até sete anos); oferecimento de refeições para trabalhadores de baixa renda; distribuição de leites para crianças até determinada faixa etária e famílias de baixa renda; implantação de rede de restaurantes para apoio aos trabalhadores; desenvolvimento de política nacional de nutrição; ações de complementação para grupos biologicamente

vulneráveis, produção e comercialização de alimentos e a educação alimentar. (SILVA, 2006; SILVA, 1995).

A merenda escolar também foi uma dessas iniciativas que visavam reduzir o quadro de fome na população brasileira, tendo como objetivo principal a redução da deficiência nutricional dos estudantes carentes do país (BELIK; CHAIM, 2009). Em 1952 foi elaborado o Plano Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil. Desse plano, apenas a Campanha de Merenda Escolar (CME), controlada pelo Ministério da Educação a partir de 1955, sobreviveu (SILVA, 1995). Em 1956, esse plano passou a ser chamado de Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME) (FNDE, 2020c).

A CNME integrou o II Programa Nacional de Alimentação de Nutrição (PRONAN), em 1976 (FNDE, 2020; SILVA, 2006), com a finalidade de suplementação alimentar e oferta de refeições para grupos específicos. Em 1979, o programa passou a ser denominado de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). (PEIXINHO, 2013)

Conforme já citado no presente trabalho, a previsão de alimentação para os educandos em todas as etapas de educação básica, por meio de programas suplementares, como sendo dever do Estado com a Educação, prevista no artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, consolidou esse direito aos estudantes. (FNDE, 2020b)

Diversas alterações posteriores, na execução da merenda escolar, propiciaram a melhoria da qualidade da alimentação aos alunos das escolas públicas. A descentralização da administração da alimentação escolar, ocorrida em 1994, foi uma dessas contribuições:

A promulgação da Lei nº 8.913 de 1994, a qual possibilitou a administração da alimentação escolar de forma descentralizada, foi um dos grandes avanços ocorridos neste Programa, pois permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação condizente com o hábito alimentar da população nas diferentes localidades do país. Ressalta-se que as compras institucionais descentralizadas, apesar das inúmeras limitações, abriram a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local neste mercado institucional. (PEIXINHO, 2013, p. 911)

Em 1997, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação passou a gerir o PNAE. Já em 1999, o repasse dos recursos financeiros do programa deixaram de ser feitos por convênios e passaram a ser realizados por transferência automática. Em 2000 esse repasse ficou condicionado à criação obrigatório dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). Somente os municípios e estados que tivessem criados esses conselhos poderiam receber do FNDE os valores relativos ao PNAE. (PEIXINHO, 2013)

Os recursos financeiros repassados pela União, através do FNDE, para os estados, municípios, Distrito Federal e Institutos Federais, para a execução do PNAE, levam em consideração o número de alunos devidamente matriculados na educação básica pública de cada ente governamental e constantes no Censo escolar do exercício anterior realizado pelo Ministério da Educação. (FNDE, 2021a). Tais recursos são repassados em parcelas pelo FNDE, sendo depositados em conta específica. Para tal repasse, não existe convênio, acordo, ajuste ou contrato. (FNDE, 2021c).

O valor repassado aos estados e municípios pelo FNDE no âmbito do PNAE será o resultado da multiplicação entre o total do número de alunos da entidade executora, o número de dias de atendimento e o valor per capita de aquisição de gêneros alimentícios para os alunos⁵. Esse valor per capita é o constante no quadro 1, abaixo:

Quadro 1 - Indicativo do valor (em R\$) repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno, de acordo com a modalidade de ensino

Valor per capita	Modalidade de ensino
0.32	Educação de jovens e adultos
0.36	Ensino fundamental e médio
0.53	Pré-escola (exceto matriculados em áreas indígenas e remanescentes de quilombos)
0.64	Escolas indígenas e remanescentes de quilombos
1.07	creches
1.07	Ensino integral

Fonte: BRASIL (2020a)

⁵ Art. 47, inciso I, Resolução n.º 06, de 08 de maio de 2020.

A Resolução n.º 06, de 08 de maio de 2020 também passou a prever complementação financeira para totalizar a per capita de R\$ 1,07, para valor repassado aos estudantes do Programa Novo Mais Educação, e complementação financeira para totalizar a per capita de R\$ 2,00, para valor repassado aos estudantes contemplados no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Também instituiu previsão do repasse no valor de R\$ 0,53 aos alunos que frequentam, no contraturno, o AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Foi feita pesquisa sobre o número de alunos do município de Macaé atendidos pelo PNAE. Contudo, o site que disponibilizava tais dados não possuía acesso por meio da página do FNDE ou qualquer outro portal oficial do governo, somente sendo possível acessá-lo quando se inseria palavras-chave em site de pesquisa da web. Como não havia como garantir a confiabilidade dos dados apurados, tais informações não foram apresentadas neste trabalho.

Nas chamadas públicas disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura de Macaé, constam a listagem das unidades escolares do município:

- a) na Chamada Pública n.º 001/2016, no anexo IV, são apresentadas 104 escolas relacionadas;
- b) na Chamada Pública n.º 004/2018, no Anexo III, são 106 unidades escolares, 02 unidades integrantes do Sistema Municipal de Ensino e 06 Centros Municipais de Educação e atendimento Especializado do Escolar, totalizando 114 escolas.

As Entidades Executoras (Eex), qual seja, municípios, estados e distrito federal, são responsáveis pela execução do PNAE, incluindo a utilização dos valores repassados pelo FNDE, que possuem caráter complementar. (FNDE, 2021a). Tais entidades possuem autonomia para definir como executarão os recursos do programa. Poderão fazê-lo de forma centralizada, quando a própria EEx adquire os gêneros alimentícios e os repassa para as unidades escolares prepararem e oferecerem os produtos; de forma descentralizada, quando a EEx repassa os recursos financeiros para as unidades escolares e essas compram os produtos, preparam e oferecem aos estudantes e de forma semidescentralizada ou

parcialmente escolarizada, quando a EEx utiliza-se das duas formas citadas anteriormente.⁶ A legislação também prevê a forma de terceirização dos serviços para aquisição de refeições para a merenda escolar.⁷ Importante salientar que, conforme afirmado por Rossetti, Silva e Winnie (2016), citando Saraiva et al (2013), as entidades executoras são responsáveis pela consolidação do mercado institucional, a partir do momento que essas traçam o planejamento para a aplicação do programa com base na produção local (respeitando a sazonalidade e a disponibilidade dos alimentos locais) e a sua distribuição nas escolas municipais.

No caso do município de Macaé, de acordo com informação prestada por servidor da prefeitura, a forma de execução dos recursos do PNAE é realizada centralizadamente.

Em estudo realizado por Machado *et al.* (2018) foi observado que os municípios que adotaram o sistema misto, descentralizado ou terceirizado de gestão da alimentação escolar não tiveram proveito significativo na compra de produtos da agricultura familiar como ocorria com aqueles que realizavam a forma centralizada de gestão. Isso porque as unidades escolares ou a empresa contratada responsável pela alimentação escolar não realizava compra de produtos provenientes da agricultura familiar com frequência. Essa situação indica a necessidade de haver um maior controle, regulamentação e assistência para a gestão do PNAE.

Os recursos financeiros repassados aos estados, municípios e Distrito Federal, pelo FNDE serão transferidos em até 10 parcelas (de fevereiro até novembro) por ano. Cada uma dessas parcelas não poderão ter cobertura inferior a 20 dias letivos. Desses valores, caberão aos entes federativos prestar contas. Caso não o façam, os repasses poderão ser suspensos. As notas fiscais utilizadas nesta pesquisa são um exemplo da prestação de contas do município de Macaé, dos valores a ele repassado pelo governo federal.⁸

6 Art. 8º, Resolução FNDE n.º 06, de 08 de maio de 2020

7 Art. 51º, parágrafo 2.º, Resolução FNDE n.º 06, de 08 de maio de 2020

8 Art. 47, inciso IX, e art. 60, parágrafo 5.º, Resolução FNDE n.º 06, de 08 de maio de 2020.

4.2 RECURSOS FINANCEIROS EXECUTADOS NO PNAE

Neste subtópico, serão apresentados os recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para as Entidades Executoras. Serão analisados os valores repassados em âmbito nacional, no estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, os de Macaé.

É apresentado abaixo o comparativo entre o que foi repassado pelo FNDE para estados e municípios e o que foi aplicado em compra da agricultura familiar, no âmbito do PNAE. Os dados estão disponíveis no site do FNDE para consulta pública, na página de consultas de dados da agricultura familiar, sendo esses preliminares, passíveis de alteração. Consta que os gestores públicos estaduais e municipais responsáveis pela execução local do PNAE, para fins de prestação de contas, são os que registram os valores no SIGPC, de onde o FNDE extraiu essas informações.

Somente estão disponíveis os dados acima citados dos anos de 2011 até 2017. A partir de 2018 não há qualquer informação do quanto foi repassado pelo FNDE às Entidades Executoras e do quanto foi gasto em compras de produtos da agricultura familiar. Também se observa que não foram todos os municípios que apresentaram os valores de compra de tais produtos. Infelizmente, não há dados suficientes em relação a todos os anos, consolidados na mesma página do FNDE, para melhor apresentá-los no presente trabalho.

A figura 1 apresenta os valores que dizem respeito ao PNAE no Brasil entre os anos de 2011 até 2017. Nele, se observa o que foi adquirido da agricultura familiar do total repassado pelo FNDE. Mesmo que os valores de repasse tenham sofrido oscilação ao longo dos anos, os valores de compra de produtos dos agricultores familiares se mantiveram em relativa progressão. Isso indica uma adequação, ao longo dos anos, de alguns estados e municípios brasileiros à nova exigência de compra mínima de produtos da agricultura familiar que o programa de alimentação escolar determinou.

O mesmo foi observado em estudo de Silva et al. (2020), que analisou a participação da agricultura familiar no PNAE em diferentes regiões do Brasil. Nesse, foi identificado um aumento dos recursos repassados aos estados, no exercício de

2017, para aplicação no programa, demonstrando uma “expansão da capacidade de inclusão da agricultura familiar no âmbito da política pública” (SILVA *et al.*, 2020, p. 189). Assim como também houve um aumento pelos estados do percentual utilizado em compras de produtos da agricultura familiar, indicando, com isso, a ampliação da participação da agricultura familiar e da oferta de alimentos nos cardápios escolares.

Figura 1 - Quadro comparativo entre os valores repassados pelo FNDE aos estados e municípios (em milhões) para aplicação ao PNAE e os valores de aquisição de produtos da agricultura familiar pelas Entidades Executoras, no âmbito do programa.



Fonte: FNDE (2020a)

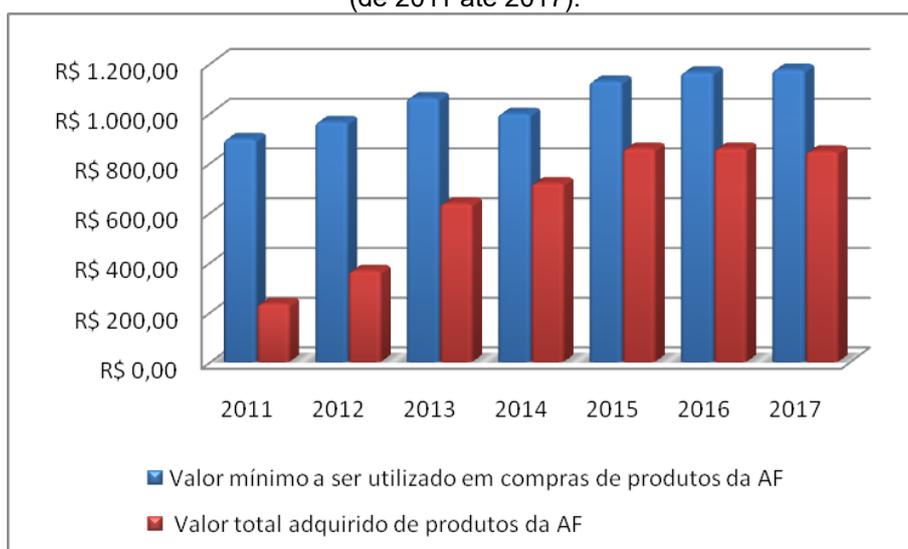
Levando-se em consideração o valor mínimo de 30% que deveria ter sido utilizado para aquisição de produtos da agricultura familiar, constata-se que o valor efetivamente gasto está aquém do que é o estipulado por lei. É possível confirmar esta afirmação na figura 2, onde se verifica que não foi utilizado o mínimo necessário para compra de produtos da agricultura familiar nos anos correspondentes pelos municípios e estados que aplicaram o PNAE.

Todavia, o que se pode confirmar é que ao longo dos anos a adesão à compra de produtos da agricultura familiar foi progressiva, apesar de não cumprirem a meta do mínimo exigido em lei.

Há de se ter em vista toda a complexidade que o programa exige. Seja no que se refere à adequação do cardápio às disponibilidades dos produtos da agricultura familiar existentes nas regiões; seja a comunicação entre os diversos atores (gestores públicos, agricultores familiares, nutricionistas, órgão de assistência técnica, etc); seja no incentivo aos agricultores familiares participarem e estarem aptos a participar do programa, dentre outros.

Leva-se tempo até haver a total adequação às exigências da lei no cumprimento de políticas públicas. O interesse em aplicá-las é um grande passo para o melhor aproveitamento ou não dos programas existentes, como o PNAE. Essas observações podem ser consideradas para as situações aqui pesquisadas e consolidadas nas figuras desta seção.

Figura 2 - Participação da agricultura familiar (em milhões) no valor repassado pelo FNDE para compras de produtos deste segmento no Brasil (de 2011 até 2017).

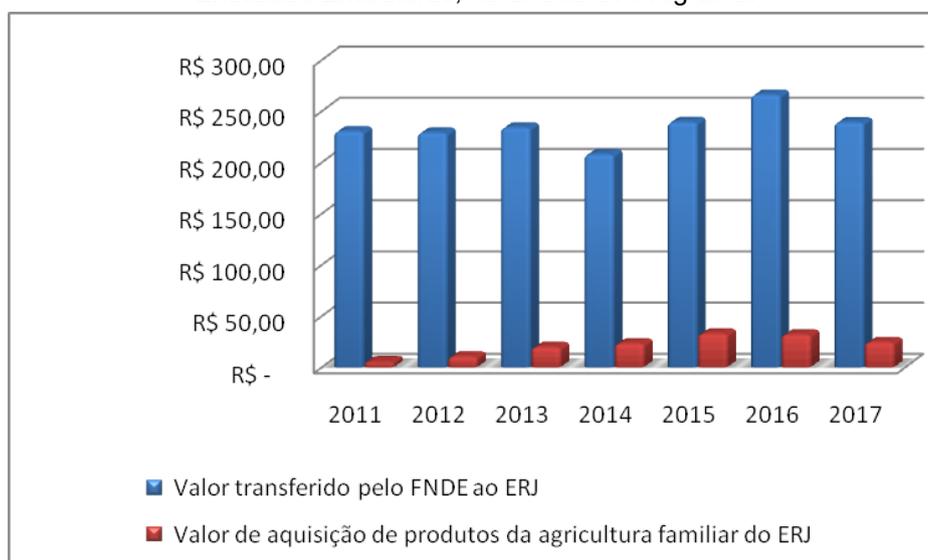


Fonte: FNDE (2020a)

No caso do estado do Rio de Janeiro, observa-se que também ocorreu uma oscilação nos repasses do FNDE para o referido estado e seus municípios, havendo em 2014 uma queda de investimentos no programa.

Diferentemente do que ocorreu em âmbito nacional, em 2017 os investimentos no programa foram reduzidos novamente, interrompendo o crescimento de repasses que houve em 2015 e 2016

Figura 3 - Quadro comparativo entre os valores repassados pelo FNDE ao estado do Rio de Janeiro e aos seus municípios (em milhões) para aplicação no PNAE e os valores de aquisição de produtos da agricultura familiar pelas Entidades Executoras, no âmbito do Programa.



Fonte: FNDE (2020a)

Os valores gastos, em milhões, no estado do Rio de Janeiro, em compras de produtos da agricultura familiar, comparativamente ao que deveria ter sido efetivamente comprado, tendo em vista o que fora transferido pelo FNDE, consta na figura 4 abaixo. Houve maior compra desses produtos em 2015 e 2016 (coluna vermelha).

No entanto, o estado não refletiu o mesmo investimento em compras da agricultura familiar que ocorreu ao longo dos anos no país como um todo. Isso porque em âmbito nacional, conforme figura 02, pode-se observar que as compras foram progredindo entre os anos de 2011 até 2016, havendo uma pequena queda

em 2017. Por sua vez, no estado do Rio de Janeiro, o que se verifica é uma diminuição dessas aquisições já em 2016, quando até então havia aumento desde 2011.

Tal situação também foi confirmada em pesquisa realizada por Aleixo (2021), em análise sobre os mercados institucionais e o desempenho das aquisições de produtos da agricultura familiar do estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2011 até 2018. Citando estudo realizado por Thies *et al* (2016), o autor afirma que o ritmo de aplicação da verba repassada pelo FNDE para aplicação em produtos da agricultura familiar é inferior à média nacional. Sendo que, em 2014, a média nacional foi de 11%, enquanto a do estado do Rio de Janeiro foi de 4% e, em 2012, o estado do Rio de Janeiro utilizou 7% do valor e no restante do país essa média foi de 14,5%.

Figura 4 - Participação da agricultura familiar (em milhões) no valor repassado pelo FNDE para compras de produtos deste segmento no estado do Rio de Janeiro e seus municípios (de 2011 até 2017).



Fonte: FNDE (2020a)

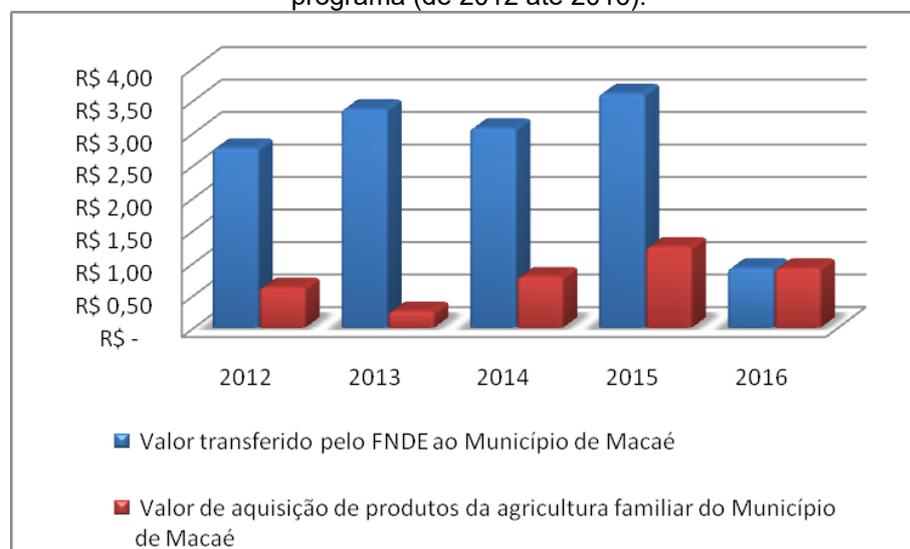
Em artigo publicado por Gonçalves, Gama e Medina (2020), foi verificado que, dentre os estados da região sudeste, o Rio de Janeiro é o que menos se adequa à aplicação dos recursos do PNAE em compra de produtos da agricultura familiar. Citando Machado (2018), afirmam que 70% dos municípios do referido

estado não cumpriram a legislação quanto a compra de produtos da agricultura familiar, no âmbito do PNAE. Alegam que

Em planilha referente aos repasses do Ministério da Educação para o exercício de 2016, e que possui dados atualizados até 2018 (BRASIL, 2018b), dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, 45,7% receberam recursos aptos a serem aplicados com a alimentação escolar utilizando o mínimo de 30% vinculados legalmente para compras de alimentos da agricultura familiar local. No entanto, 59,5% desses municípios que receberam recursos não cumpriram o que a lei exige, e entre esses que não cumpriram a lei, 16,7% aplicaram zero recursos na aquisição de alimentos da agricultura familiar. (GONÇALVES; GAMA; MEDINA, 2020, p. 94)

Os dados relativos ao município de Macaé constam na figura 5. Nele, se verifica a mesma situação ocorrida em âmbito federal e estadual: não houve o aproveitamento do total do valor repassado para o PNAE na aplicação de compras de produtos da agricultura familiar em todos os anos analisados. O que se verifica é que o ano em que mais se adquiriu produtos da agricultura familiar foi em 2015 e aquele em que menos se utilizou foi em 2013. Em relação ao ano de 2011, não houve lançamento de valores nas planilhas consultadas, para consolidação junto aos demais dados aqui apresentados. Destaque para o ano de 2016, quando o valor repassado pelo FNDE para compras da alimentação escolar e aquele utilizado para aquisição de produtos de agricultores familiares são iguais. Possivelmente, em relação ao referido ano não houve por parte de servidor da Prefeitura de Macaé, a quem competia prestar as devidas informações, inserir todos os dados referentes a esse ano.

Figura 5 - Quadro comparativo entre os valores repassados pelo FNDE ao município de Macaé (em milhões) para aplicação no PNAE e os valores de aquisição de produtos da agricultura familiar pelo município, no âmbito desse programa (de 2012 até 2016).



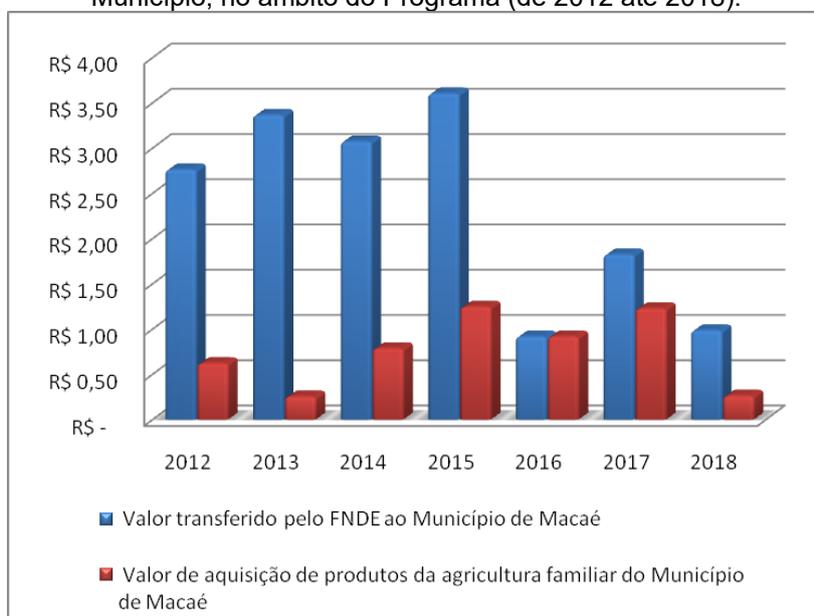
Fonte: FNDE (2020a)

Na mesma página do FNDE (SIGPC - consultas de dados da agricultura familiar) onde foram obtidos os valores que fundamentaram a figura 5, constava que em relação ao ano de 2017 o valor de aquisição de produtos da agricultura familiar estava superior ao valor transferido pelo Fundo. Especificadamente, o valor repassado pelo FNDE em 2017 foi de R\$ 192,00 (cento e noventa e dois reais) e o valor utilizado na compra de produtos da agricultura familiar foi de R\$ 1.818.420,02 (um milhão, oitocentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte reais e dois centavos). Por tal motivo, esses dados não foram considerados e inseridos na figura 5.

No acesso público do site do SIGPC, sem a necessidade de cadastro prévio, existem diversos documentos relacionados ao PNAE por ano de prestação de contas, que poderão ser visualizados por qualquer indivíduo. Nele, foram acessadas planilhas de ordens bancárias com informações da razão social do beneficiário do depósito e os valores de crédito do ano. Essa pesquisa foi realizada para os anos de 2017 e 2018 já que não havia informações a respeito desse período na página em que se obteve os dados consolidados na figura 5.

Foi possível acessar ordens bancárias de transferência de pagamento a agricultores familiares (individuais, cooperativas e associações) e valores creditados em conta da Prefeitura de Macaé, obtendo-se os seguintes valores totais: no ano de 2017 foram transferidos para a Prefeitura R\$ 1.824.437,92 e utilizados nas compras de produtos da agricultura familiar R\$ 1.228.997,61, o que corresponde a 67% do total transferido; no ano de 2018, encontrou-se o valor de R\$ 986.661,70 transferido para a Prefeitura de Macaé e a utilização de R\$ 264.337,99 (27% do valor) nas compras de produtos provenientes da agricultura familiar. Inserindo os valores calculados de 2017 e 2018, a figura correspondente ao que foi repassado pelo FNDE para utilização no PNAE e o que foi utilizado para compra de produtos da agricultura familiar em Macaé, ficaria da seguinte forma:

Figura 6 - Quadro comparativo entre os valores repassados pelo FNDE ao Município de Macaé (em milhões) para aplicação no PNAE e os valores de aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Município, no âmbito do Programa (de 2012 até 2018).



Fonte: FNDE (2020a)

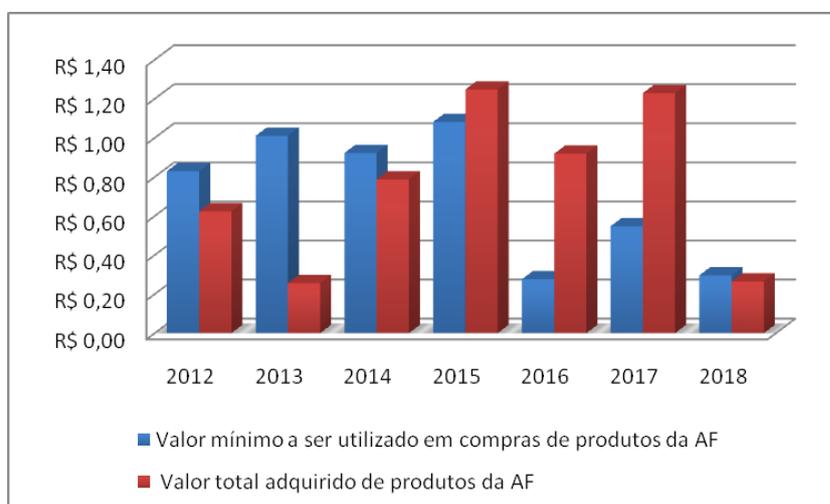
No somatório realizado para se encontrar os valores dos anos 2017 e 2018 apresentados na figura 6 não foram considerados os de crédito indicados como “ted devolvida” (informação constante nas ordens bancárias utilizadas para cálculo).

Essa conjectura foi calculada com o intuito de se verificar qual provável valor de repasse para utilização no PNAE nos anos de 2017 e 2018 e quais valores de compra dos agricultores, a fim de que se tenha uma visualização mais ampla da aplicação do programa no município de Macaé, nos anos da presente pesquisa.

Foram feitos os cálculos de valores constantes nas ordens bancárias pois em sua tabela são discriminados os valores de crédito para utilização no PNAE e os valores de débito com o indicativo do beneficiário da compra, seja agricultor individual, cooperativa ou associação (quando na coluna de débito não constava o beneficiário, não foi considerado o valor correspondente). Como encontra-se estipulado na Lei 11.947/2009, em seu art. 5º, parágrafo 1º, que os valores para utilização no PNAE serão repassados às entidades executoras, diretamente através de depósito bancário em conta corrente específica, os cálculos acima apresentados para os anos 2017 e 2018 utilizaram documentos comprovantes de ordens bancárias do município e disponíveis em domínio do site do FNDE.

Na figura 7, é possível observar um comparativo para verificar o valor que corresponderia ao mínimo de 30% do total repassado pelo FNDE e quanto foi gasto em compras de produtos da agricultura familiar, incluindo no cálculo os valores encontrados dos anos 2017 e 2018.

Figura 7 - Participação da agricultura familiar (em milhões) no valor repassado pelo FNDE para compras de produtos deste segmento no município de Macaé (de 2012 até 2018)



Fonte: FNDE (2020a)

Os dados da figura acima demonstram que os anos em que mais se utilizou verbas do PNAE relativo ao mínimo dos 30% destinados para aquisição de produtos da agricultura familiar foi em 2015 e 2017 e os anos em que menos se utilizou foi em 2013 e 2018.

No ano de 2016, pelo fato de possivelmente haver informação defasada, conforme já apontado, aparenta ter havido um aproveitamento exponencial do valor repassado pelo FNDE para as compras de produtos da agricultura familiar. Mas essa afirmação não poderá ser feita com segurança, haja vista o valor repassado pelo Governo Federal em 2016 ter sido demasiadamente reduzido, em comparação aos outros anos.

Em relação ao ano de 2019, apesar de buscas no site da Prefeitura de Macaé, do Portal da Transparência dessa prefeitura e do FNDE, onde foram analisadas as licitações de todos os anos, quase nada foi encontrado a respeito. Somente foi possível a informação, em uma reportagem de 27 de setembro de 2020, no site da Prefeitura (MACAÉ, 2020), de que em 2019 foram gastos com agricultura familiar R\$ 2.862.708,83, na compra de pescados e hortifrutigranjeiros, e direcionados para a alimentação escolar. Essa deficiência de informação impossibilita uma análise mais aprofundada do PNAE no ano de 2019.

Em contato com servidor da Prefeitura de Macaé, foi informado que houve prejuízo para a realização da chamada pública do programa no ano de 2020 em decorrência da burocracia do processo do PNAE e pelo país ter sido acometido da pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-2).

A tabela 7 abaixo apresenta o percentual de quanto, do total transferido pelo FNDE, foi utilizado em compras de produtos da agricultura familiar em âmbito nacional, estadual e municipal. Trata-se de uma conversão, dos valores já informados nessa seção do trabalho, em percentagem e consolidados em uma só tabela, para efeito comparativo.

O menor percentual de utilização de verbas do PNAE em compras de produtos da agricultura familiar no Brasil e no estado do Rio de Janeiro foi em 2011, levando-se em consideração a existência de dados disponíveis para essa análise. Apesar de informação de que a Prefeitura de Macaé iniciou as compras desses produtos também em 2011, no documento analisado não havia qualquer valor lançado.

O percentual máximo de compra de produtos da agricultura familiar pelo Município de Macaé deverá ser analisado com moderação. Como já explicado anteriormente, os valores repassados pelo FNDE para aplicação no PNAE em 2016 são menores, se comparados aos outros anos, e se iguala ao valor de compra de produtos da agricultura familiar. Em razão disso, na tabela abaixo o percentual indicado em 2016 é de 100%.

Poucos foram os anos em que o mínimo de 30% do PNAE para aquisição de produtos da agricultura familiar foram alcançados. Isso demonstra que ainda há um caminho a ser percorrido por estados e municípios brasileiros para se adequarem ao estipulado na legislação e fazerem cumprir o determinado nessa política pública de inclusão dos agricultores familiares e de beneficiamento aos estudantes de escolas públicas.

Tabela 7 - Comparativo da participação percentual das compras de produtos da agricultura familiar no âmbito do PNAE – de 2011 até 2018:

Ano	Brasil	ERJ	Macaé
2011	8%	2%	-
2012	11%	5%	23%
2013	18%	8%	8%
2014	22%	11%	26%
2015	23%	14%	35%
2016	22%	12%	100%
2017	22%	10%	67%
2018	-	-	27%

Fonte: FNDE (2020a)

Importante salientar que a Prefeitura de Macaé não realiza chamadas públicas do PNAE anualmente, mas sim em anos intercalados, de acordo com informação do membro desta prefeitura e participante da pesquisa. O procedimento burocrático não coincide com o início do ano letivo das escolas e não respeita o ano civil. Isso significa que nem sempre a assinatura dos contratos de fornecimentos de gêneros alimentícios é realizada ao final de um ano para sua execução no início do ano seguinte. Em decorrência disso, uma chamada pública utiliza verba do PNAE por dois anos seguidos, por exemplo, a chamada pública realizada em 2016 teve seus contratos, com os agricultores participantes, assinados em meado de 2017 e as compras realizadas nos anos de 2017 e início de 2018. Isso ocorre pois o prazo de fornecimento das mercadorias é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.⁹

A verba repassada para as Entidades Executoras, para aplicação no PNAE, é feita anualmente. O percentual mínimo de 30% exigido para compras de produtos da agricultura familiar também é analisado dentro desse prazo. Como a Prefeitura de Macaé não realiza chamadas públicas com regularidade todos os anos, não havendo um cronograma pré estabelecido e contínuo, esse pode ser um dos indicativos da não utilização, em alguns anos, dos 30% determinados para a compra

⁹ Essa determinação está prevista no item 6.1 da Chamada Pública n.º 001/2016 e no item 17.1 da Chamada Pública n.º 004/2018, ambos da Prefeitura de Macaé.

de produtos da agricultura familiar pelo PNAE de Macaé entre 2013 e 2018 (tabela 07).

Tal situação foi identificada em estudo realizado no município de Alegre/ES, conforme se observa na explanação abaixo:

Cabe mencionar que, em 2015, a Secretaria Municipal de Educação de Alegre fez uma redução de 20% no total das compras previstas na Chamada Pública, caindo para R\$ 384.363,04. Isso se deu por atraso na publicação da Chamada Pública e pela demora nos trâmites burocráticos da prefeitura. Sendo assim, as entregas, que deveriam ter se iniciado em fevereiro (início do ano letivo), só começaram no final de abril, dois meses após o início das aulas, o que levou à redução de 20% nas compras, já que o ano letivo é de dez meses. Esse fato aponta um grande desafio: a urgência de melhoria na eficiência administrativa do PNAE, o que levou à perda de dois meses de alimentação de melhor qualidade aos estudantes e de renda para os agricultores. (RODRIGUES *et al.*, 2017, p. 105)

A escolha de realização de chamadas públicas em anos intercalados vai de encontro ao que Assis, França e Coelho (2019) defendem em seu estudo. Para os autores, o indicado seria a realização de quatro chamadas públicas ao ano. Eles se baseiam no fato de que, com isso, o programa se tornaria mais atraente aos agricultores familiares pois respeitaria a sazonalidade de produção e sua concentração. Pelo fato de alguns produtos serem abundantes em determinadas épocas do ano e em outras não, o preço deles varia dependendo da oferta e procura. Com a realização de chamadas públicas em anos intercalados e com a contratação de fornecimento por 12 meses, os preços dos produtos ficam defasados ao longo do tempo, o que desestimularia a participação de agricultores familiares no programa. De acordo com pesquisas realizadas pelos autores em escolas estaduais nos municípios de Guapé, Lavras e Divinópolis, em Minas Gerais, a recomendação seria a realização de quatro chamadas públicas anuais. No entanto, o mais frequente era a realização de duas chamadas públicas ao ano.

4.1 AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES

A participação do agricultor no PNAE exige o seu reconhecimento legal como familiar e isso ocorre quando ele é portador da DAP, que pode ser tanto física quanto jurídica. Esse documento, necessário para a participação em políticas públicas no

país, serve como uma identidade para o agricultor familiar, cooperativas e associações.

A DAP funciona como a porta de entrada para que o agricultor familiar participe das políticas de incentivo à produção e à geração de renda. Nesse documento constam dados pessoais dos donos da terra, além de territoriais e produtivos do imóvel rural e também da renda da família. (BRASIL, 2019)

Para a habilitação dos projetos de venda, no caso do PNAE, exige-se o extrato da DAP física (para os fornecedores individuais não organizados em grupo e para cada agricultor familiar participante quando se tratar de grupo informal) e o extrato da DAP jurídica (para associações e cooperativas, que participam como grupos formais). Em todos esses casos, necessário que a documentação tenha sido expedida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.¹⁰

De acordo com o extrato DAP, acessado a partir do site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em outubro de 2020, havia no município de Macaé 256 DAP ativas. No total são 567 DAP existentes, mas dessas haviam 311 inativas. Considerando o número de agricultores familiares existentes no município de Macaé, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, que são 484 estabelecimentos agrícolas familiares, tem-se que 53% deles possuem DAP.

Considerando as notas fiscais disponíveis no acesso público do SIGPC, foi identificado o possível número de agricultores familiares que participaram do PNAE de Macaé entre os anos de 2014 e 2018 como produtor individual e grupo informal, ambos sendo portadores de DAP física. Nessa pesquisa, foram identificados agricultores familiares do município de Macaé e de outros municípios.

Não foi possível ter conhecimento do número de participantes nos anos de 2011 e 2012, por não haver qualquer documentação para análise contendo os dados necessários no site do SIGPC.

No ano de 2013 não consta nas notas fiscais o fornecimento por agricultores familiares DAP física (há apenas informação de que a COOPMAC participou como grupo formal).

10 Art. 36, Resolução n.º 06, de 08 de maio de 2020, Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Conselho Deliberativo.

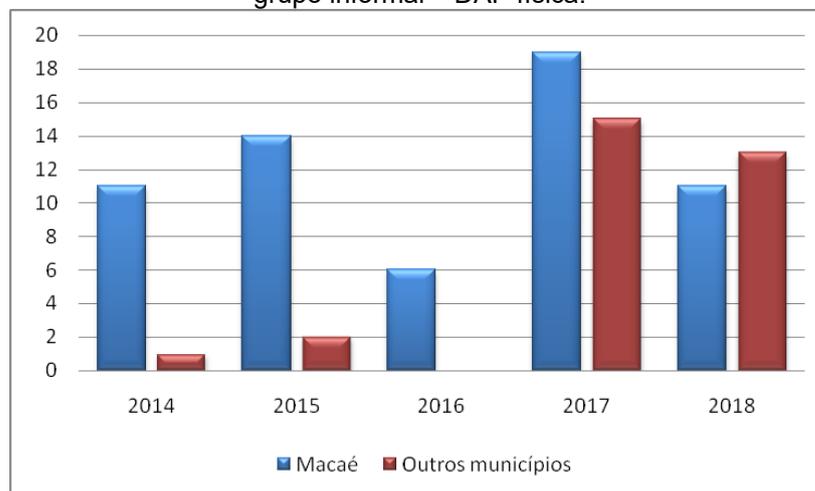
Os nomes relacionados nas notas fiscais tiveram a DAP local confirmada pelo CPF de cada agricultor familiar, na maioria dos casos. O número desse documento estava presente na ata pública das chamadas ocorridas nos anos de 2016 e 2018, que se encontram disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura de Macaé. Após a confirmação de nome e CPF, foi buscado no extrato DAP (acessado a partir do site do MAPA) os dados relativos a cada agricultor constante na ata da chamada pública.

De acordo com a figura abaixo, pode-se verificar que o número de agricultores familiares que forneceram para o PNAE do Município de Macaé foi superior àqueles com DAP de municípios diversos nos anos de 2014, 2015 e 2017. Em relação ao ano 2016 não se obteve informação de agricultor familiar com DAP diversa de Macaé.

Em 2018, os agricultores familiares – DAP física que predominaram foram os provenientes de outros municípios. Possivelmente isso ocorreu pois, como o PNAE de Macaé utiliza verbas repassadas pelo FNDE de dois anos consecutivos, conforme já mencionado, em 2017 foram contratados fornecedores do município de Macaé e reduzida a disponibilidade de fornecimento por agricultores familiares locais. Assim, em 2018 restaram em sua maioria produtores de municípios diversos para o fornecimento ao PNAE, respeitando, com isso, a preferência de agricultores familiares locais no fornecimento para o programa.

Na pesquisa foi possível identificar que participaram do PNAE de Macaé, como produtor individual e grupo informal, ambos DAP física, agricultores familiares de Conceição de Macabu, Santa Maria Madalena, Carapebus e Italva. Dessas localidades predominaram, nos anos em referência, agricultores de Conceição de Macabu.

Figura 8 - Número de agricultores familiares participantes do PNAE de Macaé nos anos 2014 - 2018 como produtores individuais e grupo informal – DAP física.



Fonte: FNDE (2021b)

4.1.1 Agricultores familiares participantes, habilitados e fornecedores da Chamada Pública n.º 001/2016 e a condição desses agricultores em relação à terra.

Com o objetivo de verificar quantos agricultores familiares participaram das chamadas públicas, quantos agricultores foram habilitados e quantos forneceram efetivamente para a Prefeitura, foi possível realizar uma análise em relação a chamada pública do ano de 2016, confrontando com os dados constantes nas tabelas que consolidam notas fiscais de vigência dos anos de 2017 e 2018.

Os agricultores familiares considerados habilitados são aqueles que tiveram toda a documentação apresentada de acordo com o edital e, por isso, estavam classificados na relação do projeto de venda.

A verificação dos dados da Chamada Pública n.º 001/2016 e das planilhas contendo notas fiscais com vigência do período de 2017 e de 2018 foi adotado pois, de acordo com a documentação disponível no Portal da Transparência da Prefeitura de Macaé, a última reunião realizada data de 15 de março de 2017. Além disso, em contato com servidor da prefeitura, foi exemplificado que a chamada pública de 2016

terminou seu procedimento burocrático em 2017 e que as compras foram iniciadas no meado de 2017 e finalizadas em 2018.

Nas notas fiscais analisadas para o desenvolvimento dessa seção e que estão disponíveis no SIGPC, as datas de emissão dos documentos e a vigência das notas disponíveis são do período de 01/01/2017 até 31/12/2017 e 01/01/2018 até 31/12/2018. Como o número de agricultores familiares participantes, que forneceram produtos para a Prefeitura, são os considerados pelos nomes constantes nas notas fiscais, essa leitura foi feita para melhor interpretação dos dados.

Assim, utilizando-se desse procedimento, chegou-se ao seguinte resultado: 57 agricultores familiares participaram da Chamada Pública n.º 001/2016 como produtor individual (18 agricultores familiares) ou formaram grupo informal (39 agricultores familiares).

Desses, de acordo com pesquisa realizada nos meses de Novembro e Dezembro de 2020 no extrato DAP, 22 (vinte e dois) agricultores familiares eram portadores de DAP física do município de Macaé, 22 (vinte e dois) possuíam DAP de Conceição de Macabu, 9 (nove) eram de Santa Maria Madalena, 3 (três) de Carapebus e 1 (hum) de Italva.

Haviam 3 grupos informais participando (todos eles foram habilitados na Chamada n.º 001/2016):

- o grupo 1 era formado por 5 (cinco) agricultores familiares (todos eles possuíam DAP localizada no município de Macaé, de acordo com pesquisa realizada nos meses de Novembro e Dezembro de 2020 no extrato DAP. Contudo, nas atas da Chamada Pública, 01 desses agricultores era do município de Carapebus à época da reunião realizada. Na ata consta que, apesar desse único agricultor não possuir DAP de Macaé, o grupo à época foi considerado local para critério de desempate, pois 80% (4 deles) dos seus membros eram do município de Macaé.
- O grupo 2 era formado por 32 (trinta e dois) agricultores familiares (haviam agricultores com DAP de Conceição de Macabu, Santa Maria Madalena e Italva).

De acordo com as atas públicas objeto de pesquisa, esse grupo era formado por 23 agricultores de Conceição de Macabu, 8 agricultores de Santa Maria Madalena e 1 de Italva. No entanto, em pesquisa utilizando-se o extrato DAP nos meses de novembro e dezembro de 2020, a origem da DAP de 01 deles era diferente: foram apontados 22 agricultores familiares de Conceição de Macabu e 9 agricultores de Santa Maria Madalena. Assim, do mesmo modo que ocorreu no grupo 01, já citado, 01 dos agricultores familiares na época da seleção da chamada pública possuía DAP de um determinado município, sendo que atualmente, por mudança de local, a DAP consta emissão de outro município.

- O grupo 3 era formado por 2 (dois) agricultores familiares (ambos com DAP de Macaé).

Quanto aos 18 agricultores familiares que participaram como produtores individuais, igualmente todos foram habilitados. Desses, 15 possuíam DAP do município de Macaé e 03 possuíam DAP do município de Carapebus. Com relação à pesquisa realizada no extrato DAP e sua comparação com as atas da Chamada Pública, 02 desses agricultores tinham DAP diferentes: um deles era de Carapebus, mas atualmente possui DAP do município de Macaé, e o outro tinha DAP do município de Macaé, e atualmente no documento consta o município de Carapebus. Para o cálculo da quantidade de agricultores habilitados por município, em nada altera. No entanto, para a quantidade de agricultores familiares que forneceram para o PNAE e consta na tabela abaixo, há diferença. Um dos agricultores familiares que atualmente possui DAP do município de Carapebus estava com município diverso (Macaé) na época da reunião registrada na ata pública. Nesse caso, o município considerado no cálculo abaixo foi o de Macaé.

Tabela 8-Relação dos agricultores familiares que participaram/foram habilitados e forneceram para o PNAE na Chamada Pública n.º 001/2016.

Origem da DAP:	Participaram e foram habilitados	Forneceram para o PNAE
Macaé	22	21
Conceição de Macabu	22	14
Santa Maria Madalena	9	6
Carapebus	3	2
Italva	1	1

Fonte: FNDE (2021b); BRASIL (2019); MACAÉ (2016).

Pela tabela 8, verifica-se que a maior parte dos fornecedores da Chamada Pública n.º 001/2016 foram de outros municípios (52%), em detrimento dos agricultores familiares do próprio município de Macaé (48%).

Também foi analisada a condição em relação à terra dos agricultores familiares participantes da referida chamada pública, já que o PNAE prioriza a contratação de agricultores familiares provenientes dos assentamentos da reforma agrária, das comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Dos 22 agricultores familiares do município de Macaé que participaram da chamada, 14 deles possuíam a condição de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), 04 eram proprietários, 01 possuía a condição de parceiro e 03 deles eram arrendatários. Essa especificidade foi obtida no extrato DAP de cada agricultor, pesquisada em novembro e dezembro de 2020.

Foi observado que 07 dos agricultores familiares de Macaé (neste caso, está incluído o agricultor que atualmente consta como DAP do município de Carapebus) que constavam como sendo assentados da reforma agrária, atualmente constam como proprietários/as, parceiros/as ou arrendatários/as, de acordo com o extrato DAP.

No que diz respeito aos agricultores familiares dos outros municípios que participaram do PNAE, como produtor individual e grupo informal, a condição deles em relação à terra é a seguinte:

- de Santa Maria Madalena, dos 09 agricultores familiares participantes, 06 eram proprietários/as de terra, 02 eram arrendatários/as e 01 era beneficiário/a do Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- o agricultor familiar cuja DAP estava localizada em Italva era proprietário;
- dos 22 agricultores familiares de Conceição de Macabu, 02 eram assentados pelo PNRA, 13 eram proprietários/as, 06 eram arrendatários/as e 01 era posseiro/a;
- em Carapebus, 02 eram assentados pelo PNRA e 01 era arrendatário/a.

Por serem oriundos da reforma agrária, os agricultores assim relacionados na ata da chamada pública tiveram prioridade na contratação, conforme determina disposição legal.

Os dados relativos ao vínculo com a terra possibilitam verificar que, dos agricultores participantes que são assentados pelo PNRA, 78% são do município de Macaé. Em relação àqueles agricultores que são proprietários da terra, 54% são do município de Conceição de Macabu.

Para fins de complementação de informação quanto à análise do município de Macaé, no Censo Agropecuário de 2017, no que se refere à condição dos agricultores familiares em relação a terra, consta que 348 desses agricultores são proprietários de terra, 107 são concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva, 12 são arrendatários, 08 parceiros, 08 comodatários e 01 ocupante. Com esses dados é possível verificar que boa parte dos assentados da reforma agrária do município de Macaé não participa das chamadas públicas do PNAE. Esclarecimentos mais aprofundados em relação ao motivo dessa situação não pôde ser realizado pela falta de retorno a contato realizado com membro de assentamento localizado no município de Macaé, prejudicado pela pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2) que impossibilitou o contato pessoal com esses agricultores familiares.

4.2 COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES PARTICIPANTES

Os dados do último Censo Agropecuário indicam que, em 2017, havia no município de Macaé 104 agricultores familiares associados e 380 não associados. Dos que são, 77 deles são cooperados, 23 vinculados a entidade de classe/sindicato, 12 deles à associação/movimento de produtores e 1 associado à associação de moradores.

O extrato DAP no MAPA informa que existem duas entidades com DAP jurídica no município de Macaé: a Cooperativa Agropecuária e Agroindustrial Familiar dos Produtores e Trabalhadores Rurais e Economia Solidária do Município de Macaé RJ (COOPMAC) e a Associação dos Produtores da Agricultura Familiar do Sana (APAF-Sana).

Foram realizados vários contatos com membro da COOPMAC e, apesar de haver incentivo a enviar e-mails e mensagens de whatsapp para o setor competente a prestar informações a respeito da participação da Cooperativa no PNAE, nunca foram dadas respostas aos questionamentos. Com relação à APAF-Sana, houve retorno do contato e o participante prestou as devidas informações que não foram possíveis de serem encontradas em outros meios, como sites da internet (como, por exemplo, a quantidade de associados e, dentre eles, os que participam do PNAE, e dificuldades de participação no programa).

Tal Associação informou que participa do PNAE desde 2012, quando foi criada especificadamente para essa finalidade e que, atualmente, existem 35 membros associados. Desses, 26 membros, produtores do Sana e de Cachoeiros de Macaé, distritos de Macaé, participaram da última chamada pública (2018). As produções mais volumosas dos membros da Associação são: banana prata e banana d'água, inhame e mandioca. Os menos produzidos são batata doce, tangerina e laranja.

Participaram do PNAE de Macaé, entre os anos 2013 e 2018, as duas instituições com DAP jurídica acima mencionadas e outras Cooperativas e Associações de municípios do estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

No ano de 2013 houve a participação da COOPMAC e de uma cooperativa de Trajano de Moraes.

Entre 2014 e 2018, participaram do PNAE de Macaé Cooperativas e Associações dos municípios de Trajano de Moraes/RJ, Castelo/ES, Alfredo Chaves/ES, Nova Friburgo/RJ, Cachoeiro de Macacu/RJ, Afonso Claudio/ES, Mimoso do Sul/ES, Sumidouro/RJ, Santa Maria de Jetibá/ES, Conceição de Macabu/RJ e Cariacica/ES.

Na tabela abaixo está demonstrado quantas Cooperativas e Associações participantes entregaram produtos para o PNAE do município de Macaé, de acordo com as planilhas dos dados das notas fiscais constantes no acesso público do SIGPC. A referência em relação ao ano indica o período de vigência de entrega de produtos mencionado nessas planilhas.

Tabela 9 - Demonstrativo do número de Cooperativas e Associações que forneceram produtos para o PNAE da Prefeitura de Macaé.

Ano	Macaé	Outros Municípios
2013	1	1
2014	2	3
2015	2	3
2016	2	4
2017	2	5
2018	2	3

Fonte: FNDE (2021b)

Serão analisadas, mais detalhadamente, as chamadas públicas n.º 001/2016 e n.º 004/2018 pois, como já dito, possuem atas disponíveis para consulta pública no portal da transparência da Prefeitura de Macaé.

Na chamada pública de 2016, entregaram documentação 11 grupos formais – DAP Jurídica. Desse total, 09 foram considerados habilitados e 02 foram considerados inabilitados. De acordo com os dados constantes na tabela 09, é possível observar que somente 07 grupos formais entregaram gêneros alimentícios para o PNAE com base nessa chamada pública. Assim como na análise dos agricultores familiares DAP física, nessa seção estão sendo consideradas as notas

fiscais entregues no ano de 2017 e 2018, pois a chamada pública 001/2016 finalizou no início de 2017. Importante salientar que os 05 fornecedores DAP jurídica de 2018 são os mesmos que forneceram em 2017.

Na chamada pública n.º 004/2018 participaram do processo 10 grupos formais – DAP jurídica, em que todos foram considerados habilitados. Não foi possível verificar a quantidade de cooperativas e associações que entregaram os produtos com base nessa chamada pública pois a sua última reunião ocorreu no dia 29/11/2018 e não há no acesso público do portal do SIGPC notas fiscais com vigência de 01/01/2019 até 31/12/2019, para complementação dos dados.

As notas fiscais disponíveis possibilitam verificar também quais produtos os grupos formais do município de Macaé forneceram. A COOPMAC e a APAF-Sana forneceram, basicamente, produtos *in natura* (apenas em 2014 foi verificado fornecimento de bananada/mariola pela APAF-Sana). Já aqueles grupos formais de outros municípios forneceram, além de produtos *in natura*, uma grande quantidade de produtos processados, como queijos, iogurte, requeijão, manteiga e polpa de frutas.

Para se verificar a adesão de agricultores familiares ao PNAE de Macaé, a fim de se ter conhecimento da provável quantidade de agricultores familiares do município que participaram do programa, foi feito o seguinte cálculo: o maior número de agricultores familiares de Macaé habilitados no PNAE, constante na tabela 8 (22 agricultores familiares) somado ao número de agricultores familiares que participaram mediante a APAF-Sana (26 agricultores familiares), tem-se que apenas 19% dos agricultores familiares com DAP do município participaram do PNAE (considerando o total de 256 agricultores familiares no município de Macaé passíveis de participação em políticas públicas, de acordo com o extrato DAP acessado em outubro de 2020). Nesse cálculo, não se considerou os agricultores familiares da COOPMAC, já que não foi possível obter informações da Cooperativa que pudesse contribuir com o presente trabalho, como já mencionado.

4.3 PRINCIPAIS PRODUTOS ENTREGUES PELOS AGRICULTORES FAMILIARES

As planilhas contendo informações das notas fiscais disponíveis no acesso público do site do SIGPC permitiu apurar quais produtos da agricultura familiar do município de Macaé foram os mais comprados pela Prefeitura, na execução do PNAE.

Nessas planilhas constam o período de vigência das notas fiscais apresentadas (por exemplo: vigência de 01/01/2018 – 31/12/2018). Então, os anos relacionados nos próximos subtópicos se referem a esse prazo, sendo também o ano a que o site vincula os referidos documentos.

Mesmo não tendo havido chamadas públicas anualmente, há documentação no site do SIGPC relativa a cada ano em que foi executado o PNAE. E, em razão dessa relação, foi desenvolvida a pesquisa dos produtos por ano de compra.

As análises realizadas nos próximos tópicos deste capítulo levaram em consideração o valor gasto na compra de cada produto, convertido em porcentagem. Esses dados estão representados nas figuras. Para sua elaboração, foram desconsiderados os produtos de percentual baixo, pois sua visualização em relação ao todo poderia ser prejudicada. Em cada ano analisado será apontado quais foram os referidos produtos não apresentados nas figuras.

Nas tabelas, por sua vez, os valores apresentados se referem a quantidade do produto comprado de agricultores de Macaé e de outros municípios. Isto possibilitou identificar qual o produto mais comprado e a origem dos fornecedores de cada item.

Apesar de a Prefeitura de Macaé adquirir produtos de agricultores familiares para o PNAE desde o final de 2011, conforme informação de servidor da Prefeitura, não há documentação disponível em sites para análise de quais produtos foram fornecidos em 2011 e 2012. Por isso, estão sendo apresentados figuras e tabelas apenas dos anos de 2013 até 2018.

Uma característica verificada nas tabelas contendo dados das notas fiscais apresentadas foi a de que os produtores de Macaé, sejam participantes por meio de cooperativa e associação ou agricultor familiar DAP Física, fornecem, predominantemente, produtos *in natura*. Os produtos processados fornecidos por

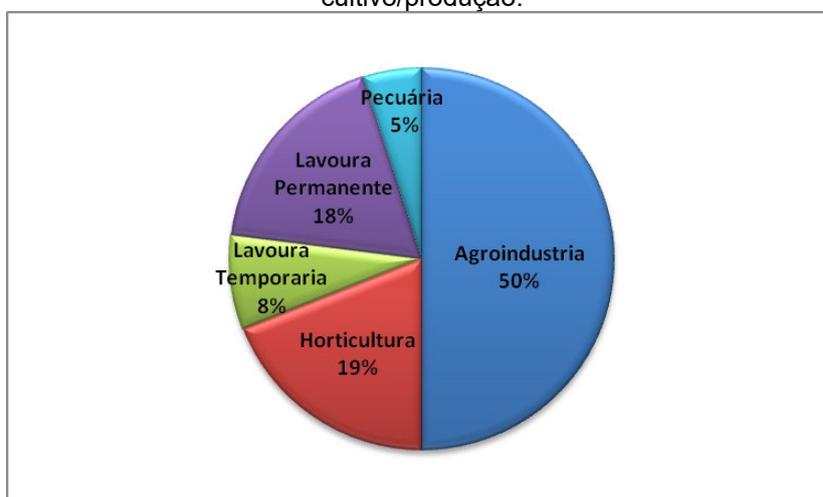
eles se restringiam a iogurte, queijo minas frescal, ricota e bananada/mariola, mas em poucas quantidades se comparados àquela fornecida por agricultores familiares de outros municípios. Já as cooperativas, associações e alguns agricultores familiares DAP física de outros municípios forneceram em sua grande maioria produtos processados mais diversificados, como iogurte, queijo minas, polpa de fruta, manteiga, requeijão cremoso e banana-passa.

A partir de 2014 verificou-se um grande consumo de 3 produtos: iogurte, banana e queijo minas. Desses, o que é produzido em sua grande maioria em Macaé é a banana. Os demais são produzidos, predominantemente, por produtores de outros municípios.

Em relação à compra de produtos orgânicos pelo PNAE da Prefeitura de Macaé, não foi verificada sua presença nos documentos aqui analisados. Apenas foi verificada uma reportagem no site da Prefeitura do município, datada de 27 janeiro de 2020, informando que o ano de 2020 seria o primeiro em que haveria a presença de produtos orgânicos no cardápio da merenda escolar municipal. (MACAÉ, 2020)

A figura abaixo indica o percentual de compra dos produtos, por tipo de lavoura. Os produtos foram consolidados por gênero (por exemplo: houve consumo de laranja/laranja da terra /laranja pera. Foi considerado o gênero laranja).

Figura 9 - Demonstrativo do percentual de compra de produtos consumidos ao longo dos anos de 2013 até 2018 por tipo de cultivo/produção:



Fonte: FNDE (2021b)

A proporção indicada acima demonstra consumo de quantidade considerável de produtos processados, em detrimento dos *in natura*, o que destoia das orientações de consumo do PNAE¹¹ e defendida na concepção do HGSF. A maior parte dos processados consumidos no PNAE de Macaé são os derivados de leite (iogurte, queijo minas frescal e requeijão) e a agricultura familiar do município não é a maior fornecedora desses produtos. O motivo para tanto, e que foi alegado por servidor da prefeitura de Macaé, seria a falta de organização dos produtores de derivados do leite quando da participação nas chamadas públicas do Município.

Estudo realizado por Schabarum e Triches (2019) em municípios paranaenses no ano de 2014 verificou que, diferentemente do que ocorre em relação ao PNAE de Macaé, a agricultura familiar daquele estado fornece em sua maioria produtos *in natura*. A maior quantidade dos alimentos adquiridos foram de frutas e derivados (41,97%), seguido de hortaliças e derivados (26,07%) e cereais e derivados (11,32%). Com isso, se verifica uma maior adequação das práticas do PNAE ao disposto na legislação.

Além de derivados do leite, outros produtos adquiridos pelo PNAE de Macaé também não foram fornecidos por agricultores familiares do município. Servidor da prefeitura de Macaé que participou do presente trabalho justificou que isso ocorre pois a produção agrícola familiar municipal não seria suficiente, nem em variedade, nem em quantidade para atender a demanda do PNAE.

Perguntado se a Prefeitura teve interesse em fomentar alguma produção, para o consumo do PNAE, e que não seja desenvolvida por agricultores familiares da região, foi respondido que houve fomento da produção de banana prata, já que esse produto era de preferência dos estudantes. De acordo com o participante, a tradição no município era a produção de banana d'água. Igualmente foi mencionado que

“A secretaria de agroeconomia também auxiliou diversificação de hortaliças, principalmente alface, cebolinha, salsa e couve comum, dentro do assentamento Prefeito Celso Daniel, através de implantação de unidade demonstrativa de horta irrigada. “ (Participante Prefeitura)

11 Resolução n.º 06, de 08 de maio de 2020.

Foi feito contato com membro do Assentamento Prefeito Celso Daniel para que pudessem participar do presente trabalho, respondendo ao questionário. Embora as perguntas tenham sido encaminhadas, essas não foram devolvidas para análise, apesar da afirmativa de que seriam.

Em estudo sobre mercados institucionais, como o PAA e o PNAE, e a compra de alimentos da agricultura familiar, desenvolvido por Deponti *et al.* (2018) no território do Vale do Rio Pardo/RS, igualmente foi observada dificuldade de oferta de produtos provenientes da agricultura familiar para suprir o PNAE do município. A razão atribuída a essa situação, naquela localidade, estava relacionada a questões de sazonalidade da oferta, mas principalmente pela inexistência da produção de itens constantes no cardápio das escolas. No caso do município pesquisado pelo autor, o motivo dessa falta estava relacionada ao direcionamento da produção a outros mercados e por questões sanitárias e legais, que impediriam a comercialização e produção de determinados itens produzidos pela agricultura familiar local.

No caso do PNAE de Macaé, foi mencionado pelo servidor da Prefeitura desse município que os gêneros de origem animal, como ovos, laticínios e pescado, são adquiridos principalmente de grupos de fora do Município. A razão disso ocorrer, no caso dos laticínios, conforme já apontado acima, seria a falta de organização na participação das chamadas públicas (como para a emissão de DAP, auxílio para adequação e habilitação). Foi alegado que no caso dos hortifrutigranjeiros o problema seria a falta de diversificação dos produtos dos agricultores familiares da região. A tradição em Macaé seria a produção de aipim e banana. Apesar dessas limitações na produção municipal, o participante pontuou que ao longo dos anos a diversificação está aumentando em razão da compra de grandes volumes e dos preços atraentes.

Estudo realizado no município de Alegre/ES por Rodrigues *et al.* (2017) aponta que a aplicação do PNAE reflete um desafio a ser ultrapassado: as chamadas públicas deveriam prever alimentos já produzidos no município, a curto prazo, e a médio/longo prazo deveria haver um incentivo, com atuação conjunta de prefeitura, órgãos técnicos e pesquisadores, à diversificação da produção local para atender a demanda do programa. A pesquisa realizada pelo autor verificou que nas

chamadas públicas, havia demanda significativa de alimentos não produzidos localmente, o que anulava, em parte, a iniciativa municipal de ampliar o montante de tais produtos.

4.3.1 Produtos fornecidos para o PNAE em 2013

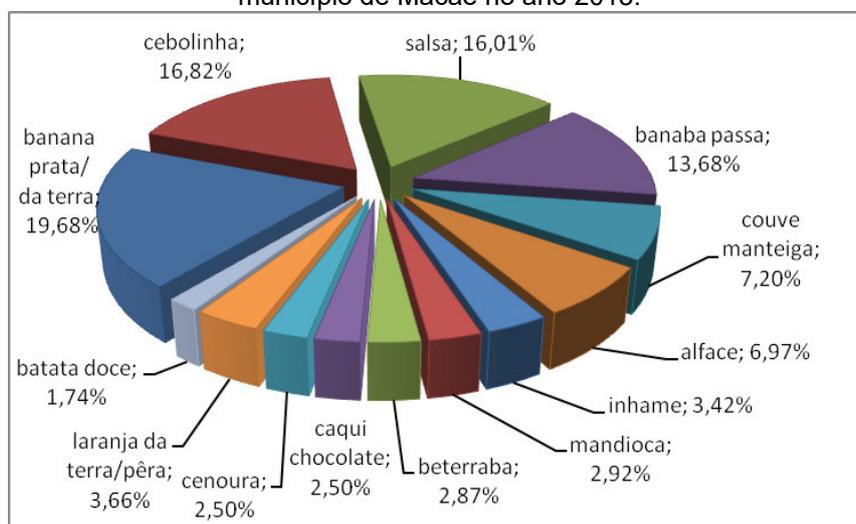
Em 2013 duas cooperativas participaram do fornecimento de alimentos para o PNAE: uma cooperativa de Trajano de Moraes, que forneceu apenas banana passa, e a COOPMAC, que ofereceu diversas variedades de produtos *in natura*.

Foram adquiridos nesse ano 14 variedades de produtos. Não consta na figura a compra realizada com mexerica murcote/tangerina, pois o valor gasto com o produto foi inferior a 1% do total.

De acordo com a documentação constante no acesso público do SIGPC não houve registro de fornecimento de produtos para o PNAE por agricultores familiares classificados como grupo informal ou produtores individuais, que se apresentariam com a DAP física. Os produtos foram todos fornecidos por cooperativas – DAP jurídica.

De acordo com as figuras 05 e 06 desse trabalho, 2013 foi um dos anos em que menos se investiu na compra de produtos da agricultura familiar no âmbito do PNAE. A partir de 2014, novos produtos passaram a ser adquiridos pela Prefeitura de Macaé. Dentre esses, aquele que se destaca é o iogurte, que passou a ter um percentual de compra bem alto comparado com o valor gasto com os demais produtos consumidos (essa informação poderá ser consultada na tabela 13, na qual constam os valores reais de compra dos 03 produtos mais comprados entre 2013 e 2018). Isto posto, presume-se que a partir do momento em que se passou a adquirir o iogurte, os gastos do PNAE com a compra de produtos da agricultura familiar aumentaram.

Figura 10 - Proporção dos produtos comprados para o PNAE do município de Macaé no ano 2013.



Fonte: FNDE (2021b)

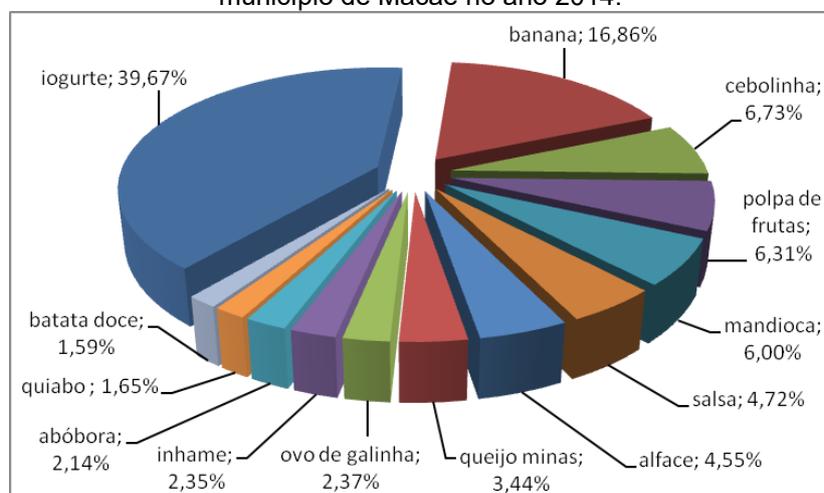
Como os produtos *in natura* adquiridos em 2013 foram todos fornecidos por Cooperativa localizada em Macaé e o único produto processado comprado foi de Cooperativa de Trajano de Moraes, a representação em tabela informando o fornecedor do produto é desnecessária.

4.3.2 Produtos fornecidos para o PNAE em 2014

Forneceram para o PNAE em 2014 Associações e Cooperativas – DAP Jurídica - de Macaé/RJ, Alfredo Chaves/ES, Santa Maria de Jetibá/ES e Castelo/ES, além de agricultores familiares com DAP Física (não foi possível identificar se participaram como grupo informal ou produtor individual) de Macaé/RJ e Carapebus/RJ.

Houve a entrega de 17 variedades de produtos, dentre *in natura* e processados. Aqueles que não estão presentes na figura abaixo são os que tiveram valor inferior a 1% do total fornecido. São eles: bananada/mariola, tomate, couve-manteiga e pimentão verde. Tais produtos foram fornecidos por produtores de Macaé.

Figura 11 - Proporção dos produtos comprados para o PNAE do município de Macaé no ano 2014.



Fonte: FNDE (2021b)

Assim como se verificará em outros anos, em 2014 houve considerável compra de iogurte. Do total, 21% da quantidade comprada desse produto foram de agricultores familiares – DAP física do município de Macaé e 79% foram de agricultores familiares de Carapebus e Cooperativas do estado do Espírito Santo (tabela 10). Uma observação a se fazer é a de que na nota fiscal, em um dos registros da compra do iogurte, consta a medida kg ao invés de litro (medida aplicada em sua maioria no referido documento). Como a densidade do leite é próxima a 1 g/ml, havendo equivalência entre litro e kg, os valores foram somados considerando apenas uma unidade de medida (litro).

Dos produtos adquiridos, apenas o iogurte, a polpa de fruta e o queijo foram comprados de agricultores familiares de outros municípios. Sendo que a polpa e o queijo foram comprados em sua totalidade de Cooperativas do Estado do Espírito Santo.

Tabela 10 - Percentual dos produtos adquiridos em 2014 dos agricultores familiares de Macaé e dos agricultores familiares de outros municípios.

Produtos:	Quantidade (em %) de produtos adquiridos da AF de Macaé:	Quantidade (em %) de produtos adquiridos da AF de outros Municípios:
Abóbora	100%	-
Alface	100%	-
Banana	100%	-
Bananada/Mariola	100%	-
Batata doce	100%	-
Cebolinha	100%	-
Couve manteiga	100%	-
Inhame	100%	-
Iogurte, diversos sabores e natural,integral	21%	79%
Mandioca	100%	-
Ovo de galinha	100%	-
Pimentão verde	100%	-
Polpa de frutas, diversos sabores, congelada	-	100%
Queijo minas frescal	-	100%
Quiabo	100%	-
Salsa/Salsinha	100%	-
Tomate salada	100%	-

Fonte: FNDE (2021b)

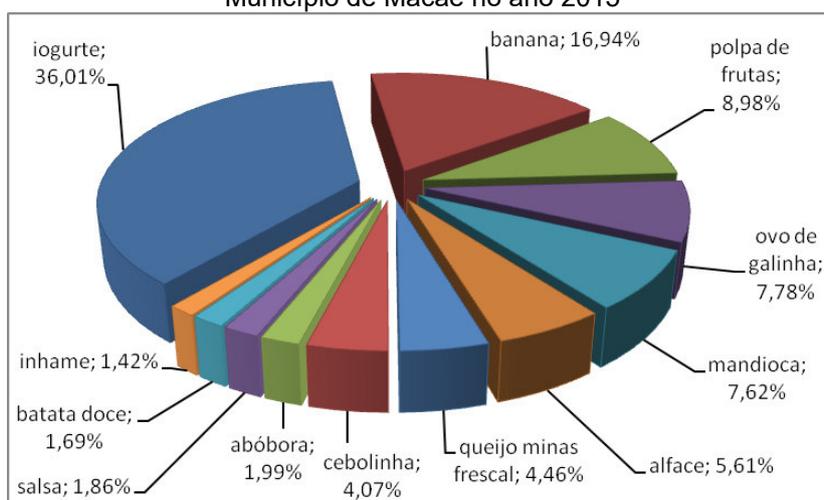
4.3.3 Produtos fornecidos para o PNAE em 2015

Em 2015, foram fornecidos 18 variedades de produtos, sendo esses entregues por produtores familiares com DAP física de Macaé/RJ e Carapebus/RJ e com DAP jurídica - Associações e Cooperativas - de Macaé/RJ, Alfredo Chaves/ES, Castelo/ES e Santa Maria de Jetibá/ES. As figuras 5, 6 e 7 desse trabalho apontam que 2015 foi um dos anos em que mais se investiu em compras de produtos da agricultura familiar.

Além do demonstrativo do percentual de compra na figura abaixo, houve entrega de outros produtos cujo percentual não chegou a 1%. São os seguintes: couve manteiga, abacate, pimentão verde, tomate, beterraba e cenoura. Tais produtos foram fornecidos por produtores DAP física de Macaé e Carapebus e por produtores DAP jurídica do município de Macaé.

Os grupos formais – DAP Jurídica de outros municípios forneceram predominantemente produtos processados. De acordo com as notas fiscais, apenas houve compra de dois produtos *in natura* de tais produtores: a alface e a couve manteira.

Figura 12 - Proporção dos produtos comprados para o PNAE do Município de Macaé no ano 2015



Fonte: FNDE (2021b)

Novamente, houve destaque para o iogurte, sendo que 30% da quantidade comprada foi de agricultores familiares de Macaé e 70% foi comprada de agricultores familiares de Carapebus/RJ e Cooperativas do Espírito Santo.

Tabela 11 - Percentual dos produtos adquiridos em 2015 dos agricultores familiares de Macaé e dos agricultores familiares de outros municípios

Produtos:	Quantidade (em %) de produtos adquiridos da AF de Macaé:	Quantidade (em %) de produtos adquiridos da AF de outros Municípios:
Abacate	100%	-
Abóbora	100%	-
Alface	98%	2%
Banana	100%	-
Batata doce	100%	-
Beterraba	100%	-
Cebolinha	100%	*
Cenoura	100%	-
Couve manteiga	99%	1%
Inhame	100%	-
Iogurte, diversos sabores/iogurte, natural, integral	30%	70%
Mandioca	100%	-
Ovo de galinha/Ovo de galinha caipira	100%	-
Pimentão verde	100%	-
Polpa de frutas, diversos sabores, congelada	-	100%
Queijo minas frescal	-	100%
Salsa	100%	*
Tomate salada	100%	-

* Houve compra de produto de AF de outros Municípios. Contudo, a quantidade fornecida foi inferior a 1% do total.

Fonte: FNDE (2021b)

A tabela 11 demonstra que os produtos processados são comprados, em quase sua totalidade, de produtores de outros municípios. Exceto o iogurte que, como já informado, houve compra compartilhada entre os agricultores familiares de Macaé e os que não são do município. Já a poupa de frutas e o queijo não tiveram compra de agricultores familiares de Macaé. O queijo e a polpa de frutas foram fornecidos por Cooperativas do Estado do Espírito Santo.

4.3.4 Produtos fornecidos para o PNAE em 2016

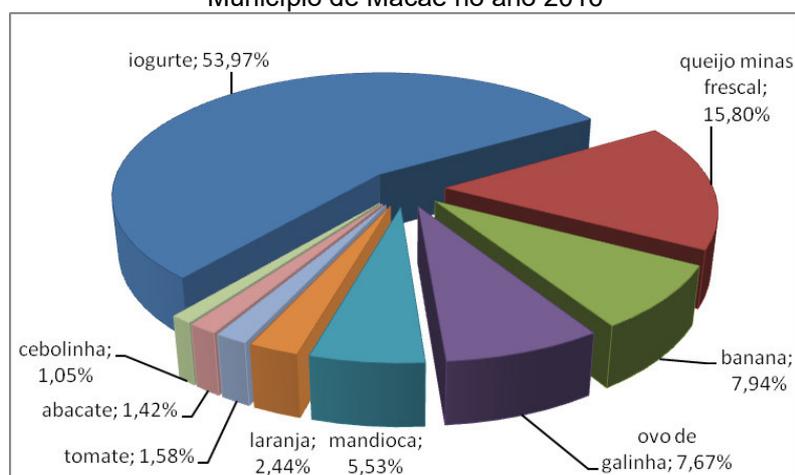
As 16 variedades de produtos fornecidas para o PNAE da Prefeitura de Macaé em 2016 foram entregues por 06 agricultores familiares com DAP física e 06 grupos formais – DAP Jurídica.

Os agricultores DAP física eram todos do município de Macaé. Nas notas fiscais constantes na página do SIGPC não há indicativo de agricultor familiar de outro município que tenha fornecido para o PNAE em 2016, participante como grupo informal ou produtor individual.

Dos grupos formais participantes, haviam produtores de Macaé, Trajano de Moraes/RJ, Castelo/ES, Alfredo Chaves/ES e Iconha/ES. Nesse ano, o fornecimento de produtos *in natura* também foi realizado por grupos de outros municípios, não havendo concentração da compra destes produtos apenas de produtores do município de Macaé.

Mais uma vez, o produto com a quantidade expressiva de valor gasto na compra foi o iogurte. A produção desse foi toda proveniente de grupos formais de municípios do Espírito Santo. Não há indicativo de produtores do município de Macaé que tenham vendido o iogurte para o PNAE no ano de 2016.

Figura 13 - Proporção dos produtos comprados para o PNAE do Município de Macaé no ano 2016



Fonte: FNDE (2021b)

Os produtos cujo percentual de compra foi inferior a 1% foram os seguintes: inhame, caqui, salsa, pimentão verde, batata doce e couve manteiga. Todos esses fornecidos por produtores de Macaé (seja DAP física ou jurídica).

Tabela 12 - Percentual dos produtos adquiridos em 2016 dos agricultores familiares de Macaé e dos agricultores familiares de outros Municípios

Produtos:	Quantidade (em %) de produtos adquiridos da AF de Macaé:	Quantidade (em %) de produtos adquiridos da AF de outros Municípios:
Abacate	32%	68%
Alface	100%	-
Banana	100%	-
Batata doce	100%	-
Caqui	100%	-
Cebolinha	100%	-
Couve manteiga	100%	-
Inhame	100%	-
Iogurte, diversos sabores	-	100%
Laranja	-	100%
Mandioca	76%	24%
Ovo de galinha/Ovo de galinha caipira	100%	-
Pimentão verde	100%	-
Queijo minas frescal	-	100%
Salsa	100%	-
Tomate para molho/Tomate salada	14%	86%

Fonte: FNDE (2021b)

Diferentemente dos outros anos, em 2016 três produtos *in natura* foram comprados na sua maioria de agricultores de outros municípios. É o caso do abacate e da laranja, que foram comprados de Cooperativa do Estado do Espírito Santo. Já o tomate foi comprado de Cooperativa de Trajano de Moraes/RJ. Em relação aos produtos processados, o iogurte e o queijo minas também foram comprados de Cooperativa do Espírito Santo.

Apesar da mandioca, nos anos anteriores, ter sido fornecida em sua totalidade por agricultores de Macaé, em 2016 24% da quantidade comprada foi de Cooperativa do Estado do Espírito Santo.

4.3.5 Produtos fornecidos para o PNAE em 2017

Pelos dados apresentados, foi possível observar que a que maior variedade de produtos adquiridos para o PNAE foi no ano de 2017. Nesse ano foram compradas 27 variedades de gêneros alimentícios.

Aqueles cujo valor de compra foi abaixo de 1% são: cenoura, chicória, repolho, espinafre, abacate, abóbora, pepino e salsa. Foram fornecidos por produtores de Macaé e de Nova Friburgo.

Dentre os agricultores familiares - DAP física participantes, haviam agricultores de Macaé, Conceição de Macabu, Santa Maria Madalena, Italva e Carapebus (todos do estado do Rio de Janeiro). Dos grupos formais, haviam Cooperativas e Associações do estado do Rio de Janeiro: de Macaé, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu. Do estado do Espírito Santo, participaram grupos formais de Alfredo Chaves e Afonso Cláudio.

Nesse ano, apesar do percentual da compra do iogurte corresponder a 20,24% do total gasto em produtos da agricultura familiar, isso não significa que houve menor consumo e compra de menor quantidade do mesmo. Verificando-se, na tabela abaixo, o valor gasto ao longo dos anos, pode-se concluir que não houve diferença considerável na compra do produto iogurte entre 2014 e 2017.

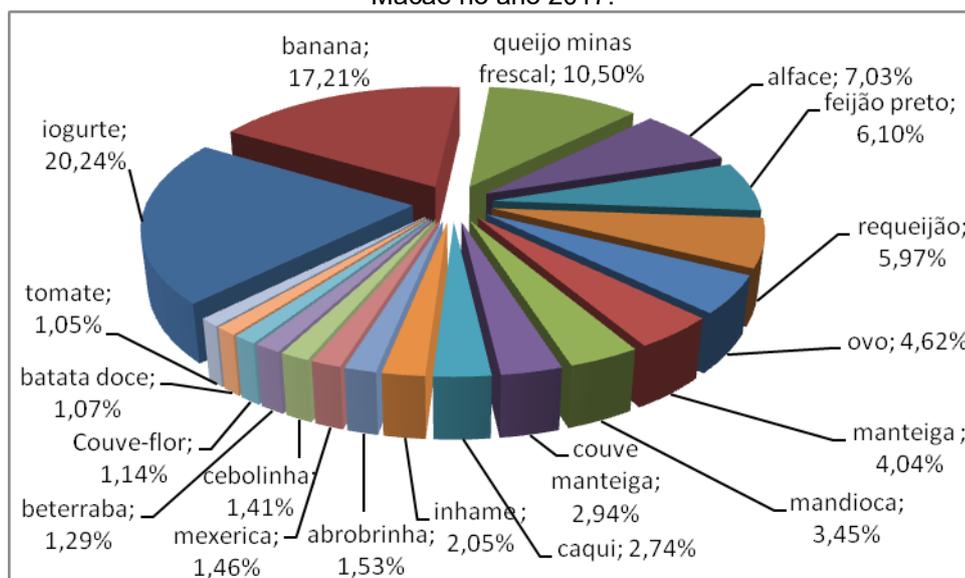
Tabela 13- Demonstrativo do valor real comprado dos agricultores familiares, para o PNAE, dos produtos mais consumidos ao longo dos anos de 2013 até 2018.

Produto:	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Iogurte	R\$ 0,00	R\$ 312.339,26	R\$ 449.360,88	R\$ 495.740,74	R\$ 365.947,59	R\$ 173.830,48
Banana	R\$ 50.299,57	R\$ 132.776,82	R\$ 211.348,85	R\$ 72.976,66	R\$ 311.160,51	R\$ 25.676,69
Queijo Minas	R\$ 0,00	R\$ 27.108,15	R\$ 55.711,60	R\$ 145.177,39	R\$ 189.785,01	R\$ 37.085,76
Cebolinha	R\$ 43.005,20	R\$ 52.994,39	R\$ 50.783,05	R\$ 9.638,79	R\$ 25.564,21	R\$ 4.193,60
Poupa de frutas	R\$ 0,00	R\$ 49.676,53	R\$ 112.103,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Salsa	R\$ 40.912,56	R\$ 37.170,63	R\$ 23.221,68	R\$ 2.710,66	R\$ 8.986,87	R\$ 960,75

Fonte: FNDE (2021b)

Importante salientar que em 2013 não houve compra de iogurte e em 2018 os valores estarem abaixo da média. Isso pode ter ocorrido já que nas notas fiscais de 2018, como se verá posteriormente, não há indicação de todos os produtos comprados no âmbito do PNAE (único ano em que houve falta de dados para verificação dos produtos consumidos, das quantidades e dos valores pagos). Somase a isso, a questão de as compras desse ano terem sido remanescentes da chamada pública de 2016, iniciada em 2017 e finalizada em 2018.

Figura 14-Proporção dos produtos comprados para o PNAE do município de Macaé no ano 2017.



Fonte: FNDE (2021b)

Na tabela 14 consta o percentual da quantidade comprada de cada produto. Em 2017 a agricultura familiar de outros municípios teve uma maior participação no fornecimento de produtos *in natura*. Nos outros anos, a elas coube, em sua grande maioria, fornecer produtos processados.

Tabela 14 - Percentual dos produtos adquiridos em 2017 dos agricultores familiares de Macaé e dos agricultores familiares de outros Municípios

Produtos:	Quantidade (em %) de produtos adquiridos da AF de Macaé:	Quantidade (em %) de produtos adquiridos da AF de outros Municípios:
Abacate	100%	-
Abóbora	100%	-
Abobrinha	-	100%
Alface	89%	11%
Banana	100%	-
Batata doce	100%	-
Beterraba	1%	99%
Caqui	31%	69%
Cebolinha	93%	7%
Cenoura	-	100%
Chicória	3%	97%
Couve manteiga	40%	60%
Couve-flor	-	100%
Espinafre	2%	98%
Feijão preto	21%	79%
Inhame	100%	-
Iogurte, diversos sabores	38%	62%*
Mandioca	99%	1%
Manteiga com ou sem sal	-	100%
Mexerica ponkan/bergamota/tangerina	14%	86%
Ovo de galinha	100%	-
Pepino	-	100%
Queijo minas fresco	55%	45%
Repolho	-	100%
Requeijão, cremoso	-	100%
Salsa	95%	5%
Tomate salada	17%	83%

* Na nota fiscal, algumas unidades de medida estão em kg e outras em L. Contudo, a quantidade foi somada indistintamente.

Dos produtos processados, a agricultura familiar de Macaé não participa do fornecimento de manteiga e do requeijão cremoso. Sendo que tais produtos foram predominantemente fornecidos por agricultores familiares do Espírito Santo.

Observa-se que esse é o primeiro ano em que o queijo minas frescal foi comprado em sua maioria de agricultores familiares locais. No que se refere à compra dos produtos *in natura*, também não houve participação dos agricultores familiares de Macaé no fornecimento de abobrinha, cenoura, couve-flor e pepino. Todos esses foram fornecidos por Cooperativa e Associação de Nova Friburgo.

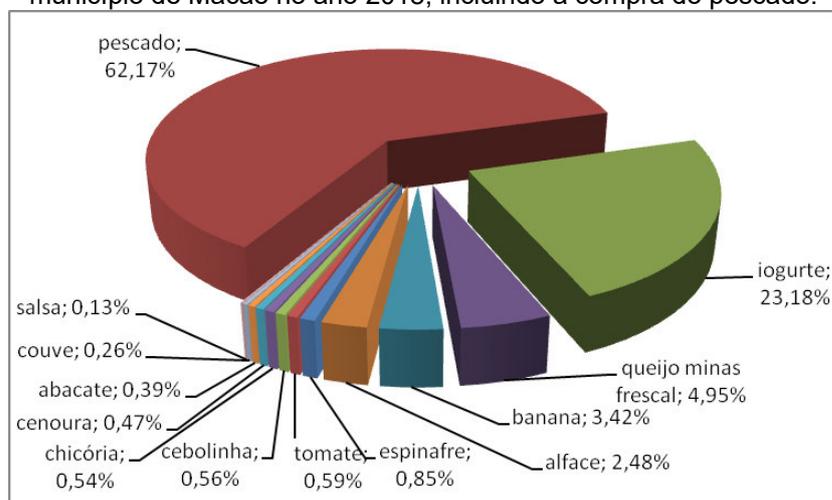
4.3.6 Produtos fornecidos para o PNAE em 2018

Em 2018, foram fornecidos 14 tipos de produtos e os que mais se destacaram foram os gastos com iogurte e peixe. Em relação ao iogurte, na tabela com os dados das notas fiscais se verifica que os fornecedores eram agricultores familiares de Conceição de Macabu e Santa Maria Madalena. Não há como identificar se participaram como grupo formal ou produtor individual.

Diferentemente da tabela dos outros anos, em 2018 há a indicação de compra de pescado. Em pesquisa com base na origem da DAP dos agricultores familiares fornecedores desse produto, todos eles foram identificados como origem o município de Macaé. Esse resultado dessa pesquisa contrasta com a afirmação, em questionário, de servidor da Prefeitura de Macaé de que as compras de pescado foram de grupos não provenientes do município, pelas razões já expostas e mencionadas neste trabalho. Para esclarecimentos, em contato telefônico com o mesmo, foi afirmado que houve também contratação de agricultores familiares de Saquarema/RJ e Araruama/RJ, sem especificar a qual chamada pública estava a contratação relacionada.

Computando ao valor total gasto em compras de produtos da agricultura familiar, a compra de pescado corresponderia a 62,17% do total gasto em 2018, enquanto a compra de iogurte equivaleria a 23,18% deste total.

Figura 15 - Proporção dos produtos comprados para o PNAE do município de Macaé no ano 2018, incluindo a compra do pescado.

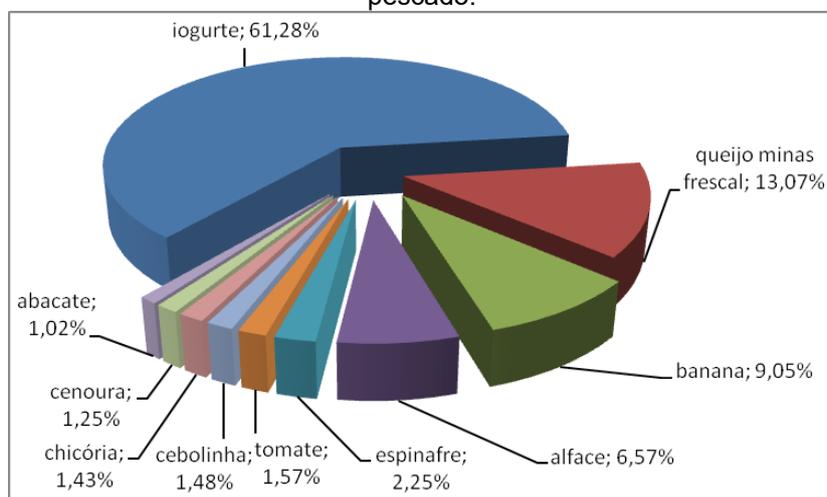


Fonte: FNDE (2021b)

Quando se subtrai da análise o pescado na figura, o produto que acaba por se destacar é o iogurte, que passa a corresponder a 61,28% do total gasto em compras de produtos da agricultura familiar.

Não foi possível analisar todos os produtos fornecidos no PNAE de 2018 pois, nas notas fiscais, na coluna “descrição do item” onde consta qual produto foi comprado, em alguns campos não há essa informação. Foram 43 itens não identificados na nota fiscal. Dessa forma, as figuras 15 e 16 e a tabela 15 prevêm apenas os itens que foram descritos nas notas fiscais daquele ano. Os valores e as quantidades compradas não foram considerados para os cálculos quando não havia definição de qual produto correspondia.

Figura 16 - Proporção dos produtos comprados para o PNAE do município de Macaé no ano 2018, sem os dados da compra de pescado.



Fonte: FNDE (2021b)

Na figura acima dois produtos tiveram compra com valor inferior a 1%: a couve e a salsa. O primeiro produto foi fornecido por Associação de Nova Friburgo e o segundo foi fornecido por agricultores familiares de Macaé e Conceição de Macabu. Ao contrário do que consta na figura acima, na figura 15 (quando se computou também o pescado) esses produtos foram todos inseridos pois, se não fossem considerados, haveriam 08 produtos faltantes na referida figura, já que tiveram percentual abaixo de 1%.

A tabela abaixo demonstra que as compras feitas para o PNAE em 2018 foram realizadas tanto de agricultores familiares de Macaé quanto de outros municípios, de forma equilibrada. A participação de agricultores familiares de Conceição de Macabu, Santa Maria Madalena, de Cooperativa de Nova Friburgo e de Cachoeira de Macacu também se deu para o fornecimento, em quantidade considerável, de produtos *in natura*.

Tabela 15-Percentual dos produtos adquiridos em 2018 dos agricultores familiares de Macaé e dos agricultores familiares de outros municípios.

Produtos:	Quantidade (em %) de produtos adquiridos da AF de Macaé:	Quantidade (em %) de produtos adquiridos da AF de outros Municípios:
Abacate	100%	-
Alface	27%	73%
Banana	100%	-
Banana d' água	100%	-
Cebolinha	97%	3%
Cenoura	-	100%
Chicória	85%	15%
Couve	-	100%
Espinafre	-	100%
Iogurte, diversos sabores	-	100%
Peixe, água salgada, congelado	100%	-
Queijo minas frescal	94%	6%
Salsa	94%	6%
Tomate	100%	-

Fonte: FNDE (2021b)

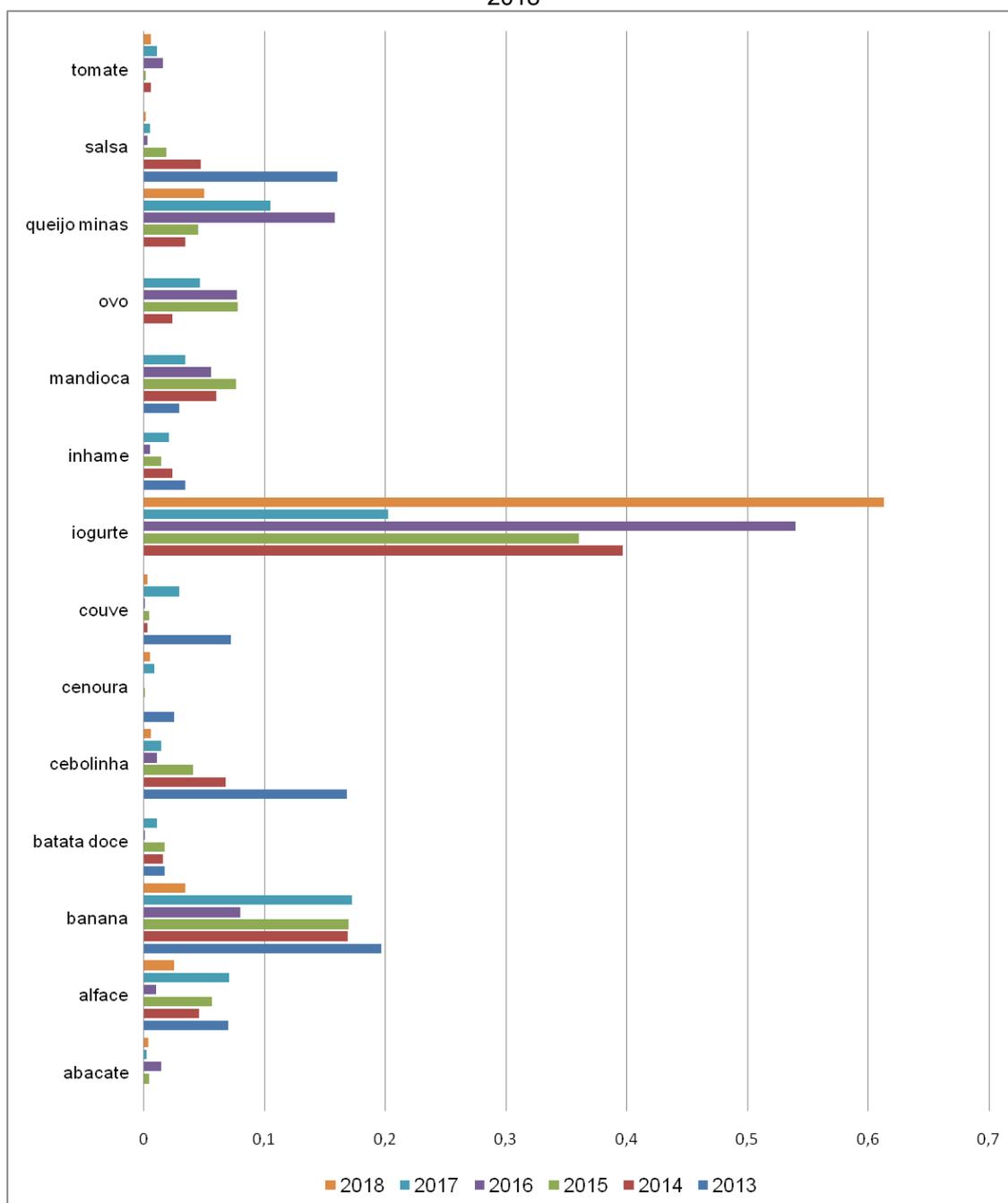
Observação a ser feita é em relação ao produto queijo minas frescal. Nas aquisições ocorridas de 2014 até 2016, essas foram todas de produtores de outros municípios. Em 2017, 55% proveio de agricultores familiares de Macaé. Em 2018, tal produto teve 94% de sua origem dos agricultores familiares de Macaé. Isso configura um aumento da participação da agricultura familiar do município no fornecimento do queijo para o PNAE.

4.4 COMPARATIVO DOS PRODUTOS CONSUMIDOS ENTRE 2013 ATÉ 2018:

Será apresentado nesse tópico um resumo do comparativo entre os produtos mais consumidos entre os anos de 2013 até 2018, para se verificar a progressão ou regressão do consumo deles ao longo do tempo. Considerou-se aqueles que estiveram presentes, ao menos, em 04 anos.

Salienta-se que o consumo de iogurte foi analisado sem a consideração do produto pescado no cálculo, visto que o pescado somente foi comprado no ano de 2018 (esteve presente em 1 ano de aquisição).

Figura 17- Participação dos principais produtos no valor total adquirido, nos anos de 2013 a 2018



Fonte: FNDE (2021b)

O que se observa é que alguns produtos possuíram um alto consumo ao longo dos anos, como é o caso do iogurte e da banana. Nos demais, havia uma oscilação de compra considerável, além de pouco consumo comparado ao iogurte. Essa irregularidade demonstra que o PNAE de Macaé não consome anualmente muitos produtos com frequência, principalmente entre aqueles comprados pelos agricultores familiares locais, como é o caso da salsa, do abacate, da couve e do inhame. Dos que possuem um consumo alto permanente, o que é produzido em grande quantidade pelos agricultores familiares de Macaé, conforme já exposto no presente trabalho, é a banana.

4.5 PRODUTOS SOLICITADOS NO PNAE DE MACAÉ E A PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO

Neste tópico, serão analisados quais produtos foram solicitados pela Prefeitura de Macaé para compra no âmbito do PNAE nas Chamadas Públicas n.º 001/2016 e n.º 004/2018 (as disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura de Macaé) e quais produtos os agricultores familiares do município produzem.

Os dados que constituem a base para a pesquisa desenvolvida nessa seção são, predominantemente, provenientes de informações constantes no Censo Agropecuário de 2017 e nos editais das Chamadas Públicas já mencionados. As tabelas consolidando os dados das notas fiscais, dos anos de 2013 até 2018, disponíveis no SIGPC, apenas complementaram informações faltantes nas fontes acima citadas.

Apesar do Censo Agropecuário 2017 não informar a quantidade produzida de alguns produtos indicados neste trabalho, foi verificado que a grande maioria dos itens solicitados no PNAE são produzidos pela agricultura familiar do município de Macaé. Para se confirmar essa informação, foram pesquisados dados na ata da chamada pública de 2018 em que constavam a classificação dos projetos de venda (com a relação dos produtores, dos produtos que iriam fornecer e a quantidade que poderiam fornecer) e nas notas fiscais disponíveis no site do SIGPC, dos anos de 2013 até 2018 (com a relação do produtor, do produto por ele entregue e da quantidade fornecida). O que não foi possível verificar por outros meios, além do

Censo Agropecuário de 2017, é se a quantidade produzida pela agricultura familiar de Macaé supre o que é solicitado no programa.

Os dados constantes na tabela 16 corroboram o que foi alegado por servidor da Prefeitura de Macaé, de que a produção dos agricultores familiares no município não supre, em quantidade e em variedade, os pedidos feitos pelo PNAE do município. Por esse motivo, o programa necessita contratar fornecedores agricultores familiares de outras localidades.

Dos produtos listados na tabela abaixo a produção que mais se destaca, por haver quantidade possivelmente disponível para venda ao PNAE, é a banana. E isso pode ser confirmado nos estudos até então apresentados neste trabalho, quando se verificou nos tópicos anteriores que o produto que a agricultura familiar de Macaé mais fornece para o PNAE do município é a banana, sendo responsável por 100% do seu fornecimento.

Tabela 16 - Relação da produção do município de Macaé solicitada pelo PNAE e quantidade produzida pelos agricultores familiares do município (continua).

Produto:	Quantidade produzida (CENSO AGROPECUÁRIO 2017):	Quantidade solicitada no PNAE (CHAMADA PÚBLICA):	Diferença entre a quantidade produzida e a solicitada:
abacate	*	6.868 kg	****
abacaxi	1.000 kg	7.726 kg	- 6.726 kg
abóbora vermelha	54.000 kg	16.025 kg	37.975 kg
abobrinha caserta	1.000 kg	16.025 kg	- 15025 kg
aipim	309.000 kg	41.206 kg	267.794 kg
Alface / alface lisa	49.000kg	30.710 kg	18.290 kg
alho poró	*	3.685 kg	****
banana d'água/banana prata	1.985.000 kg	61.042 kg/ 103.015 kg	1.923.958 kg/ 1.881.985 kg
batata doce rosada ou amarela	7.000 kg	45.784 kg	- 38.784 kg
beterraba	*	17.061 kg	****
brócolis	*	11.943 kg	****
caqui	*	5.723 kg	****
caqui fuyu	*	10.237 kg	****
cebola	*	8.189 kg	****
cebolinha verde	21.000 kg	3.685 kg	17.315 kg
cenoura	**	18.314 kg	****
chicória	**	8.189 kg	****
chuchu	2.000 kg	9.554 kg	- 7.554 kg
couve flor	*	16.379 kg	****
couve manteiga	34.000 kg	20.603 kg	13.397 kg
espinafre	**	13.735 kg	****
feijão tipo 1/ feijão tipo 1 preto	30.000 kg	23.886 kg/ 16.025 kg	16.025 kg/ 13.975 kg
filé de pescado e/ou cação e/ou maria mole	***	41.206 kg	****
Inhame/ inhame tipo dedo	45.000 kg	12.018 kg/ 11.943 kg	32.982 kg/ 33.057 kg
iogurte de frutas	***	136.500 L	****
laranja Pêra	39.000 kg	13.649 kg	25.351 kg
manteiga	**	18.312 POTE 200G	****
ovo de galinha caipira	110 (mil dúzias)	42.923 (dúzias)	67.077 (dúzias)
pepino	*	8.189 kg	****

Tabela 16 - Relação da produção do município de Macaé solicitada pelo PNAE e quantidade produzida pelos agricultores familiares do município (conclusão)

Produto:	Quantidade produzida (CENSO AGROPECUÁRIO 2017):	Quantidade solicitada no PNAE (CHAMADA PÚBLICA):	Diferença entre a quantidade produzida e a solicitada:
Queijo /requeijão cremoso	66.000 kg	13.735 kg	52.265 kg
quiabo liso	33.000 kg	7.154 kg	25.846 kg
repolho branco	**	8.189 kg	****
requeijão cremoso/queijo	66.000 kg	36.628 POTE 200G	58.674,4 kg
ricota	***	10.237 kg	****
salsa	20.000 kg	3.685 kg	16.315 kg
tangerina comum	*	8.585 kg	****
tangerina pokan e murcote	*	4.141 kg	****
tomate/ tomate tipo salada	2.000 kg	5.723 kg/ 6.824 kg	- 3723 kg/ - 4824 kg

* Valor inibido para não identificar o informante.

** Zero resultante de um cálculo ou arredondamento.

*** não há informação no censo

**** Cálculo prejudicado, por falta de dados.

Obs 1: No caso do abacaxi, no Censo a medida considerada é de Mil Frutos. Contudo, no presente trabalho, foi considerado o kg de cada fruto, para efeito de cálculo.

Obs 2: Os casos em que há duas quantidades indicadas na chamada pública são aqueles em que o Censo não faz distinção do produto, mas a chamada pública sim. Por exemplo: O Censo somente menciona "banana", mas não diz se é prata ou d'água, mas na chamada pública há essa distinção.

Obs 3: Há duas chamadas públicas disponíveis na Internet: de 2016 e 2018. Quando o mesmo produto foi solicitado nas duas chamadas, a quantidade aqui mencionada é a menor solicitada.

Fonte: IBGE (2017a); MACAÉ (2016); MACAÉ (2018)

Outra forma de ser verificada a capacidade de fornecimento da agricultura familiar do município de Macaé para o PNAE, é analisando as atas de classificação dos projetos de venda das chamadas públicas de 2018 e 2016.

Nas referidas atas constam a quantidade de cada produto a ser fornecida pelos agricultores familiares (seja participante como grupo formal, informal ou

fornecedor individual), em ordem de classificação. Foi realizado um comparativo entre o percentual de fornecimento destinado aos agricultores familiares de Macaé (posição prioritária) e dos demais municípios.

Como a última ata de classificação de projetos de venda da chamada pública de 2016 estava inelegível, as informações da tabela abaixo são predominantemente da chamada de 2018. Apenas os produtos abacaxi e espinafre foram consultados de ata da chamada pública de 2016, datada de 03 de março de 2017, prévia a última realizada. Assim foi definido para que todos os produtos relacionados nas duas chamadas públicas fossem analisados.

O produto filé de pescado e/ou cação e/ou maria mole não obteve candidato fornecedor na chamada pública de 2016 e não constava na listagem dos gêneros alimentícios solicitados na chamada pública de 2018. Por esse motivo, ele não foi apontado na tabela 17.

Exemplificando que a produção dos agricultores familiares de Macaé não supre toda a quantidade dos produtos solicitados nas chamadas públicas do PNAE do município, tem-se como exemplo o produto abacaxi que, apesar de ser produzido em Macaé, não é fornecido para o PNAE, de acordo com as atas analisados (100% dele proveio de agricultores familiares de outros municípios em 2018). O mesmo ocorreu com a manteiga e o requeijão cremoso, cujos fornecedores são todos de municípios diversos, não havendo seleção de agricultor familiar de Macaé para o seu fornecimento.

No caso dos três produtos com maior produção na tabela 16 (aipim, banana e ovo caipira), a quantidade indicada no projeto de venda para ser fornecida pelos agricultores familiares de Macaé para o PNAE do município é inferior àquela fornecida por agricultores de outros municípios (tabela 17). Essa situação corrobora a impossibilidade da produção agrícola familiar local atender todos os mercados locais, o autoconsumo e mercados institucionais, como o PNAE (não apenas de prefeituras, mas também de outros órgãos, como institutos federais).

Tabela 17 - Comparativo entre o percentual da quantidade indicada na Ata de Classificação de Projetos de Venda das Chamadas Públicas de 2018 e 2016 para fornecimento por agricultores familiares de Macaé e de outros municípios.

Produto:	Macaé	Outros Municípios:
Abacate	54%	46%
Abacaxi**	-	100%
abóbora vermelha	30%	73%
abobrinha caserta ou italiana	15%	85%
aipim	36%	64%
alface	21%	79%
Alho poró	10%	90%
Banana*	24%	76%
Batata doce rosada ou amarela	21%	79%
Beterraba	3%	97%
Brocolis	2%	98%
caqui fuyu	14%	86%
cebola	-	100%
cebolinha verde	22%	78%
cenoura	2%	98%
chicória	6%	94%
chuchu	13%	87%
couve manteiga	27%	73%
couve flor	2%	98%
Espinafre**	3%	
feijão*	16%	84%
inhame	42%	58%
iogurte	4%	96%
laranja pera	12%	88%
manteiga	-	100%
ovo de galinha caipira	25%	75%
pepino	3%	97%
queijo minas frescal	7%	93%
quiabo liso	35%	65%
repolho branco	5%	95%
requeijão cremoso	-	100%
ricota	23%	77%
salsa	28%	72%
Tangerina	35%	65%
tomate	9%	91%

* Independentemente da especificação do produto, o percentual foi o mesmo.

** Produtos da Chamada Pública de 2016, não constantes na de 2018

Dos produtos fornecidos por agricultores familiares de Macaé, também foi verificado o percentual daqueles que participaram como produtor individual, comparativamente aos que participaram como grupo formal e grupo informal. Este dado está exposto na tabela 18:

Tabela 18 - Percentual da quantidade fornecida por agricultores familiares de Macaé, participantes como fornecedores individuais e grupo formal, na Chamada Pública de 2018.

Produto	Percentual da quantidade fornecida por AF de Macaé	Grupo Formal/Informal	Fornecedor Individual
abobrinha caserta ou italiana	15%	99%	1%
alface	21%	98%	2%
cebolinha verde	22%	99%	1%
cenoura	2%	91%	9%
couve manteiga	27%	99%	1%
iogurte	4%	-	4%
Queijo Minas frescal	7%	-	7%
Ricota	23%	-	23%
Salsa	28%	99%	1%

Fonte: MACAÉ (2018)

Pelos dados, pode-se observar que a quantidade de produtos fornecidos pelo agricultor familiar, enquanto fornecedor individual, é consideravelmente inferior à quantidade fornecida por grupos informais e formais. Esse dado destaca que a organização em conjunto dos agricultores familiares permite o melhor aproveitamento do programa.

Tal situação pode ser confirmada por declaração de representante da APAF-Sana de que a associação foi criada com o objetivo dos agricultores familiares participarem do PNAE. Verificou-se que a atuação em conjunto, confirmada por

alguns entrevistados e apontada no próximo capítulo, auxilia na inclusão deles nos mercados institucionais, como o PNAE.

O fornecimento de 03 produtos constantes na listagem se destacam: iogurte, queijo minas e ricota. Todos eles foram fornecidos somente por agricultores familiares de Macaé, participantes como fornecedor individual. Apesar do percentual ao qual coube a esses ser pequeno, em relação ao total fornecido, o fato da participação como produtor individual para o fornecimento de produtos processados pode indicar que a Associação e Cooperativa do Município, apta a participar do PNAE, não possui associado/cooperado que produza esses produtos, concentrando-se nos *in natura*.

4.5.1 Produção municipal não solicitada pelo PNAE de Macaé:

De acordo com informações constantes nas planilhas do Censo Agropecuário 2017 que indicam a produção municipal de Macaé, verificou-se que alguns produtos, apesar de produzidos localmente, não são solicitados no Programa Nacional de Alimentação Escolar do município. Podem ser citados, como exemplo: acelga, agrião, batata-baroa, berinjela, cará, maxixe, rúcula, acerola, ameixa, caju, carambola, goiaba, jabuticaba, limão, kiwi, manga, mamão e maracujá.

A existência de quantidade suficiente para suprir a demanda do PNAE não pôde ser verificada haja vista muitos desses produtos não terem todas as informações para essa análise nas planilhas disponibilizadas pelo IBGE. Contudo, há indicativo de existência de produção pelos agricultores familiares locais dos mencionados itens.

Com o objetivo de verificar se já houve interesse da Prefeitura de Macaé em adquirir, para consumo pelos alunos das escolas locais, esses produtos, foi realizada pesquisa sobre a existência de processos de aquisição por licitação. No Portal da Transparência da Prefeitura de Macaé identificou-se o Pregão presencial de 2015 (Pregão n.º 003/2015). O objeto do mesmo era a contratação de empresa de prestação de serviços de nutrição e alimentação escolar, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificação do

termo de referência¹². Nesse documento foram identificados quais produtos haviam sido solicitados para consumo pelos alunos da rede municipal de educação, que deveriam ser disponibilizados pela empresa contratante, mas que não foram solicitados nas chamadas públicas analisadas no mesmo Portal e já citadas no presente trabalho.

Observou-se que há uma relação de produtos disponibilizados pela agricultura familiar de Macaé, que não foram inseridos nos pedidos das chamadas públicas realizadas pela Prefeitura do município, mas que constam na licitação de 2015. Trata-se dos seguintes produtos: acelga, agrião, alho, almeirão, batata-baroa (mandioquinha), batata-inglesa, berinjela, bortalha, cará, goiaba, limão maçã, mamão, manga, melado, melancia, melão morango, pera, rúcula e taioba. Mesmo que a informação do Censo seja deficiente quanto à produção local, para se verificar se há disponibilidade suficiente desses produtos para o atendimento do autoconsumo e de outros mercados (como feiras e supermercados), verificou-se uma limitação da demanda, com a não inclusão desses itens nas chamadas públicas. Dos produtos que contém informação sobre a quantidade de toneladas produzidas, ambos tiveram a mesma quantidade vendida para os mercados, conforme informação constante em planilha do Censo Agropecuário 2017.

Comparando-se a Chamada Pública n.º 001/2016 e a Chamada Pública n.º 004/2018 com o Pregão n.º 003/2015 foi observado que um dos produtos solicitados nas referidas chamadas públicas foi adequado à produção local. Trata-se da abóbora seca e paulista que foi substituída pela abóbora vermelha. Tal escolha permitiu que agricultores familiares de Macaé, produtores da abóbora vermelha, fornecessem para o programa.

O cardápio que estipula o que será consumido pelos estudantes é um fator de interesse para a produção local, pois determina o que será comprado dos agricultores familiares. Uma pesquisa junto à nutricionista responsável técnica do PNAE do município é importante para se entender, por exemplo, o motivo do elevado consumo de determinados produtos (como o iogurte) e a razão de não haver compras de outros produtos, além de consumo superior de processados em relação aos produtos naturais. No entanto, apesar de contatos realizados com nutricionista da Prefeitura, não houve retorno.

12 Item 3.1 do Pregão presencial n.º 003/2015. Processo Administrativo n.º 14.273/2014.

Na tentativa de se verificar o cardápio disponibilizado pela Prefeitura do que será consumido pelos alunos, foi verificado um modelo para tanto, disponibilizado para as empresas interessadas a participarem do Pregão n.º 003/2015. Os modelos constantes nesse documento constam nos anexos A até F do presente trabalho. Não se trata de cardápio relativo a produtos consumidos exclusivamente da agricultura familiar do PNAE, mas sim de empresas fornecedoras de merendas escolares. Apenas está sendo apresentado esse documento e analisado para se ter uma idéia do consumo pelos alunos do município.

São fornecidos pela Prefeitura de Macaé desjejum, lanche e almoço para alunos das escolas municipais de educação infantil, lanche e almoço para os alunos das escolas municipais de ensino fundamental e médio e janta para os alunos do ensino de jovens e adultos. Além disso, são disponibilizados aos alunos kit lanches pela Prefeitura em datas comemorativas.

Não foi possível se obter a informação de como são preparados os alimentos, adquiridos da agricultura familiar e consumidos pelos alunos, por não ter sido possível o contato com o responsável técnico pelo programa. Essa informação permitiria verificar quais produtos podem ser adquiridos dos agricultores familiares para preparo e fornecimento aos alunos das escolas municipais. Tal fator é determinante para se saber o que será solicitado nas chamadas públicas. Isso porque, quando a alimentação escolar é fornecida por empresa terceirizada, essa também é a responsável pelo preparo e distribuição da alimentação. Quando comprado de agricultores familiares, não há informação da Prefeitura de como são preparados posteriormente os produtos adquiridos.

5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS – PERCEPÇÃO QUANTO AO PNAE

Com o objetivo de enriquecer o conhecimento sobre a aplicação do PNAE no município de Macaé e para o esclarecimento de situações não possíveis de serem verificadas com a análise dos dados secundários a que se teve acesso, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários aos atores envolvidos na execução do programa, conforme abaixo discriminado.

A fim de verificar a percepção dos agricultores familiares em relação ao PNAE, dos 484 agricultores familiares existentes no município de Macaé, de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, foi possível o contato com apenas 13 deles e 02 agricultores familiares de municípios diversos (na busca por respostas e avaliação sobre políticas públicas, realizou-se contato com agricultores de outros municípios – 01 de Rio das Ostras, que se recusou a participar, e 01 de Nova Friburgo, que respondeu o questionário enviado).

A amostra foi aleatória e não representativa. A seleção considerou a possibilidade de contato, haja vista ter sido feita de forma remota, em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-2), e existir dificuldade por parte de muitos agricultores familiares quanto ao acesso a tecnologias que permitam participar de pesquisas à distância. O objetivo inicial seria a realização de entrevistas com 20 agricultores familiares participantes do PNAE e o mesmo número de agricultores não participantes do programa. Contudo, conforme acima explanado, não foi possível atingir essa quantidade em decorrência da pandemia do novo Coronavírus. Pelo mesmo motivo, não houve critério para seleção dos participantes, haja vista as dificuldades de acesso.

Desses 15 agricultores familiares cujo contato foi possível, 01 não respondeu a qualquer notificação e 04 deles não quiseram responder o questionário. Dentre os que não responderam, 01 era do município de Rio das Ostras.

Dos 10 agricultores familiares que responderam os questionários, 01 deles era do município de Nova Friburgo. O contato com agricultores familiares de outros municípios foi realizado pois o total de feedback permanecia muito reduzido. Vale ressaltar que o questionário aplicado para eles foi adaptado, focando em suas

percepções quanto às políticas públicas. Após a iniciativa de buscar agricultores em outros municípios dispostos a participar da pesquisa, agricultores familiares do município de Macaé se dispuseram a responder o questionário elaborado, permitindo uma pequena percepção desses indivíduos sobre o PNAE do município.

Dentre os agricultores familiares que responderam o questionário 07 deles participaram, participam ou irão participar do PNAE e 03 deles (sendo 01 de Nova Friburgo) nunca participaram do programa. Desses que nunca participaram, 02 deles pretendem participar e 01 não.

Dos agricultores familiares de Macaé que participaram da pesquisa, 03 deles não haviam, ainda, fornecido para o PNAE, e 06 deles participam ou participaram desse programa. Perguntados se teriam a intenção de continuar participando, 05 agricultores familiares responderam afirmativamente. Dentre as respostas quanto à intenção de participar do PNAE chamam a atenção as que pontuam o desejo de deixar de vender na roça e o de aumentar a produção com a finalidade de priorizar projetos.

Importante destacar que a pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-2) impossibilitou qualquer contato pessoal para a coleta dos dados, o que limitou o acesso aos agricultores familiares para a busca de informações, impedindo um estudo mais aprofundado e detalhado do caso.

O questionário voltado aos agricultores familiares de Macaé foi dividido em 03 partes. Na primeira, buscou-se dados gerais dos entrevistados, como condição em relação à terra (para se verificar a situação específica de assentados determinada na legislação do PNAE); dados em relação a DAP e conhecimento do PNAE. A segunda parte do questionário foi direcionada para aqueles agricultores que participaram ou participam do programa. Na terceira parte, as perguntas eram direcionadas àqueles que nunca participaram do PNAE. Ao final da coleta de dados, verificou-se que essa divisão não surtiu efeito pois dos 03 agricultores familiares que não participaram do PNAE, nenhum respondeu questões específicas dessa parte do questionário.

Alguns agricultores familiares que já haviam participado do PNAE responderam também algumas questões da terceira parte do questionário, que estava direcionada aos agricultores familiares que não participaram do programa.

Assim, as respostas serão analisadas em conjunto, e apresentadas nos tópicos abaixo, sem seguir a divisão do questionário nos segmentos realizados. Nem todas as perguntas foram respondidas por todos os entrevistados, desse modo não há quantidade padrão de participantes em todas as questões aqui expostas.

As respostas foram obtidas de diversos modos, de acordo com a escolha do entrevistado: alguns responderam o questionário por aplicativo ou e-mail (foi utilizado o Google Forms); outros responderam as perguntas pelo whatsapp por meio de texto escrito em tempo real; com outros agricultores familiares foi possível realizar uma pequena entrevista utilizando-se as perguntas do questionário por mensagem de voz do whatsapp, também em tempo real (nesses dois últimos casos, após a coleta de respostas, essas foram transpostas para o Google Forms).

O meio escolhido para aplicação dos questionários (Google Forms) foi utilizado pois ao serem contatados, os agricultores familiares, em sua maioria, manifestaram preferência pelas respostas à distância, feitas individualmente. Contudo, ao serem abordados, foi dado direito de escolha a todos os participantes: se gostariam de responder por e-mail ou aplicativo ou se preferiam responder em tempo real as perguntas feitas pelo whatsapp (estilo entrevista semiestruturada). Além disso, por questão de organização e para que os dados fossem consolidados de forma a garantir sua melhor compreensão, com a demonstração de gráficos e levantamentos de dados, a escolha pelo Google Forms foi assim direcionada (aos que responderam pelo whatsapp, suas respostas foram posteriormente transferidas para o formato do questionário do Google).

Também foi aplicado questionário a servidor da Prefeitura de Macaé (engenheiro agrônomo e representante da Secretaria Municipal de Agroecologia, participante das reuniões relativas às Chamadas Públicas do PNAE) e realizada entrevista semiestruturada com representante da Associação APAF-Sana.

Para exposição da pesquisa realizada, os assuntos foram divididos em tópicos e, em cada, foi demonstrada a percepção das opiniões coletadas.

Registre-se que, além do contato com os atores já mencionados nesse trabalho, também foi feito contato com o escritório da Emater localizado no município de Macaé e com nutricionista da Prefeitura. O primeiro respondeu o e-mail solicitando que fossem enviados os questionamentos para o Ministério da Agricultura e não se manifestou sobre o pedido de preenchimento de questionário. Em relação ao nutricionista, conforme já mencionado, não houve retorno de um deles e não foi possível contato com qualquer outro.

Em relação a Emater, pretendia-se pesquisar acerca do procedimento para retirada da DAP pelos agricultores familiares; conhecimento de possíveis dificuldades que tais agricultores tinham para participar das políticas públicas e para produzirem no município e qual a participação do órgão e o auxílio prestado aos agricultores familiares quando da realização das chamadas públicas do PNAE. Para o nutricionista, a pesquisa seria direcionada ao cardápio elaborado para os estudantes e a compatibilidade desse com a produção local dos agricultores familiares; quais dificuldades conhecidas para o possível melhor aproveitamento da produção local e a estrutura das escolas no preparo dos alimentos, dentre outros.

5.1 RAZÃO PARA OBTENÇÃO/RETIRADA DA DAP

Perguntados sobre o motivo pelo qual retiraram a DAP, 04 deles responderam que foi para participar de políticas públicas; 01 respondeu que foi para adquirir crédito e 03 para adquirir crédito e participar de políticas públicas.

Um dos agricultores informou que retirou a DAP especificadamente para fornecer para a merenda escolar, pois foi o modo encontrado por ele para escoar sua produção.

5.2 RENDA PARA SUSTENTO

Em relação à renda para sustento do agricultor familiar e sua família, 05 deles informaram que possuem outra renda além da própria produção e 03 deles afirmaram que possuem apenas a produção para o próprio sustento.

Dentre os que informaram possuir outra renda, um dos participantes enfatizou que o que garante a sobrevivência dele e da família é a produção do sítio e não a renda extra.

Verifica-se que a produção agrícola para os agricultores familiares pesquisados pode ser considerada de grande importância para sua sobrevivência. E, apesar disso, outras rendas seriam necessárias para complementar o seu sustento e o de sua família.

5.3 PARTICIPAÇÃO MEDIANTE COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO

Questionados se eram cooperados ou associados, 05 deles responderam de forma afirmativa e 01 deles respondeu não ser cooperado ou associado. Desses, 05 responderam a pergunta seguinte, que indagava se a participação no PNAE ocorreu mediante cooperativa ou associação: 04 deles participaram mediante cooperativa ou associação e 01 não participou.

Dos agricultores que responderam participar mediante cooperativa e associação 03 deles responderam ser vantajosa a participação dessa forma. Um dos participantes afirmou ser melhor participar em grupo, por haver troca de idéias e ajuda da Associação, que se restringia à parte burocrática.

Houve também menção à questão de ajuda mútua no caso de um dos agricultores não possuir um determinado produto para entrega, quando solicitado pela Prefeitura para fornecimento ao PNAE. Nesse caso, outro agricultor forneceria, já que pode ocorrer de o pedido ser de grande quantidade e não haver disponibilidade no momento. Esta situação igualmente foi verificada em estudo de Silva, Claudino e Sousa (2020) realizada em Acará, no Pará.

Estas respostas confirmam a afirmativa já realizada anteriormente e considerada quando da análise do fornecimento dos produtos. A atuação em grupo (seja mediante Cooperativa, Associação ou grupo informal) possibilita aos agricultores familiares participação mais ampla no PNAE, tendo em vista o apoio que possuem. Quando os agricultores familiares se organizam, há maior possibilidade de inclusão nos mercados institucionais.

Em estudo realizado por Procópio (2015) no município de Itapeva-SP, todos os agricultores familiares que participaram da pesquisa acessaram o PNAE por alguma organização (seja cooperativa ou associação). Há menção de que essa forma de participação facilitou para que os agricultores familiares acessassem o programa.

Igualmente foi apontada a importância da participação dos agricultores familiares no PNAE por meio de Associações e Cooperativas em estudo realizado nos municípios de Maria Quiteria e Tiquaruçu - Feira de Santana Bahia (PEREIRA e SODRÉ, 2018). Há informação de que 95% dos agricultores familiares participaram por meio de Associação e 5% por meio de Cooperativas. O artigo pontua o seguinte:

É imprescindível destacar a importância da organização social destes grupos para o alcance dos seus objetivos de venda para o PNAE, e neste ponto o associativismo possui uma parcela expressiva de participação, pois sem este tipo de trabalho, dificilmente haveria “sucesso” na relação dos agricultores com o programa. (PEREIRA e SODRÉ, 2018, p. 14-15).

5.4 PNAE DE OUTROS MUNICÍPIOS

Indagados sobre o fornecimento para o PNAE de outros municípios, 05 deles informaram que fornecem apenas para Macaé (01 dos agricultores informou que fornecia para outro município, mas na especificação de qual seria este, informou ser de Macaé. Por isso foi considerada a resposta como todos disseram não fornecer para outro município).

O que se verificou ao longo desta pesquisa é que muitos agricultores familiares de outros municípios participaram do PNAE de Macaé (Cooperativas e Associações de municípios diversos foram grandes fornecedores para o programa do município). Contudo, nas respostas dos questionários constatou-se que não ocorre o mesmo com os agricultores familiares de Macaé. Todos informaram não participar de políticas públicas em outros municípios.

Em contato com membro da administração da APAF-Sana, em Macaé, houve a informação de que estavam buscando participar de programas em outras esferas, como a Estadual, mas que atualmente não participam de programas de outros municípios. Essa afirmativa corrobora as afirmações do item 5.3 deste capítulo

quanto a importância da atuação em conjunto dos agricultores familiares, e sua organização, para a inclusão nos mercados institucionais.

5.5 CONSUMIDORES

Em relação aos destinatários da produção, os agricultores familiares que responderam à questão informaram que a sua produção é vendida em outros mercados, além do PNAE e que não deixaram de vender para esses mercados quando iniciaram a venda institucional.

Tais mercados são feiras, comércio local, restaurantes locais, pequenos mercados e outros programas, como o PAA. Há também aqueles que vendem para atravessadores, mas alegam que o fazem por preços mais baixos, o que não torna essa venda vantajosa.

Um dos entrevistados informou que, devido a falta de estrutura de transporte, não é possível negociar sua produção em outros mercados mais distantes. Isso indica que, em alguns casos, há produção excedente mas que, por falta de estrutura, seu escoamento fica comprometido.

5.6 VALOR PAGO PELO PNAE

Dos 06 agricultores familiares que responderam à questão relativa a possível vantagem quanto ao valor pago pelo PNAE para a compra dos produtos, 04 deles informaram que o preço é vantajoso e 02 deles informaram não ser vantajoso o valor da mercadoria vendida.

O participante 5, comentando sobre o valor pago pelo programa, afirmou que “o preço é melhor e conseguimos vender porque vender na roça é difícil”.

Opiniões em relação ao preço pago pelo PNAE ser satisfatório também foi verificado em outros estudos, como o de Silva, Claudino e Sousa (2020), Schwartzman (2015) e Lima e Oliveira (2020).

5.7 PARTICIPAÇÃO EM OUTROS PROGRAMAS, COMO O PAA

Em relação a participação em outros mercados institucionais, como o PAA, dos agricultores familiares que participam do PNAE, 03 deles informaram que não participam do PAA ou outros programas e 03 informaram que participam. Os que participam fazem parte do Programa PAA de Macaé, para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no mesmo município.

Dentre os participantes que não forneciam ainda para o PNAE, 02 deles não participam do PAA ou outros programas e 01 participa do PAA há 06 meses, fornecendo para a CONAB. Perguntado sobre qual dos dois programas, PNAE ou PAA, é mais vantajoso, o agricultor familiar não soube responder.

Quanto à preferência entre os dois programas, dos agricultores familiares que também participam do PNAE, 05 deles (02 agricultores que informaram que não participaram, deram opinião quanto aos programas) afirmaram que o PNAE é o melhor programa. Dentre as justificativas, tem-se:

- as chamadas públicas do PNAE são mais regulares, já o PAA não tem chamada todo ano, apesar de ser um bom programa;
- O PNAE possui preços melhores. Apesar do PAA pedir mais mercadorias, o preço pago por esse programa seria mais baixo;
- no caso do PNAE, as datas para pagamento são mais regulares.

A APAF-Sana informou que começaram a fornecer para o PAA em outubro de 2020, sendo esta a primeira vez que a Associação participa do referido programa. Entre o PNAE e o PAA, a opinião da Associação é de que os preços do PNAE são melhores. Foi informado que os agricultores familiares são receosos em variar a produção para fornecer ao PNAE pois já ocorreu de se plantar produtos diversificados e a Prefeitura de Macaé não adquiri-los posteriormente. Essa situação ainda não teria acontecido com o PAA, o que fez com que alguns agricultores familiares preferissem fornecer para o PAA. Tais agricultores, com receio de perda da produção e por ter garantia de venda, optam pelo PAA apesar do limite de pagamento anual deste ser menor, comparado ao PNAE (o limite para compra por DAP/agricultor familiar no PNAE é de R\$ 20.000,00 por ano e no PAA é de R\$ 8.000,00 por ano).

A Prefeitura de Macaé confirmou que o PAA não é realizado com muita frequência, não informando o motivo para tanto. Esse programa foi executado em 2009 e, após, somente em 2020. A percepção afirmada é a de que a aplicação conjunta dos dois programas é mais vantajosa pois, assim procedendo, há a diversificação da comercialização.

Essa vantagem foi também visualizada em estudo desenvolvido por Deponti *et al.* (2018), quando da análise de mercados institucionais para a agricultura familiar. De acordo com os autores, no PNAE do Rio Grande do Sul, os agricultores familiares contam com diversos mercados institucionais, como o PNAE, o PAA e a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos, desenvolvida pelo Governo do estado. De acordo com eles

Para se ter uma ideia do tamanho desse mercado, ou o que ele representa para os agricultores familiares economicamente, faz-se importante avaliar os limites anuais de venda por unidade familiar. Vistos separadamente, estes não representam valores elevados, até porque, o mercado institucional destina-se, propositalmente, para um público específico, que não realiza produção em larga escala. Por isso a existência de limites por unidade familiar. Mas, considerando a soma de todos os programas e modalidades, chega-se a um montante bastante significativo [...] (DEPONTI *et al.*, 2018, p. 14)

5.8 SUPORTE E APOIO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ PARA A VENDA AO PNAE

Peguntados sobre existência de apoio do município para participação no PNAE, 04 agricultores familiares afirmaram que tiveram apoio e 01 afirmou não ter tido. Dentre o suporte dado, constam preparo do solo, assistência técnica, transporte da produção e fornecimento de caixas.

No questionário realizado com servidor da Prefeitura, foi informado que reuniões prévias às chamadas públicas são realizadas e que nessas são discutidos assuntos como: disponibilidade de gêneros para serem fornecidos no ano de execução do PNAE, apoio para produção, necessidade de transporte para a concentração do que será fornecido em um galpão para realização de frete único e o fornecimento de caixas plásticas.

5.9 SUPORTE E APOIO DE ALGUM ÓRGÃO PARA A PRODUÇÃO

Dentre as respostas constantes, 02 agricultores informaram terem tido apoio da EMATER. Esse foi dado para fins documentais, para fins de suporte na produção, como na entrega de insumos (foi mencionada a calda bordalesa) e para melhoria da irrigação.

Em relação ao apoio ao agricultor familiar, independentemente de ser para o Programa, foi informado pela Prefeitura de Macaé que há apoio quanto ao preparo mecanizado de solo, plantio de feijão preto, transporte de bandejas de mudas compradas fora de Macaé, cessão de caixas plásticas e transporte de volumes brutos até galpão de fracionamento.

5.10 MELHORIAS OCORRIDAS APÓS PARTICIPAÇÃO NO PNAE

Perguntados sobre o que o PNAE proporcionou aos mesmos, as afirmativas foram às seguintes em relação às perguntas realizadas:

Quadro 2-Respostas dos agricultores familiares quanto as melhorias percebidas após participação no PNAE.

Perguntas:	Responderam SIM:	Responderam NÃO:
Houve aumento de renda?	6	0
Passou a produzir novos produtos para comercializar?	4	2
Aumentou a quantidade da produção?	5	1
Houve aumento da área cultivada?	4	2
Passou a usar mais técnicas e insumos?	4	2
Investiu mais em infraestrutura?	4	2

Fonte: Da autora (2021)

5.11 FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO E TIPOS DE PRODUTOS

Todos os agricultores familiares que responderam o questionário informaram vender produtos *in natura*, sem utilização de embalagem.

Essa indagação foi realizada para verificar possíveis dificuldades dos agricultores familiares quanto as exigências de fornecimento para o PNAE (que envolve a necessidade de adequação das embalagens, quando necessárias). Como todos os participantes informaram produzir produtos *in natura*, não foi possível analisar este ponto.

5.12 TRANSPORTE DOS PRODUTOS

Perguntados sobre a forma com que transportam os produtos para o PNAE, 05 agricultores familiares responderam: 03 deles entregam o produto no depósito da Prefeitura, 01 entrega no depósito da Associação e de lá é encaminhado para o depósito da Prefeitura e 01 afirmou entregar no carro da Prefeitura.

5.13 DIFICULDADES DE PARTICIPAÇÃO NO PNAE

Dos agricultores familiares que participaram, 03 deles afirmaram ter tido dificuldade em participar do programa e 02 afirmaram não ter encontrado dificuldades.

Dentre as justificativas de dificuldades encontradas está a falta de regularidade na chamada pública, apontada por 02 agricultores familiares. Tendo sido afirmado que, em determinado ano, foi necessária manifestação dos agricultores para a realização da chamada pública pela Prefeitura. Outro ponto indicado por participante foi a falta de pedido, sendo que há um espaçamento grande entre um pedido e outro.

No estudo desenvolvido por Assis, França e Coelho (2019) no município de Lavras, em Minas Gerais, os agricultores familiares também destacaram a falta de periodicidade das chamadas como uma das dificuldades em participar do PNAE.

Tais agricultores alegaram que isso dificulta para eles se programarem para produzir e participar.

Resultado similar foi verificado por Procópio (2015) no município de Itapeva-SP. Nesse estudo, a demora na publicação do edital, que dificultaria o planejamento da produção, foi apontado como a maior dificuldade encontrada pelos agricultores familiares participantes em comercializar para o PNAE daquele município em 2014.

5.14 DIFICULDADES NA CONDIÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR

Os agricultores familiares afirmaram que dentre as dificuldades por eles encontradas está a de acesso ao crédito, de aquisição de insumos e de cuidados com a terra. Nesse último item, consta a falta de suporte quanto ao oferecimento de máquinas e para a melhoria de estradas e terras. Foi apontada a dificuldade em se arar a terra e a falta de suporte da Prefeitura para tanto, além de não haver particular que o faça.

Das dificuldades apontadas para a produção e venda no município de Macaé, os participantes alegaram que o acesso às estradas são ruins e para o escoamento da produção há dificuldade em se arcar com o transporte. Um dos agricultores mencionou que a Prefeitura ajuda arcando com combustível para transporte. Também foi mencionada dificuldade de se encontrar adubo orgânico de boa qualidade, sem a presença de agrotóxicos no pasto, e calcário para o tratamento da terra. Com relação à venda, foi alegado que os produtos orgânicos, quando não reconhecidos legalmente, não possuem valor agregado e os preços acabam sendo os de mercado.

5.15 MELHORIAS NO PNAE

Cinco agricultores familiares afirmaram que o PNAE pode melhorar. As melhorias sugeridas foram as seguintes:

- regularidade anual da chamada pública – melhoria apontada por grande parte dos participantes;

- mais apoio para o agricultores em termos de suporte como fornecimento de trator para “tombar a terra” (participante 06);
- melhorar o valor pago no PNAE
- o custo do transporte dos produtos ser da Prefeitura e não do agricultor familiar.

Com relação ao transporte de produção, importante salientar que no próprio edital consta que os fornecedores deverão ter estrutura para transportar os produtos, utilizando-se veículos exclusivos para as entregas. Então, neste caso, há informação prévia para o participante poder se organizar quanto a esse ponto.

Com relação à falta de regularidade de chamada pública, o participante 07 afirmou o seguinte (escrita de acordo com resposta do próprio agricultor via whatsapp):

cobrar mais dos setores públicos. pq a prefeitura fica de uma certa forma prendendo esses recursos. infelizmente tem esse tipo de coisa. Está na lei que, no mínimo, 30% do valor repassado a estados e municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser obrigatoriamente destinado para a compra de alimentos da agricultura familiar. Mas eles sempre dão um jeito de atrasar um direito que é nosso.

A questão da falta de regularidade da chamada pública foi também apontada por servidor da Prefeitura quando indagado qual seria a maior dificuldade para a aplicação no PNAE no município de Macaé. O participante afirmou que a maior dificuldade é a interrupção da compra, pois a rotina é comprar ano sim, ano não. Sendo a última compra feita em 2019. Contudo, não foi exposto o motivo pelo qual a Prefeitura adota este critério de compras para o PNAE.

5.16 AVALIAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA

Foi mencionado que o papel do Estado é ruim ou regular. A justificativa para esta avaliação é a de que o Estado presta pouco apoio aos agricultores, que não possuem muito incentivo.

Foi avaliado pelos agricultores familiares que as políticas públicas são importantes para a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar. O participante 03 alegou que “Com certeza são importantes, o agricultor não quer esmola ou favor, só queremos condições dignas de trabalho”.

O participante 6 afirmou que se o PAA e o PNAE continuarem a ser aplicados em Macaé, será muito bom, pois contribui com a renda dos agricultores. Posição semelhante foi a do participante 1 que informou que o PNAE contribui para a renda da família.

5.17 AGRICULTOR FAMILIAR PRODUTOR EM MUNICÍPIO DIVERSO:

O agricultor familiar de Nova Friburgo que participou da pesquisa informou que não possui DAP e que não tem interesse em participar do PNAE. Alegou que a maior dificuldade encontrada como agricultor familiar é a de comercializar os produtos. Para ele, há dificuldade de comercialização quando se produz produtos orgânicos e tenta vendê-los sem a certificação. Essa dificuldade também fora apontada por agricultor familiar do município de Macaé e mencionada no tópico 5.14.

Com relação à avaliação de políticas públicas de apoio à agricultura familiar no Brasil, o participante afirmou serem regular, pois apesar de haver incentivos, estes são burocráticos e difíceis de acessar.

Indagado se acredita que políticas públicas são importantes para a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar, o participante pontou o seguinte (texto conforme redação própria do agricultor em resposta do questionário):

Sim. Por que infelizmente o Brasil é voltado ao agronegócio e os grandes produtores, tentando negligenciar os pequenos produtores que são mais importantes que os grandes na hora de colocar alimento na mesa da população, já que os grandes são destinados a indústrias e exportação.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada no presente trabalho permitiu verificar que a agricultura familiar do município de Macaé considera satisfatório o Programa Nacional de Alimentação Escolar aplicado pela Prefeitura, apesar de serem necessárias melhorias em sua execução. Aumento da renda, introdução de novos gêneros alimentícios na produção, facilidade na comercialização de seus produtos, aumento da quantidade produzida, dentre outros, foram apontados como benefícios alcançados pelos agricultores familiares após participarem no programa.

Contudo, foi verificado que a Prefeitura de Macaé não realiza chamadas públicas para o PNAE anualmente. Essa decisão, de aplicação descontinuada do programa, demonstrou ser fator desestimulador de participação de agricultores familiares locais e prejudicial para a continuidade e fluidez da aplicação do programa. Esta atitude também demonstra uma falta de aproveitamento da gestão pública dos benefícios que o PNAE pode proporcionar para a economia local, para a melhoria na alimentação dos estudantes e para o desenvolvimento local de agricultores familiares. Perde-se a oportunidade de estimular o desenvolvimento da agricultura familiar do município, garantir um mercado para os produtores que não possuem condições de escoar sua produção e possibilitar a melhoria do padrão de vida desses.

O não investimento do mínimo de 30% do valor repassado pelo FNDE para aplicação em compras diretamente dos agricultores familiares locais, em todos os anos de aplicação do programa, que foram pesquisados no presente trabalho, apesar de ser uma política instituída há 11 anos, também permite verificar uma falta de aproveitamento do PNAE no município de Macaé.

Também foi possível observar o pequeno alcance que o programa tem para os agricultores familiares do município de Macaé, já que foi verificada uma participação continuada e habitual dos mesmos agricultores familiares locais, nos anos pesquisados no presente trabalho, com pouca rotatividade ou inclusão de novos agricultores. Isso indica que, após se familiarizarem com o procedimento burocrático do PNAE, há uma facilidade no entendimento deste, o que permite a participação no mesmo por diversos anos. Assim como, este dado indica que

aqueles que ainda não participaram do programa, apresentam certa dificuldade para serem integrados ao ambiente burocrático das políticas públicas.

Devido à pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-2), houve prejuízo no aprofundamento da pesquisa de opinião quanto aos agricultores familiares de Macaé que não participam do programa, a fim de verificar o motivo dessa escolha. Esse acesso permitiria averiguar o que impede os referidos agricultores familiares de se envolverem no programa e fornecer para os mercados institucionais, como o PNAE. A dificuldade de contatos pessoais, em razão do necessário afastamento físico, afetou esse tópico da pesquisa. O acesso direto aos agricultores familiares facilitaria as discussões, permitiria a realização de entrevistas e a busca por participantes não facilmente contactados pelos meios tecnológicos disponíveis durante a pesquisa.

Para que haja a participação de um maior número de agricultores familiares em mercados institucionais foi observado que a adesão deles em conjunto, por meio de cooperativas e associações, é vantajosa. O associativismo facilita e permite uma maior participação de agricultores familiares aos programas, como o PNAE.

Com relação à produção e ao fornecimento do que é demandado no programa, foi verificado que os agricultores familiares de Macaé não conseguem garantir tudo o que é exigido no PNAE. Isso ocorre pois, de acordo com a pesquisa em dados secundários realizados nesse trabalho, a produção não é suficiente em quantidade e em variedade para suprir a demanda do programa. Esta questão esbarra com situações pontuais analisadas. Houve indicativo de que quando agricultor familiar participante do PNAE se dispôs a variar sua produção, a prefeitura de Macaé não garantiu a compra a que estava programada. Esta situação pode trazer certa insegurança aos agricultores por não terem garantia de compra do produto novo que produziu. Não sabendo, igualmente, se haverá saída para o mesmo em outros mercados.

A falta de agricultores familiares locais participantes no PNAE, pelas razões já expostas (falta de interesse, desconhecimento da burocracia, falta de regularização documental (DAP), por exemplo) também pode acarretar a insuficiência de produtos do Município que supram toda a demanda exigida pelo referido programa.

Ademais, se observou que os agricultores familiares vêem o programa como mais uma fonte de renda e de consumo para seus produtos. Tanto assim é que

muitos agricultores responderam que, além do PNAE, fornecem também para outros mercados e que não pararam de fornecer assim que começaram a participar do programa. Dessa forma, o que pode ser concluído é que o PNAE é considerado um programa que amplia as condições para melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar. A sua aplicação em conjunto com outros programas, como o PAA, possibilita aumentar os mercados consumidores dos produtos agrícolas, produzidos pelos agricultores familiares da região.

O estudo ora realizado permitiu identificar quais pontos são necessários observar para melhor aproveitar políticas públicas de inclusão da agricultura familiar em mercados institucionais, como o PNAE, a fim de que sejam feitas as devidas melhorias em sua execução com o intuito de retirar dele os proveitos para que foram instituídos.

Em síntese, o PNAE demonstrou ser satisfatório aos agricultores familiares de Macaé, contribuindo com a inclusão deles nos mercados. A pesquisa demonstrou que o programa colabora para o fortalecimento da agricultura familiar e para a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e seus familiares na medida em que permite o escoamento da produção e o retorno com o pagamento de valores por eles considerados justo. No entanto, ainda existem melhorias a serem realizadas tanto no que se refere à aplicação do programa quanto às ações conjuntas entre agricultores familiares, Cooperativas e Associações, Prefeitura de Macaé e órgãos técnicos de apoio para possibilitar que a agricultura familiar do município consiga superar as dificuldades existentes para produzirem e para participarem do PNAE, alcançando melhor condição de vida.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Duvanil Ney Santana. Mercados institucionais e o desempenho das aquisições de produtos da agricultura familiar pelos municípios do Rio de Janeiro, de 2011 a 2018. **Colóquio**: Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara/Rs, v. 18, n. 3, p. 193-212, 2021.

ANTONIOLLI, Elitana. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: uma análise da implementação em municípios do Rio Grande do Sul (RS). 2019. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Chapecó, Chapecó, SC, 2019.

ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de; ARRUDA, Ilma Kruse Grande de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, [s.l.], v. 7, n. 3, p.319-326, set. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1519-38292007000300011>.

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula; FRANÇA, André Guerra de Melo; COELHO, Amanda de Melo. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 57, n. 4, p. 577-593, dez. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187826>.

BACCARIN, José Giacomo *et al.* Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 55, n. 1, p. 103-122, jan. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550106>.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, [s.l.], v. 22, n. 5, p.595-607, out. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-52732009000500001>.

BONIN, Nelson Jose Zampier. A nova dinâmica das relações campo x cidade em Macaé: o exemplo da Comunidade Serra da Cruz. **Ágora**: Revista do Departamento de História e Geografia, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 02, p. 91-102, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da**

União, seção 1, Brasília, DF, p. 38-44, 12 maio 2020a. Disponível em : <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**: Seção 1 - Edição Extra, Brasília, DF, p. 11, 31 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 25 jul. 2006. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n.º 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n.º 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n.º 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 17 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap>. Acesso em: 13 dez. 2020.

DEPONTI, Cidonea Machado *et al.* O mercado institucional da compra de alimentos da agricultura familiar – PAA E PNAE – no território do Vale do Rio Pardo/RS. **Drd - Desenvolvimento Regional em Debate**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 4-24, 28 mar. 2018. Universidade do Contestado - UnC. <http://dx.doi.org/10.24302/drd.v8i1.1544>.

FERIGOLLO, Daniele *et al.* Products purchased from family farming for school meals in the cities of Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, p. 1-10, 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/s1518-8787.2017051006648>.

FNDE (Brasil). **FNDE/ Dados da agricultura familiar**. [S. l.], 2020a. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acessos em: 18 nov. 2020.

FNDE (Brasil). **FNDE/ Dados abertos**: Organizações/PNAE. [S. l.], 2020b. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/dadosabertos/organization/about/pnae>. Acesso em: 16 out. 2020.

FNDE (Brasil). **Histórico**. [S. l.], 2020c. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FNDE (Brasil). **FNDE/ Execução**. [S. l.], 2021a. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/5233-execu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 28 jul. 2021.

FNDE (Brasil). **SiGPC Sistema de Gestão de Prestação de Contas**. [S. l.], 2021b. Base de dados. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar>. Acesso em: 17 ago. 2021.

FNDE (Brasil). **Sobre o PNAE**. [S. l.], 2021c. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 13 jan. 2021.

GONÇALVES, Edira Castello Branco de Andrade; GAMA, Amauri Corrêa; MEDINA, Tatiana de Souza. Produtos da Agricultura Familiar (AF) nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo: aplicação da verba do programa nacional de alimentação escolar (pnae). **Extensão Rural**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 89-100, 28 abr. 2020. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2318179637934>.

GROSSI, Mauro del *et al.* Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. **Revista Necat**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 40-45, 2019.

HEBERLÊ, Antônio Luiz Oliveira et al. Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 133-149.

HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Irenilda Ângela dos. Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 258-269, 13 ago. 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v6i1.3343>.

IBGE. **Censo Agropecuário**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

IBGE. **Censo Agropecuário**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2017a. *Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 26 jul. 2021.

IBGE. **Macaé**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/macaee.html>. Acesso em: 26 ago. 2020.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, 2008.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia M. P.. A estrutura da produção no campo em 1980. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, p. 55-72, 1989.

LIMA, Túlio Luís Borges de; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. Mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Patos de Minas-MG: representações sociais na agricultura familiar. **Sociedade em Debate**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 251-268, 15 dez. 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.47208/sd.v26i3.2689>.

MACAÉ (RJ). ASSESSORIA EDUCAÇÃO. **Educação investe R\$ 3 milhões na agricultura familiar**. Macaé, [2020]. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/semmed/leitura/noticia/educacao-investe-r-3-milhoes-na-agricultura-familiar>. Acesso em: 27 set. 2020.

MACAÉ (RJ). **Capital Nacional do Petróleo**. Macaé, [2017]. Disponível em: <http://macaee.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/capital-nacional-do-petroleo>. Acesso em: 13 dez. 2020.

MACAÉ (RJ). Chamada Pública n.º 001/2016. Processo Administrativo n.º10402/2016. Credenciamento e registro de preços de gêneros alimentícios destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Prefeitura de Macaé**: Portal da Transparência. Macaé, 2016. Disponível em: <http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/transparencia/contratacoes/licitacoespesquisa>. Acesso em: 30 set. 2020.

MACAÉ (RJ). Chamada Pública n.º 004/2018. Processo Administrativo n.º 23425/2018. Credenciamento de agricultores familiares, empreendedores familiares rurais, empreendedores familiares rurais e suas organizações detentores de declaração de aptidão PRONAF (DAP) para fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação dos alunos das escolas da rede municipal de ensino básica. **Prefeitura de Macaé**: Portal da Transparência. Macaé, 2018. Disponível em: <http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/transparencia/contratacoes/licitacoespesquisa>. Acesso em: 17 out. 2020.

MACAÉ (RJ). Pregão presencial n.º 003/2015. [Contratação de empresa de prestação de serviços de nutrição e alimentação escolar, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação]. **Prefeitura de Macaé**: Portal da Transparência. Disponível em: <http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/transparencia/contratacoes/licitacoespesquis> a. Acesso em: 03 ago. 2021.

MACHADO, Patrícia Maria de Oliveira *et al.* Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 12, p. 4153-4164, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182311.28012016>.

MARQUES, Amanda de Andrade *et al.* Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1329-1341, 2014.

NETTO, Marcos. A agricultura familiar e sua organização. **Revista Acta Geográfica**, [s. l.], p. 17-30, 2008. DOI <http://dx.doi.org/10.5654/actageo2008.0204.0002>.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n. 04, p. 909-916, 2013.

PEREIRA, Marcos Raimundo Pitangueira; SODRÉ, Maria Lúcia da Silva. Políticas públicas e participação social: O cenário do PNAE - Bahia. SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 2., 2018, São Cristóvão, SE. **Anais [...]**. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2018. 20 p.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; PEREIRA, Sonia Maria Pessoa (orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 344-368.

PROCÓPIO, Francine de Camargo. **Participação da agricultura familiar na alimentação escolar do município de Itapeva-SP**: contribuições ao aprimoramento do pnae. 2015. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Agrícola, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

RODRIGUES, Rafael *et al.* A AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELO PNAE NO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 91-112, 21 fev. 2017. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/demetra.2017.26701>.

ROSSETTI, Francini Xavier; SILVA, Marina Vieira da; WINNIE, Lo Wai Yee. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. **Segurança Alimentar e Nutricional**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 912-923, 20 dez. 2016. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/san.v23i2.8647528>.

SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 25-45, 2010.

SCHNEIDER, Sergio. Reflexões sobre diversidade e diversificação - agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais* - Unicamp, Campinas, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e Heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SCHABARUM, Joseane Carla; TRICHES, Rozane Márcia. Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar em Municípios Paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, [s. l.], v. 57, n. 1, p. 49-62, jan. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570103>.

SCHWARTZMAN, Flavia. **Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar**: caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores familiares no estado de São Paulo. 2015. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, Alberto Carvalho da. Ética e Política. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. *Estudos Avançados*. N. 5. V.23. P. 87 – 107, 1995.

SILVA, Edilza da Silva Souza; CLAUDINO, Livio Sergio Dias; SOUSA, Rosângela do Socorro Nogueira de. Análise de compras institucionais da agricultura familiar para a alimentação escolar no município de Acará, Pará. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 41, 30 abr. 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.18542/raf.v13i1.8000>.

SILVA, José Graziano da. **Não há nada mais avançado do que o potencial da agricultura familiar**. São Paulo, SP: CUT, 2013. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/graziano-nao-ha-nada-mais-avancado-do-que-o-potencial-da-agricultura-familiar-5e59>. Acesso em: 04 dez. 2020.

SILVA, Robson Roberto da. Principais políticas de combate à fome implementadas no Brasil. *Revista Virtual Textos e Contextos*, Porto Alegre, n.5, p.1-19, nov. 2006.

SILVA, Thiago Henrique Costa *et al.* Pensando a segurança e a soberania alimentar: análise da participação da agricultura familiar no pnae em diferentes regiões do Brasil. *Revista de Estudos Sociais*, [S. L.], v. 22, n. 44, p. 168-200, 2020.

SOUZA, Anderson Barbosa de. Notas sobre Agricultura Familiar e Sustentabilidade. *Geo Uerj Revista do Departamento de Geograf*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 33-45, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. *In: Políticas Públicas: o papel das políticas públicas.* [S. l.: s. n.], 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 07 dez. 2020.

TRICHES, Rozane Marcia; BACCARIN, José Giacomo. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. *In: TEO, Carla Rosane Paes Arruda et al. (org.). Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento.* Chapecó, SC: Argos, 2016. p. 89-109.

TRICHES, Rozane Marcia; SILVESTRI, Fernanda. Adequação das Chamadas Públicas para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. *Desenvolvimento em Questão*, [s. l.], v. 16, n. 44, p. 233-261, 8 ago. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.44.233-259>.

VILLAR, Betzabeth Slater *et al.* Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 223-226, mar. 2013. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-790x2013000100021>.

WAGNER, Danielle; GEHLEN, Ivaldo. A inserção da Agricultura Familiar no mercado institucional: entre o direito e o acesso ao recurso da política pública. *Tempo da Ciência*, Toledo, v. 22, n. 43, p. 43-54, 2015.

APÊNDICE A - Questionário Agricultores Familiares

- 1) Qual a condição do Sr./Sr.^a em relação à terra?
- () Proprietário
 () parceiro
 () assentado
 () ocupante
 () meeiro
 () arrendatário
 () outro _____
- 2) O Sr./Sr.^a possui DAP- declaração de aptidão ao PRONAF? () sim/ () não
- a) Se sim - Desde quando? _____
- b) Se sim - Por qual motivo retirou a dap?
- () para adquirir crédito
 () para participar de políticas públicas
 () as duas respostas anteriores
 () outros
- 3) A renda do Sr./Sr.^a vem apenas de sua produção agrícola ou o Sr./Sr.^a possui outra renda além da produção agrícola?
- a) Se o Sr./Sr.^a possui outra renda além da produção, qual é a outra renda?
- 4) Conhece o programa de fornecimento para alimentação escolar- PNAE? () sim/ () não
- 5) Já participou alguma vez?
- () SIM (continua respondendo abaixo)
 () NÃO (passar para as últimas perguntas escritas "SE NÃO").
- **Caso o AF já tenha participado do PNAE:**
- 6) Em quais anos participou?
- 7) Se parou de participar – porque parou?
- 8) É cooperado ou associado? () sim/ () não
- a) Caso seja cooperado ou associado - fornece ou forneceu para o PNAE participando de cooperativa/associação? () sim/ () não
- b) Caso forneça ou tenha fornecido para o PNAE mediante
- Cooperativa/Associação, considera vantajoso fornecer desta forma? Por que?
- 10) Forneceu ou fornece também para o PNAE de outros municípios? () sim/ () não
- a) Se sim:quais foram estes municípios?
- 11) O que produz é vendido em outros mercados (feira/supermercado/outros)? () sim/ () não
- a) Se sim – Quais mercados?
- b) Se não - qual o motivo?

- 12) Caso antes de vender para o PNAE, tenha vendido para outros mercados - deixou de vender para estes mercados assim que começou a vender para o PNAE? () sim/ () não
- b) Se deixou de vender para outros mercados assim que começou a vender para o PNAE, qual foi o motivo?
- 13) O preço pago pelo PNAE é superior em relação ao preço pago por outros mercados?() sim/ () não
- 14) Fornece alimento para outro programa institucional, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)? () sim/ () não
- a) Caso forneça, trata-se do PAA de qual órgão público?
- b) Em sua opinião, qual é o programa mais vantajoso: PNAE ou PAA?
- c) Porque?
- 15) Para vender para o PNAE de Macaé, obteve apoio do município? () sim/ () não
- a) Caso tenha recebido apoio do município de Macaé - qual tipo de apoio recebeu?
- 16) Depois que passou a vender para o PNAE - alimentação escolar:
- a) Houve aumento de renda? () sim/ () não
- b) Passou a produzir novos produtos para comercializar? () sim/ () não
- c) Aumentou a quantidade da produção? () sim/ () não
- d) Houve aumento da área cultivada? () sim/ () não
- e) Passou a usar mais técnicas e insumos? () sim/ () não
- f) Investiu mais em infraestrutura? () sim/ () não
- 17) Vende produto in natura ou processado? () in natura () processado () in natura e processado
- a) se for processado - passou a vender assim após participar do PNAE ou já vendia antes?
- () passei a vender processado após participar do PNAE
- () já vendia produto processado antes
- 18) O produto que vende é embalado? () sim/ () não
- a) Caso seja embalado, modificou a forma de embalar os produtos quando passou a fornecer para o PNAE? () sim/ () não
- 19) Modificou a forma de transportar os produtos quando passou a fornecer para o PNAE? () sim/ () não
- a) Caso tenha modificado a forma de transportar os produtos, quais foram estas mudanças?
- b) Como faz para transportar os produtos
- () a Prefeitura busca na propriedade
- () os produtos são levados para algum depósito da prefeitura
- () outros _____
- 20) Encontrou dificuldades para fornecer para a merenda escolar?
- a) Se sim, quais?
- 21) Acha que o PNAE pode melhorar? () sim () não
- a) Se sim, quais melhorias podem ter?

• **Caso o AF nunca tenha fornecido para o PNAE:**

- 6) Por qual motivo não participou?
 não houve interesse
 tentei participar, mas não consegui
 outros _____
- 7) Caso não tenha havido interesse em participar – por qual motivo não houve interesse?
- 8) Tem interesse em participar nos próximos anos? Caso tenha interesse, qual o motivo?
- 9) Caso tenha tentado participar, mas não conseguiu - por qual motivo não conseguiu participar?
- 10) Chegou a participar de algum outro programa (como o PAA)? sim/ não
- 11) Caso tenha participado de outro programa (como o PAA), de qual órgão?
- 12) Caso tenha participado de algum outro programa, como o PAA, achou vantajoso? Por que?
- 13) Caso não tenha participado de outro programa, como o PAA. Qual o motivo?
- 14) Na visão do(a) Sr./Sr.^a, quais destes são os dois maiores problemas que enfrentam na condição de agricultor(a) familiar?
 produção
 aquisição de insumos
 comercialização
 acesso ao crédito
 Acesso aos órgãos públicos (secretaria de agricultura, Emater, etc.)
 Outros _____
- 15) Especifique, por gentileza, quais motivos o fizeram apontar os problemas na resposta da questão anterior:
- 16) O que produz, é vendido para quais mercados?
- 17) Consegue vender toda a produção destinada para a venda? sim não
- 18) Possui apoio de algum órgão (como órgãos técnicos - a Emater, ou a Prefeitura do Município) para produção ? sim não
- a) Se possui apoio, qual o tipo de apoio recebe?
- 19) Como o Sr./Sr.^a avalia o papel do Estado em relação às políticas públicas voltadas para a agricultura?
 ótimo
 bom
 regular
 ruim
 péssimo
 N.R.A
- 20) Por qual motivo escolheu a resposta da pergunta anterior?
- 21) O(A) Sr./Sr.^a acredita que as políticas públicas são importantes para a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar? Por que?
- 22) Quais dificuldades o Sr./Sr.^a apontaria como tendo para produzir e vender no município de Macaé?

APÊNDICE B - Questionário Agricultores Familiares: outros municípios

- 1) Qual a condição do(a) sr./sr.^a em relação à terra?
- Proprietário
 - parceiro
 - assentado
 - ocupante
 - meeiro
 - arrendatário
 - outro
- 2) O (A) sr./sr.^a possui Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP? () sim/ () não
- a) Se sim - Desde quando?
 - b) Se sim - Por qual motivo retirou a dap?
 - para adquirir crédito
 - para participar de políticas públicas
 - as duas respostas anteriores
- 3) A renda que o(a) sr./sr.^a possui, é apenas da produção na propriedade ou possui outra ?
- a) Caso possua outra renda, qual é a outra renda (pensão, aposentadoria, emprego informal ou com carteira assinada, por exemplo)?
- 4) Conhece o programa de fornecimento para alimentação escolar? () sim/ () não
- 5) Já participou alguma vez?
- SIM (continua respondendo abaixo)
 - NÃO (passar para as últimas perguntas escritas "SE NÃO").

Perguntas para os AF que já tenham participado do PNAE:

- 6) Em quais anos participou?
- 7) Caso não participe mais, por qual motivo não participa?
- 8) É cooperado ou associado? () sim/ () não
- a) Caso seja cooperado/associado fornece ou forneceu para o PNAE mediante a cooperativa ou associação? () sim/ () não
- 10) Forneceu ou fornece para o PNAE de quais municípios?
- 11) O que produz é vendido em outros mercados (feira/supermercado/outros)? () sim/ () não
- a) Caso venda em outros mercados, quais são estes (feira, supermercado, outros)?
 - b) Caso não venda, por qual o motivo não vende em outros mercados?
- 12) Caso antes de vender para o PNAE, tenha vendido para outros mercados - deixou de vender para estes mercados assim que começou a vender para o pnae? () sim/ () não
- b) Caso tenha deixado de vender para outros mercados, por qual motivo deixou de vender?
- 13) O preço pago pelo PNAE é superior em relação ao preço pago por outros mercados?() sim/ () não
- 14) Fornece alimento para outro programa institucional, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)? () sim/ () não
- a) Caso forneça, trata-se do PAA de qual órgão público?

b) Em sua opinião, qual é programa mais vantajoso: PNAE ou PAA? Por qual motivo ?

15) Para vender para o PNAE de Macaé, obteve apoio do município? () sim/ () não

a) Caso tenha recebido apoio, qual tipo de apoio o município deu?

16) Depois que passou a vender para o PNAE - alimentação escolar:

a) Houve aumento de renda? () sim/ () não

b) Passou a produzir novos produtos para comercializar? () sim/ () não

c) Aumentou a quantidade da produção? () sim/ () não

d) Houve aumento da área cultivada? () sim/ () não

e) Passou a usar mais técnicas e insumos? () sim/ () não

f) Investiu mais em infraestrutura? () sim/ () não

17) Vende produto in natura ou processado? () in natura () processado () in natura e processado

a) se for processado - passou a vender assim após participar do PNAE ou já vendia antes?

() passei a vender processado após participar do PNAE

() já vendia produto processado antes

18) O produto que vende é embalado? () sim/ () não

a) Caso seja embalado, modificou a forma de embalar os produtos quando passou a fornecer para o PNAE? () sim/ () não

19) Modificou a forma de transportar os produtos quando passou a fornecer para o PNAE? () sim/ () não

a) Caso tenha modificado a forma de transportar os produtos, quais foram estas mudanças?

b) Como é feito o transporte dos produtos vendidos para o PNAE?

() a prefeitura busca na propriedade

() os produtos são levados para algum depósito da prefeitura

20) Encontrou dificuldades para fornecer para a merenda escolar?

a) Caso tenha encontrado dificuldades, quais foram estas?

21) O (A) Sr./Sr.^a acha que o PNAE pode melhorar?

a) Se sim, quais melhoras podem ter?

Perguntas para os AF que não participaram do PNAE:

6) Por qual motivo não participou?

a) não houve interesse

b) Tentei participar, mas não consegui.

7) Se a resposta anterior foi letra "a". Por qual motivo não há interesse?

8) Se a resposta anterior foi letra "b": o que o/a impossibilitou de participar?

9) Na visão do(a) sr./sr.^a, quais destes são os dois maiores problemas que enfrentam na condição de agricultor (a) familiar?

() Produção. Especifique _____

() Aquisição de insumos. Especifique _____

() Comercialização. Especifique _____

() Acesso ao crédito. Especifique _____

() Acesso aos órgãos públicos (Incaper, secretaria de agricultura, etc.).

Especifique

() Outros. _____

() NS/NR

9) Como avalia o papel do Estado em relação às políticas públicas voltadas para a agricultura?

- 01. Ótimo
- 02. Bom
- 03. Regular
- 04. Ruim
- 05. Péssimo
- 99. NS/NR

10) Por queê?

11) O (A) sr./sr.^a acredita que as políticas públicas são importantes para a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar? Por que?

APÊNDICE C - Questionário Prefeitura de Macaé

- 1) Desde quanto a Prefeitura de Macaé compra produtos da agricultura familiar do município no âmbito do PNAE?
- 2) Qual a maior dificuldade para aplicação do PNAE no Município?
- 3) A produção dos agricultores familiares do município de Macaé é suficiente, em quantidade, para atender o PNAE da Prefeitura?
- 4) A produção dos agricultores familiares do município de Macaé é suficiente, em variedade, para atender o PNAE da Prefeitura?
- 5) Caso alguma produção, de interesse para o consumo no âmbito do PNAE, não seja desenvolvida pela agricultura familiar de Macaé, houve interesse da Prefeitura em fomentar estas produções de interesse junto aos agricultores familiares do município?
- 6) Quais dificuldades existiram/existem para se suprir a demanda do PNAE com os produtos locais da agricultura familiar de Macaé?
- 7) As atas públicas disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura de Macaé e as notas fiscais disponíveis no site do FNDE apontam que muitos produtos são comprados da agricultura familiar de outros municípios, no âmbito do PNAE. Por quais razões isso ocorre?
- 8) Antes da publicação da Chamada Pública, existem reuniões com os agricultores familiares?
- 9) Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido SIM - quais os pontos discutidos nestas reuniões?
- 10) A Prefeitura oferece apoio aos agricultores familiares?
- 11) Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido SIM - qual tipo de apoio?
- 12) O PNAE é operacionalizado de forma centralizada ou descentralizada?
- 13) Por qual razão se escolheu este formato?
- 14) Além do PNAE, a prefeitura aplica outras políticas públicas de apoio aos agricultores familiares, como o PAA?
- 15) Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido SIM - desde quando?
- 16) Caso a Prefeitura de Macaé tenha aplicado o PAA, você consegue ter a percepção de que a aplicação conjunta dos dois programas foi mais vantajosa para os agricultores familiares de Macaé?

- 17) Caso positivo, poderia indicar quais vantagens seriam estas?
- 18) Entre o PNAE e o PAA, é possível observar se uma política pública é mais vantajosa que a outra para o agricultor familiar?
- 19) Caso positivo, poderia indicar em quê uma política é mais vantajosa que a outra?
- 20) Gostaria de pontuar algo mais a respeito do assunto?

**ANEXO A - Exemplo de cardápio de desjejum dos alunos das escolas
municipais de educação infantil**

4 - EXEMPLO DE CARDÁPIO: DESJEJUM DE EMEI

Dia/ Semana	1ª	2ª	3ª	4ª
2ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com achocolatado . Biscoito salgado com manteiga 	<ul style="list-style-type: none"> . Suco de polpa de fruta . Pão de milho com geléia 	<ul style="list-style-type: none"> . Composto lácteo de morango . Biscoito salgado com manteiga 	<ul style="list-style-type: none"> . Suco de polpa de fruta . Biscoito salgado com requeijão
3ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral batido com polpa de morango . Pão bisnaguinha com requeijão 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com café . Biscoito sequinhos 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com café . Bolo tabuleiro 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com achocolatado . Pão milho com manteiga
4ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com café . Biscoito doce 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral batido com frutas e aveia . Pão de forma integral com manteiga e queijo minas 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral batido com polpa de fruta . Pão bisnaguinha com requeijão 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com café . Biscoito rosquinha doce
5ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Suco de polpa de frutas . Pão de forma com manteiga e queijo minas 	<ul style="list-style-type: none"> . Iogurte . Biscoito doce 	<ul style="list-style-type: none"> . Suco de polpa de frutas . Pão de forma com manteiga e queijo minas 	<ul style="list-style-type: none"> . Iogurte . Pão coco com requeijão
6ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Iogurte de frutas . Pão de coco com manteiga 	<ul style="list-style-type: none"> . Suco de polpa de frutas . Pão hot dog com requeijão 	<ul style="list-style-type: none"> . Iogurte . Biscoito doce 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral batido com polpa de fruta . Pão de forma com manteiga e queijo minas

**ANEXO B - Exemplo de cardápio de lanche dos alunos das escolas municipais
de educação infantil**

5 - EXEMPLO DE CARDÁPIO: LANCHE DE EMEI

Dia/ Semana	1ª	2ª	3ª	4ª
2ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Iogurte . Bolo de tabuleiro 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com café . Pão coco com manteiga e queijo Minas 	<ul style="list-style-type: none"> . Iogurte . Biscoito rosquinha 	<ul style="list-style-type: none"> . Canjica
3ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Suco de polpa de fruta . Cachorro quente (com carne moída e proteína texturizada de soja) 	<ul style="list-style-type: none"> . Iogurte . Flocos de milho sem açúcar e granola sem açúcar 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com achocolatado . Pão de forma com queijo Minas e margarina 	<ul style="list-style-type: none"> . Suco de polpa de fruta . Bolo de tabuleiro
4ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Mingau 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral batido com polpa de fruta . Pão bisnaguinha com requeijão 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com café . Bolo de tabuleiro 	<ul style="list-style-type: none"> . Iogurte . Biscoito doce
5ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com café . Biscoito doce 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz doce 	<ul style="list-style-type: none"> . Suco de polpa de fruta . Pão hot dog com ovo mexido 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral batido com polpa de fruta . Pão de forma integral com geléia
6ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Composto lácteo morango . Pão de milho com manteiga e queijo Minas 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com achocolatado . Pão de forma com manteiga 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite batido com fruta . Pão bisnaguinha com requeijão 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com café . Biscoito salgado com manteiga e queijo Minas

**ANEXO C - Exemplo de cardápio de lanche dos alunos das escolas municipais
de ensino fundamental e ensino médio**

6 - Exemplo de Cardápio: Lanche de EMEF e ENSINO MÉDIO

Dia/ Semana	1ª	2ª	3ª	4ª
2ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Iogurte . Bolo de tabuleiro 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com café . Pão coco com manteiga 	<ul style="list-style-type: none"> . Iogurte . Biscoito rosquinha 	<ul style="list-style-type: none"> . Canjica . Fruta
3ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Suco de polpa de fruta . Cachorro quente (com carne moída e proteína texturizada de soja) 	<ul style="list-style-type: none"> . Iogurte . Flocos de milho sem açúcar e granola sem açúcar 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com achocolatado . Pão de forma com queijo Minas e margarina 	<ul style="list-style-type: none"> . Suco de polpa de fruta . Bolo de tabuleiro
4ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral batido com fruta . Biscoito salgado com requeijão 	<ul style="list-style-type: none"> . Suco de polpa de fruta . Biscoito salgado com manteiga e queijo minas 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com café . Bolo de tabuleiro 	<ul style="list-style-type: none"> . Iogurte . Biscoito doce
5ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com café . Biscoito doce 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral batido com polpa de fruta . Pão bisnaguinha com requeijão 	<ul style="list-style-type: none"> . Suco de polpa de fruta . Pão hot dog com ovo mexido 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral batido com polpa de fruta . Pão de forma integral com geléia
6ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Composto lácteo morango . Pão de milho com manteiga e queijo minas 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com achocolatado . Pão de forma com manteiga 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite batido com fruta . Pão bisnaguinha com requeijão 	<ul style="list-style-type: none"> . Leite integral com café . Biscoito salgado com manteiga e queijo Minas

ANEXO D - Exemplo de cardápio de almoço dos alunos das escolas municipais de educação infantil

7 - Exemplo de Cardápio: Almoço de EMEI

Dia/ Semana	1ª	2ª	3ª	4ª
2ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Carne moída . Salada de beterraba e cenoura . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Macarrão . Feijão . Almôndegas de frango ao molho de tomate . Salada de tomate e pepino . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Filé de peixe . Pirão . Salada de alface . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Salpicão de frango (com milho, batata palha, cenoura e requeijão) . Salada de tomate . Fruta
3ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Isca de frango . Creme de milho . Suco de polpa de fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Canjiquinha . Feijão . Carne em cubinhos com cenoura e chuchu . Suco de polpa de fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Macarrão parafuso . Feijão . Frango em cubos . Salada de cenoura . Suco de polpa de fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Ovo mexido . Salada de beterraba . Suco de polpa de fruta
4ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Macarrão . Feijão . Carne assada . Salada de alface e tomate . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Iscas de frango . Creme de espinafre . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Carne seca . Purê de abóbora . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Iscas de frango . Salada de chicória e tomate . Fruta
5ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz com brócolis . Feijão . Filé de peixe . Batata sauté . Doce em massa 	<ul style="list-style-type: none"> . Risoto de frango com cenoura e ervilha . Feijão . Salada de rúcula e tomate . Suco de fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Iscas de carne . Abobrinha refogada . Suco de fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Macarrão . Feijão . Carne moída com cenoura . Suco de polpa de fruta
6ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Sopa de legumes com massinha e carne . Suco de fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz com milho . Feijão . Ovo cozido . Inhame cozido . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Feijão . Fricassé de frango . Salada de alface e tomate . Doce caseiro 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Carne ensopada com inhame e abóbora . Fruta

ANEXO E - Exemplo de cardápio de almoço dos alunos das escolas municipais de ensino fundamental, ensino médio e janta dos alunos do ensino de jovens e adultos

8 - EXEMPLO DE CARDÁPIO: ALMOÇO DE ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO MÉDIO E JANTAR DE EJA

Dia/ Semana	1ª	2ª	3ª	4ª
2ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Carne moída . Salada de beterraba e cenoura . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Macarrão . Feijão . Almôndegas de frango ao molho de tomate . Salada de tomate e pepino . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Filé de peixe . Pirão . Salada de alface . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Salpicão de frango (com milho, batata palha, cenoura e requeijão) . Salada de tomate . Fruta
3ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Isca de frango . Creme de milho . Suco de polpa de fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Canjiquinha . Feijão . Carne em cubinhos com cenoura e chuchu . Suco de polpa de fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Macarrão parafuso . Feijão . Frango em cubos . Salada de cenoura . Suco de polpa de fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Ovo mexido . Salada de beterraba . Suco de polpa de fruta
4ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Macarrão . Feijão . Carne assada . Salada de alface e tomate . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Iscas de frango . Creme de espinafre . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Carne seca . Purê de abóbora . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Iscas de frango . Salada de chicória e tomate . Fruta
5ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz com brócolis . Feijão . Filé de peixe . Batata sauté . Doce em massa 	<ul style="list-style-type: none"> . Risoto de frango com cenoura e ervilha . Feijão . Salada de rúcula e tomate . Suco de fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Iscas de carne . Abobrinha refogada . Suco de fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Macarrão . Feijão . Carne moída com cenoura . Suco de polpa de fruta
6ª feira	<ul style="list-style-type: none"> . Sopa de legumes com massinha e carne . Suco de fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz com milho . Feijão . Ovo cozido . Inhame cozido . Fruta 	<ul style="list-style-type: none"> . Feijão . Fricassé de frango . Salada de alface e tomate . Doce caseiro 	<ul style="list-style-type: none"> . Arroz . Feijão . Carne ensopada com inhame e abóbora . Fruta

ANEXO F - Exemplo de kit lanche entregue aos alunos em datas comemorativas

9 - QUANTO AOS KIT LANCHES

Composição do Kit Lanche		
Quantidade	Produto	Medida
1	Biscoito salgado	Sachê com 4 unidades
1	Bolo industrializado individual ou	Pacote de 40g
	barra de cereal ou	Embalagem individual de 25g
	biscoito doce	Sachê com 4 unidades
1	Suco ou água de coco	Tetra pack de 200 ml
1	Água Mineral	Garrafinha de 500 ml
1	Fruta	Unidade de 100g
1	Guardanapo	-
1	Canudo	-